

Euro-Atlântico:
Espaço de Diálogos
Isabel Maria Freitas Valente
Iranilson Buriti de Oliveira
(Coord)

MUNDO IBERO-AMERICANO ENTRE A TRADIÇÃO E A MODERNIDADE

António Pedro Pita
Maria Emilia Prado
Michelle Sales
(Org.)

Editora da Universidade Federal de Campina Grande
Imprensa da Universidade de Coimbra
2020

(Página deixada propositadamente em branco)

**Euro-Atlântico:
Espaço de Diálogos**

Isabel Maria Freitas Valente
Iranilson Buriti de Oliveira
(Coord)

**MUNDO
IBERO-AMERICANO
ENTRE A TRADIÇÃO
E A MODERNIDADE**

António Pedro Pita
Maria Emilia Prado
Michelle Sales
(Org.)

Editora da Universidade Federal de Campina Grande
Imprensa da Universidade de Coimbra
2020

(Página deixada propositadamente em branco)

Ficha Técnica

Coleção: *Euro-atlântico: Espaço de Diálogos*, Coordenada por Isabel Maria Freitas Valente e Iranilson Buriti de Oliveira

Título nr. 7: *Mundo Ibero-Americano. Entre a Tradição e a Modernidade / Ibero-American World. Between Tradition and Modernity*

Organização: Padro, Maria Emília; Pita, António Pedro; Sales, Michelle

Conselho Editorial: Carlos Eduardo Pacheco Amaral; Joel Carlos de Souza Andrade; Manuel Lopes Porto; Maria Manuela Tavares Ribeiro; Regina Coelli Gomes Nascimento; Silede Leila Cavalcante de Oliveira

Edição Brasileira: Editora da Universidade Federal de Campina Grande

ISBN: 978-65-86302-24-0

Edição Portuguesa: Imprensa da Universidade de Coimbra

ISBN: 978-989-26-1969-9

ISBN Digital: 978-989-26-1970-5

Ano de Edição: 2020

DOI: <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1970-5>

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Todos os textos recebidos foram objeto de apreciação no âmbito processo de seleção e revisão por arbitragem científica.

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem a prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.

Apoio institucional:

2



C E S P
CENTRO DE ESTUDOS,
INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO
EM CIÊNCIAS HUMANAS
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

(Página deixada propositadamente em branco)

ÍNDICE

Os intelectuais e a busca da identidade da Ibero-América: algumas considerações <i>Maria Emilia Prado</i>	13
O Liberalismo e o Brasil <i>Rubem Barboza Filho</i>	25
O estrangeiro como <i>outro</i> na construção de uma “comunidade imaginada” (Brasil, virada republicana) <i>Lená Medeiros de Menezes</i>	53
Um projeto em comum: a aliança entre a intelectualidade e as forças armadas na construção da identidade nacional brasileira no início do século XX <i>Misael Henrique Silva do Amaral</i>	69
Imprensa, liberalismo e propriedade no regime brasileiro do Estado Novo <i>Maria Leticia Corrêa</i>	83
Educadores brasileiros, missões estrangeiras e (des)encontros na universidade: um caso português <i>Débora Dias</i>	101
Letrados e Artistas Em <i>O Ano Biográfico Brasileiro</i> (1876), de Joaquim Manoel de Macedo <i>Adjovanes Thadeu Silva de Almeida</i>	119

Edmundo O’Gorman y la invención de América. Producción y subjetivación de una idea de América de siglo XX <i>Zuélka Martínez-Jiménez Pretelini</i>	133
La intelectualidad “prosoviética” en España. Carlos Tuya y la superación del capitalismo desarrollado (1973-1983) <i>Víctor Peña González</i>	151
Arte Contemporânea no contexto ibero-americano <i>Michelle Sales</i>	167
Tradição e modernidade na memória fílmica sobre o Império Colonial Português (1940-2018) <i>Jorge Seabra</i>	189
A questão da autoria em uma sentença no Brasil <i>Jorge Luiz Cruz</i>	201
Sobre os autores	215

APRESENTAÇÃO

O livro *Ibero-América entre a Tradição e a Modernidade* reúne um conjunto de textos que foram, inicialmente, apresentados no XIII Colóquio Tradição e Modernidade que se celebrou entre os dias 12 e 14 de novembro de 2018 em Coimbra, integrando o conjunto de realizações acadêmicas realizadas em comemoração aos vinte anos do CEIS20 (Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX).

O colóquio internacional Tradição e Modernidade no Mundo Ibero-Americano, cuja primeira edição ocorreu em 2004 no Rio de Janeiro na sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tem sido uma realização conjunta do Grpesq/CNPq/UERJ “Intelectuais e Poder no Mundo Ibero-Americano” e do Grupo de Investigação “Correntes Artísticas e Movimentos Intelectuais” do CEIS20/UC. Ao longo dos 13 colóquios já realizados no Brasil, Portugal e Espanha, tem sido possível discutir temas relativos a: intelectuais e questão nacional, os sentidos da modernidade no mundo Ibero-Americano, Portugal e o mundo Atlântico, a Ibéria em face da Ibero-América e ao mundo anglo-saxão, a(s) crise(s) do liberalismo e da democracia, dentre tantos outros.

Dessa forma, este livro reflete ao longo dos textos que o compõe, parte dos temas discutidos no Colóquio de 2018. Nesse particular o tema da identidade da Ibero-América se torna uma constante e se apresenta, portanto, em parte significativa dos artigos que compõem esse livro.

O primeiro deles, de autoria de Maria Emília Prado, procura analisar um conjunto de intelectuais ibero-americanos no momento em que não mais discutiam os meios necessários e as mudanças possíveis capazes de possibilitar a adoção na Ibero-América do modelo liberal democrático vigente, principalmente, no mundo anglo-saxão, mas sim as reflexões desenvolvidas por esses intelectuais no sentido de demarcar positivamente o sentido endógeno da identidade ibero-americana, ressaltando os valores das culturas indígenas bem como a herança deixada pelos colonizadores ibéricos.

O segundo artigo, de autoria de Rubem Barboza Filho, busca escapar das interpretações binárias atraso/progresso, tradição/modernidade que, no geral, orientaram os estudos sobre a modernidade. Propõe o autor “explorar a hipótese de que o Ocidente moderno resultou da operação de três grandes linguagens: a linguagem do interesse, da razão e dos afetos. Esta perspectiva pode oferecer um panorama mais complexo das opções feitas pela elite brasileira logo após a independência, na tentativa de sincronizar a jovem nação com o Ocidente”.

O tema da identidade nacional aparece tratado no artigo de Lená Menezes a partir do modo como a questão nacional esteve, na virada do século XIX para o XX, atrelada à alteridade. O seu objetivo principal é “analisar os processos que opuseram o “eu” nacional ao “outro” estrangeiro”, demonstrando como esse debate levou à negação do passado colonial e escravocrata e, ao mesmo tempo, contribuiu para classificar os imigrantes de modo a possibilitar a rejeição de alguns deles na construção da identidade nacional.

Na sequência do debate sobre a nação e quem a compunha ou quem contribuiu para sua construção, debate este que tanto ocupou intelectuais brasileiros ao longo dos séculos XIX e XX, o artigo de Misael Amaral trata, exatamente, da mobilização empreendida pelo poeta Olavo Bilac na “implementação de uma identidade nacional no Brasil, sobretudo por meio do vetor militar como elemento formador do conceito de nação”, tendo em vista o protagonismo militar na proclamação da república.

O artigo de Maria Leticia Corrêa procura analisar, no período do Estado Novo (1927-1945), os debates expostos pela imprensa acerca do tema da modernização econômica do país. A autora busca oferecer uma contribuição à discussão travada à época entre projetos liberais e antiliberais que então se apresentavam como caminho natural para esta modernização e que teve na “controvérsia em torno do fortalecimento do papel do Estado na esfera econômica” um papel importante neste debate intelectual e político. Nas palavras da autora, a análise que

propõe “privilegia intervenções de intelectuais que trataram do tema do corporativismo em revistas especializadas em economia”.

O texto apresentado por Débora Dias está na interseção entre a questão educacional e as relações culturais internacionais. Busca, portanto, “discutir algumas das conflitualidades que brotaram durante o processo de consolidação do campo universitário brasileiro, em especial, quanto à política do intercâmbio acadêmico nas suas relações com Portugal e com o Estado Novo de Salazar”. A autora analisa, em especial, o tema de uma informal “missão portuguesa” e para discutir esta questão centrou-se na correspondência pessoal entre João Cruz Costa, da Universidade de São Paulo, com Joaquim de Carvalho da Universidade de Coimbra, com a finalidade de “perceber nuances do jogo de bastidores dos intercâmbios acadêmicos e de como a conjuntura luso-brasileira se relaciona com essas políticas”.

No terreno do debate acerca das “interpretações sobre o Brasil”, o texto de Adjovanes Silva de Almeida trata sobre a obra de Joaquim Manoel de Macedo, *O ano biográfico brasileiro*, escrita em 1876. Através deste livro redigido com o objetivo de ser apresentado na Exposição Internacional da Filadélfia, “o autor procurou explicar a trajetória histórica brasileira aos estrangeiros”. Através dessa pretensa biografia da nação, Macedo “destacou sua interpretação acerca dos principais acontecimentos da história pátria, desde os primórdios da ocupação portuguesa até à Guerra do Paraguai”.

O tema da identidade da América Latina é uma vez mais retornado no artigo de Zuélka Martínez-Jiménez Pretelini. Através das análises de Edmundo O’Gorman, a autora procura perceber como O’Gorman buscou “responder com referência à análise do “encontro” com a América que surge sob os olhos de Cristóvão Colombo, e dos diferentes atores do século XVI” que buscaram inserir o Novo Mundo na denominada tradição ocidental.

Já o artigo de Víctor Peña González procura analisar o tema da intelectualidade pró-soviética em Espanha e, em especial, o pensamento

de Carlos Tuya. Ao longo do texto propõe-se a entender como “esse pensamento foi forjado (que era a espinha dorsal do projeto pró-soviético), sua evolução e seu contexto e, acima de tudo, em que consistia”, uma vez que Tuya teria proposto uma “forma atualizada e revolucionária de desenvolver o socialismo em um país desenvolvido, com estruturas econômicas típicas do capitalismo monopolista estatal e um tipo de Estado que evoluiu da ditadura nacional-católica de Franco a uma democracia parlamentar comparável ao resto dos regimes políticos europeus”.

O artigo de Michelle Sales tem como questão central discutir, a partir do campo das artes, os temas da modernidade e do colonialismo no mundo ibero-americano. Para isto, a autora procura analisar a memória do colonialismo no espaço ibero-americano a partir de uma “redefinição de fronteiras que nos obriga a incluir o trânsito negro no Atlântico de pessoas escravizadas, sequestradas de países tão diferentes entre si como Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, entre outros”. Dessa forma, a autora inclui no artigo “alguns artistas angolanos diáspóricos, radicados em Portugal, além de portugueses afrodescendentes” e sua produção artística realizada a partir de 2000.

Jorge Seabra, a partir da dicotomia entre Tradição e Modernidade e embasado pelo sentido proposto por Norberto Bobbio – em que Tradição se apresenta como referida ao pensamento conservador e sua concepção estática da história e Modernidade como símbolo do dinamismo radical e da constante mudança –, busca analisar como essas concepções são tratadas na memória fílmica acerca do império português no período compreendido entre 1940 e 2018. Ressaltando que “a produção global apresentada pela ficção cinematográfica portuguesa sobre o império colonial é o tema mais obsessivamente tratado pelos realizadores nacionais desde que surgiu a primeira obra sobre o assunto. Entre 1940, ano da primeira ficção, *O feitiço do império* (Ribeiro, 1940) e 2018, data de *Peregrinação* (Botelho, 2018), ao longo de 78 anos, verifica-se a realização média de uma obra por ano”.

A questão da autoria e dos direitos do autor diante da circulação das obras são os temas centrais do artigo de Jorge Luiz Cruz. A partir de sentenças e notícias publicadas na grande imprensa brasileira, busca realizar reflexões a respeito dos direitos autorais no campo das artes e, mais especificamente, do cinema no Brasil. Ao mesmo tempo, analisa como estas questões são tratadas na legislação brasileira.

Maria Emilia Prado

(Página deixada propositadamente em branco)

**OS INTELLECTUAIS E A BUSCA PELA
IDENTIDADE DA IBERO-AMÉRICA.
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES
INTELLECTUALS AND THE SEARCH
FOR IBERO-AMERICA'S IDENTITY.
SOME CONSIDERATIONS**

Maria Emilia Prado

ORCID: 0000-0002-0520-442X

Resumo

Este artigo objetiva apresentar algumas das reflexões feitas pelos intelectuais ibero-americanos no início do século XX a respeito da questão da identidade. Ao longo do século XIX, os intelectuais se preocupavam em buscar alternativas políticas capazes de integrar a Ibero-América no modelo liberal e/ou democrático. Ao final do século, muitos intelectuais começaram, então, a pensar sobre a importância de marcar positivamente o tema da identidade endógena.

Palavras-chave: intelectuais; identidade; nação; política.

Abstract

This article aims to present some of the reflections made by Ibero-American intellectuals in the early 20th century on the issue of identity. Throughout the 19th century, intellectuals were concerned with seeking political alternatives capable of integrating Ibero-America into the liberal and/or democratic model. At the turn of the century, many intellectuals then began to think about the importance of positively marking the theme of endogenous Identity.

Keywords: intellectuals; identity; nation; politics.

Os temas da civilização e do progresso tornaram-se centrais aos finais do século XIX, não apenas na Ibero-América, mas também em parte da Europa Ocidental. Definir o que era a civilização e o progresso ocupou boa parte da intelectualidade do Ocidente. No entanto, este não foi um debate apenas intelectual, uma vez que políticos e governos participaram ativamente desse debate. Os governos procuraram, por sua vez, concretizar muitos dos temas em questão e, dessa forma, adotaram as medidas necessárias para incentivar o processo industrial bem como o desenvolvimento da ciência – ícones do progresso e da civilização. Exposições Universais foram montadas nos principais países europeus – Inglaterra e França – destinadas a demonstrar ao restante do mundo os produtos da civilização. Este mundo moderno caracterizava-se, prioritariamente, pela vigência da Liberdade que, por sua vez, possibilitava a livre escolha do trabalho para outrem ou do empreendimento. Para além disso, a modernidade também implicava na adoção maciça de máquinas destinadas à produção de mais e mais mercadorias que deveriam estar disponíveis a um número cada vez maior de ávidos consumidores.

Máquinas capazes de disponibilizar bens industriais para o mercado consumidor, navios capazes de transportá-las, redes de ferrovias ligando lugares distantes em menos tempo e a eles levando novos produtos, massas de trabalhadores capazes de preencher novas indústrias. Essas eram marcas mais visíveis de um mundo em franca aceleração.

Olhando este mundo que se construía no hemisfério norte os intelectuais ibero-americanos inquietavam-se, posto que, ao colocar seus países frente ao espelho das nações do Norte, o reflexo apresentado era frágil. As cidades eram pouco iluminadas, as estradas de ferro não encurtavam as distâncias, a ciência não produzia tecnologia, os navios transportavam mercadorias que eram produzidas no campo porque a indústria inexistia ou era frágil. As máquinas estavam distantes da realidade e a massa de trabalhadores não era urbana.

Ao colocar a Hispano-América no “espelho da civilização” a grande maioria dos intelectuais buscava, portanto, enfatizar a ausência. Diante deste reflexo negativo, preocupavam-se em encontrar as razões para este “não ser”. Na busca obstinada por entender o atraso e os meios para superá-lo, os intelectuais enveredaram por múltiplos caminhos. Tomavam por base doutrinas científicas e, em especial o darwinismo, utilizava-se por vezes de argumentos raciais a partir dos quais creditavam ao povo e à miscigenação a responsabilidade pela defasagem social e cultural.

Em meio a esse intenso debate em torno das formas possíveis de construir sociedades e países tomando por modelo a Europa Ocidental e/ou os Estados Unidos, parte dos intelectuais defendia ser preciso extirpar por um lado a herança colonial e por outro a pré-colombiana.

Na Argentina, Alberdi¹, por exemplo, afirmava que:

com três milhões de indígenas, cristãos e católicos não realizarás a República. Não realizarias também com quatro milhões de espanhóis peninsulares, porque o espanhol seria incapaz de realizá-la lá ou aqui (...) é necessário fomentar em nosso solo a população anglo-saxã².

Já para os finais do século XIX, Sarmiento³ voltava a insistir que a Ibero-América deveria se distanciar inteiramente de seu passado

¹ Juan Bautista Alberdi (1810-1884). Inspirador da Constituição nacional argentina, nasceu em Tucumán e cursou Direito na Universidade de Buenos Aires tendo terminado o curso na Universidade de Córdoba.

² ALBERDI, Juan Bautista – *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*. Buenos Aires: Biblioteca Clásicos Argentinos, 1946; p. 238-239.

³ Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888), cursou a instrução primária numa das melhores escolas do país a “escuela de la Patria”. Em 1831, após o triunfo de Facundo Quiroga, emigrou para o Chile lá trabalhando como professor. Em 1842 dirigiu a primeira escola normal da América do Sul fundada no Chile e em 1843 trabalhou na Faculdade de Filosofia da Universidade do Chile. Entre 1845/48 viajou pela Europa e pelos Estados Unidos, enviado pelo governo do Chile para estudar a organização do ensino primário. De volta, publicou *Viajes por Europa, Africa y América y Educación Popular*, ambas de 1849. Em fins de 1849 publicava também *Recuerdos de Provincia*, dentre outras obras.

endógeno, bem como daquele construído a partir do legado da colonização espanhola para que pudesse adotar o modelo político e social anglo-saxão. A dicotomia se estabelecia entre civilização (modelo anglo-saxão) e barbárie (Hispano-América). A chegada do ideário positivista contribuiu para “levar água ao moinho” dos defensores de que era imprescindível educar a população no trabalho e no esforço contínuo, de modo a possibilitar que a Ibero-América caminhasse rumo à superação do atraso.

Aos finais do século XIX, paulatinamente, os temas da identidade e da diferença tornaram-se cada vez mais presentes no debate intelectual. Tinha início a percepção de que o processo democrático não estava acessível a toda a população. Mesmo as reformas educacionais só teriam surtido efeito em alguns países como Argentina, Uruguai e Chile. Em países como Bolívia, Colômbia, Peru e Venezuela, a população local não havia ainda sido introduzida no idioma espanhol mais erudito e sua situação pouco se diferenciava daquela do período colonial. O século XX nascia, portanto, em meio a esse clima dicotômico.

A Ibero-América continuava sendo palco de debates sobre as razões que justificavam seu suposto atraso diante da Europa Ocidental e/ou dos Estados Unidos. Mas assistia também ao nascimento de uma corrente intelectual que ressaltava o legado da colonização ibérica, da cultura endógena e da paisagem natural, buscando enfatizar a superioridade da Ibero-América diante do modelo anglo-saxão. A publicação em 1900 de *Ariel*⁴ do uruguaio Rodó⁵ inaugurou uma corrente de pensamento que

⁴ RODÓ, José Enrique – *Ariel*. 5ª ed. Madrid: Editorial Cervantes, 1926.

⁵ José Enrique Rodó nasceu em Montevidéu, Uruguai em 15 de julho de 1871. Iniciou ainda muito jovem seu trabalho como colaborador na imprensa uruguaia e em 1895 fundou a *Revista Nacional de Literatura y de Ciencias Sociales*. Foi também redator no jornal *La Nación de Buenos Aires*. Em 1898 assumiu a cátedra de Literatura na Universidade de Montevidéu. Além de *Ariel* (1900), foi autor das seguintes obras: *La novela nueva* (1897), *El que vendrá* (1897), *Liberalismo y Jacobismo* (1906), *Motivos de Proteo* (1909), *El mirador de Prospero* (1913), *El camino de Paros* (1918) e *Nuevos motivos de Proteo* (1927).

teria importância crucial na Ibero-América, por colocar as questões da identidade e da cultura em primeiro plano.

Para Rodó, a América Latina não precisava importar o modelo anglo-saxão para se constituir como moderna. Ele considerava que ela era moderna, mas de forma alguma havia semelhança com a modernidade norte-americana pela qual, aliás, Rodó não possuía nenhuma admiração. Recusava-se a ver, pensar e conceber a Ibero-América como uma área de atraso, como muitos intelectuais a desenharam, porque comparavam os progressos tecnológicos, a indústria, enfim, o ritmo do Norte com o da Ibero-América. Após essa comparação passavam a defini-la como lenta e presa às tradições, refratária ao progresso, etc.

Para Rodó, ao se colocar a Ibero-América no espelho do Norte, a imagem refletida era a de uma região vibrante, repleta de luz e cor, com ricas tradições, enquanto a América do Norte era vista como árida e fria. Em uma palavra, faltava alma, faltava o espírito capaz de animar e dar vida ao corpo. Contrariamente, a corrente anti-ibérica que se consolidara na segunda metade do século XIX, e que tinha em Sarmiento seu mais importante representante. Defendia ser necessário destruir toda herança ibérica posto que associada ao atraso; sendo, portanto, imprescindível fundar uma nova mentalidade, capaz de permitir à Ibero-América incorporar os valores da revolução industrial e tecnológica que se produziam, então, nos países mais avançados e/ou civilizados, como então se dizia. Rodó defendia que criar este homem novo só seria possível se isto estivesse ancorado na especificidade da “latinidade”. E para Rodó a gênese desta latinidade estava referida à herança deixada pelos espanhóis. Ele não fazia referência aos países andinos e a herança indígena, anterior, evidentemente, à chegada dos espanhóis. Para Rodó, a identidade ibero-americana teria sido construída pelos conquistadores espanhóis. E, ao colocar a Ibero-América no espelho do Norte, Rodó não condenava a modernidade. Defendia, porém, que esta não podia advir a partir do utilitarismo nem do pragmatismo – principais atributos de Caliban (o Norte).

Rodó construiu sua obra a partir da oposição travada entre Ariel e Caliban, ambos simbolizando duas facetas do espírito humano, representando a luz e a escuridão. Ariel seria a força do bem e da virtude, o império da razão e do sentimento, beleza e bom gosto. Ariel é, portanto, o espírito sereno, primoroso, presente em *A Tempestade*, peça teatral de Shakespeare, é o espírito da perseverança. Na obra de Shakespeare, Ariel obedece a Próspero, que o tirou da escravidão e a quem deve, por isto, favores. Próspero exige de Ariel uma série de provações e de atitudes necessárias para levá-lo a conquistar sua liberdade. Ariel não desiste em nenhum momento e com força de vontade executa todas as provas com o propósito libertário. Em contraposição a Ariel temos, em *A Tempestade*, o espírito que representa as forças menores, o lado mal, força destruidora da unidade da natureza humana e não disposto a alcançar as virtudes maiores da vida. Este é Caliban. Isto não significa que Rodó objetivasse imbuir em seus leitores a caracterização da América como representando o espírito de Ariel em contraposição aos Estados Unidos que representariam Caliban.

O que ele pretendia era incutir na Ibero-América as qualidades de Ariel. Pretendia incentivar a juventude ibero-americana a lutar pela América tal qual ela deveria se apresentar, respeitando as suas tradições e raízes. Pretendia com isso, reanimar a consciência e recuperar o entusiasmo. Dessa forma, o conceito de cultura é fundamental no entendimento das reflexões e propostas de Rodó a respeito da Ibero-América.

É preciso que se diga, no entanto, que Rodó não abominava os Estados Unidos. Respeitava sua capacidade de realização e seu otimismo. O que considerava inconcebível era o fato da Ibero-América querer apropriar-se das experiências norte-americanas e imitá-las. Buscava demonstrar que os Estados Unidos tiveram outra orientação histórica e que, por ser a Ibero-América diferente historicamente, não seria possível a imitação pura e simples. Fazia-se necessário um modelo próprio que até podia ser inspirado pelo dos Estados Unidos, mas jamais copiado.

Era preciso que a Ibero-América procurasse desenvolver sua própria linha de raciocínio a partir da valorização da herança recebida à época da colonização. Para Rodó⁶, imita-se

aquele em cuja superioridade se crê. É assim que a visão de uma América deslatinizada por sua própria vontade, sem a extorsão da conquista, e regenerada pela imagem e à semelhança do protótipo do Norte, flutua já sobre os sonhos de muitos sinceros interessados em nosso futuro, inspira a segurança com que se formulam a cada passo as mais sugestivas comparações e paralelos, e manifesta-se em contrastes propósitos de inovação e de reforma (...) embora não os estime, admiro-os. Admiro-os, em primeiro lugar, pela sua formidável capacidade de querer, e inclino-me perante a escola de vontade e de trabalho que eles criaram⁷.

A crítica aos Estados Unidos era sempre uma crítica ao utilitarismo, procurando alertar que este não era um fundamento peculiar ao povo ibero-americano. Afinal, afirmava que era isto que impedia a ausência de contemplação do belo no povo norte-americano.

Rodó pretendia, ao longo de sua obra, recuperar e ressaltar as qualidades do espírito, herança ibérica segundo ele. Mais do que isto Rodó procurou ressaltar que a Ibero-América deveria se distanciar política e administrativamente da Espanha, como o fez com o processo de independência, mas a ela permanecer ligada do ponto de vista social e cultural, preservando as raízes que uniam Espanha e América.

Na linha aberta por Rodó de valorização da Ibero-América se encontra a obra do Conde de Afonso Celso *Porque me Ufano do meu País*⁸. Nesta o autor enaltecia a riqueza da formação cultural brasileira, bem como o papel desempenhado pelo colonizador para a construção dessa identidade caracterizada pela multiplicidade racial e cultural. O Brasil era, portanto, a terra do porvir. A terra abençoada por Deus que dele

⁶ Tradução feita livremente pela autora.

⁷ RODÓ – Op. Cit., p. 98.

⁸ FIGUEIREDO JR., Afonso Celso de Assis – *Porque Me Ufano do Meu País*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lammert & C. Editores, 1908.

recebeu uma natureza privilegiada e repleta de recursos. Não havia porque valorizar positivamente a experiência de outros países, uma vez que eles nada tinham para ensinar. E o Brasil não precisava aprender coisa alguma com França, Inglaterra, e menos ainda com os Estados Unidos.

Porque me Ufano do meu País foi escrito em 1900 e publicado pela primeira vez em 1901. Tornou-se uma espécie de “cartilha” de um nacionalismo ingênuo que teve, porém, enorme influência entre a juventude, já que passou a ser adotado nas escolas. Teve inúmeras reedições e, como o título tão exemplarmente clarifica, o livro é uma exaltação das virtudes brasileiras. Não há preocupação em olhar para outros países nem tampouco em discutir, analisar ou compreender os significados do ideal civilizatório.

Afonso Celso preocupou-se, através dos capítulos de sua obra, em demonstrar quais os fatores responsáveis pela grandeza do Brasil. Depois de definir para quem se destinava o livro: “vós, meus filhos, ao celebrar a nossa Pátria o quarto centenário do seu descobrimento”⁹. Dedicou-se a explicitar as razões que o levaram a escrevê-lo e elas consistiam na “primordial ambição em vos dar exemplos e conselhos que vos façam úteis à vossa família, à vossa nação e à vossa espécie, tornando-vos fortes, bons, felizes”¹⁰. Após essa introdução tão necessária, Afonso Celso começou a traçar o retrato do Brasil e este surgia como sendo o de país marcado pela grandeza: território, povo, natureza, cultura e história. Uma perfeita combinação destinada a levar o país às maiores glórias. Perfeita combinação que teve como realizador a providência divina.

Ao longo dos 42 capítulos que constituem o livro o autor descerra uma a uma as razões da glória do Brasil. O tamanho do território é a primeira delas:

⁹ *Ibidem*, p. 8.

¹⁰ *Ibidem*.

O Brasil é um dos mais vastos países do globo, o mais vasto da raça latina, o mais vasto do Novo Mundo, à exceção dos Estados Unidos. É pouco menor que toda a Europa.

Rivaliza em tamanho com o conjunto dos outros países da América Meridional. Representa uma décima quinta parte do orbe terráqueo. Só a Rússia, a China e os Estados Unidos o excedem em extensão. É quatorze vezes maior do que a França, cerca de trezentas vezes maior do que a Bélgica. (...)

Pará, Goiás, Mato Grosso ultrapassam qualquer nação européia, salvante a Rússia.

O Brasil é um mundo¹¹.

As belezas naturais são o segundo elemento a atestar a superioridade brasileira:

Não há no mundo país mais belo do que o Brasil. Quantos o visitam atestam e proclamam essa incomparável beleza.

Dentro do enorme perímetro brasileiro, encontra-se tudo o que de pitoresco e grandioso oferece a terra. Ainda mais: encontra-se, em matéria de panorama, tudo o que ardente imaginação possa fantasiar. E os espetáculos são tão variados quanto magníficos¹².

À natureza o autor dedicou inúmeros capítulos, onde procurava demonstrar a superioridade do Brasil: a cachoeira de Paulo Afonso, o Amazonas, a baía de Guanabara, os minerais, o clima ameno, a ausência de calamidades para, a seguir, dedicar-se a descrever a superioridade da cultura brasileira e do seu povo. Assim, o heroísmo do povo, a grandeza da colonização portuguesa, a generosidade, doçura e acolhimento do povo e, por fim, os fatos históricos.

O retrato do Brasil que surge da pena de Afonso Celso é de um país que reúne todas as características para, se posto no espelho das nações, sobressair-se como o mais grandioso e o mais importante dentre todas as nações. O resumo de suas ideias foi apresentado por ele em um único

¹¹ *Ibidem*, p. 11.

¹² *Ibidem*, p. 18.

capítulo onde buscou descrever todas as qualidades brasileiras. E então, a imagem que surgia do país revelava que:

— O Brasil constitui um dos mais vastos países da terra, capaz de conter toda a população nela existente; (...)

— É belíssimo, encerrando maravilhas sem êmulas no universo, como o Amazonas, a cachoeira de Paulo Afonso, a floresta virgem, a baía do Rio de Janeiro;

— Possui riquezas incalculáveis, tudo quanto de precioso se encontra no globo;

— Goza de perpétua primavera, sem jamais conhecer temperaturas extremas;

— Não sofre as calamidades que costumam afligir a humanidade: vulcões, terremotos, ciclones, inundações, abundância de animais ferozes;

— Resulta a sua população da fusão de três dignas e valorosas raças;

— Bom, pacífico, ordeiro, serviçal, sensível, sem preconceitos, não deturpa o caráter desse povo nenhum vício que lhe seja peculiar, ou defeito insusceptível de correção;

— Nunca sofreu humilhações, nunca fez mal, nunca perdeu uma polegada do seu solo, nunca foi vencido, antes tem vencido poderosas nações;

— Sempre procedeu honesta e cavalheirescamente para com os outros povos, livrando, com absoluta abnegação, de odiosas tiranias seus vizinhos mais fracos; (...)

— Na sua história, relacionada com os mais notáveis acontecimentos da espécie humana, escasseiam guerras civis e efusões de sangue, sobejando feitos heróicos, formosas lendas, preclaras figuras, luminosos exemplos;

— Primeiro país autônomo da América latina, segundo do Novo Mundo, sempre manifestou espírito de independência, desfrutou liberdades desconhecidas em outras nações (...).

Nestas condições, o Brasil é um país privilegiado, reunindo elementos que lhe conferem primazia sobre todos os mais. Importa ingrati-dão para com a Providência invejar outras nações, não nutrir a ufanía de ter nascido brasileiro. Foi belo o quinhão que nos coube. Outros povos apenas se avantajam ao nosso naquilo que a idade secular lhes conquistou. O Brasil poderá tornar-se o que eles são. Eles nunca serão o que é o Brasil¹³.

A imagem do Brasil que surge das letras de Afonso Celso retratava um país grandioso, sem mazelas (o passado escravista praticamente não foi

¹³ *Ibidem*, p. 190-193.

mencionado), abençoado pela Providência com riquezas mil. Composto por um povo heroico, hospitaleiro e doce. O texto de Afonso Celso, retratando o Brasil de modo paradisíaco acabou por propiciar a utilização do termo ufanista, a partir de então empregado para todos os autores e/ou textos que construía uma imagem extremamente positiva do Brasil.

A obra de Afonso Celso ressaltava a natureza como o motivo para valorização da experiência brasileira diante daquela oriunda do mundo anglo-saxão. Tema que se tornou recorrente em parte da historiografia, mas principalmente apreendido pela Política e mais recentemente pelo *marketing* político. A natureza com sua pujança florestal, o verde das matas, os minérios, os rios, as praias, as águas para o abastecimento ou para o lazer definiam o Brasil, demarcando por vezes sua superioridade diante de muitas outras nações.

Para Rodó e o grupo arielista constituído a partir de suas ideias e publicações, bem como de seu papel como aglutinador de intelectuais, a supremacia ibero-americana se fazia a partir da herança cultural do colonizador espanhol. As artes, as letras, a arquitetura, em uma palavra: as atividades do espírito, que Rodó contrapunha ao que denominava a predominância das atividades tecnológicas e materialistas que vigoravam no mundo anglo-saxão, em especial os Estados Unidos.

A busca por definir a identidade foi um dos grandes temas a ocupar a intelectualidade ibero-americana ao longo dos séculos XIX e XX. De modo geral, a Ibero-América, quando colocada no espelho dos países da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, refletia sempre a ausência: de liberdade, de democracia, de progresso material, científico, tecnológico, etc. A maior parte dos intelectuais buscou refletir sobre as razões desse hiato, traduzido como atraso. A pouco e pouco o século XX foi palco de análises destinadas a ressaltar a cultura da Ibero-América. Isto não mais como fruto apenas da colonização, como ressaltava Rodó, mas sim como construção dos povos que a habitavam desde a época pré-colombiana e pelos séculos que se seguiram.

Dessa forma, passou-se a destacar a contribuição do povo na construção da Ibero-América e de como se construiu uma cultura própria que se diferenciava do modelo anglo-saxão, mas se rejeitava a ideia de que essa diferença implicava em inferioridade.

Mas o tema do povo já é parte para um novo artigo que extrapola a proposta e as dimensões deste.

Referências Bibliográficas

- ALBERDI, Juan Bautista – *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*. Buenos Aires: Biblioteca Clásicos Argentinos, 1946. 189 p.
- ARDAO, Arturo – *América Latina e Latinidad*. México: Universidad Nacional Autónoma (UNAM), 1987. 232 p. ISBN 968-36-2978-4.
- BERTRANOU, Clara Jalif de (comp.) – *Semillas en el Tiempo. El latinoamericanismo filosófico contemporáneo*. Mendoza: EDIUNC, 2001. 289 p. ISBN 950-39-0027-1.
- BOMFIM, Manoel – *América Latina. Males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993. 302 p.
- FIGUEIREDO JR., Afonso Celso de Assis – *Porque Me Ufano do Meu País*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lammert & C. Editores, 1908. 201 p.
- LEITE, Dante Moreira – *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: UNESP, 2002. 339 p. ISBN 85-7139-764-3.
- MELLO, Evaldo Cabral de – *Um imenso Portugal. História e historiografia*. São Paulo: Editora 34, 2002. 363 p. ISBN 85-7326-256-7.
- MORSE, Richard – *O Espelho de Próspero. Cultura e Ideias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 189 p. ISBN 85-8509-573-3.
- PEIXOTO, Antonio Carlos – “Considerações sobre o pensamento conservador hispano-americano no século XIX”. *Revista internacional de estudos políticos*. Rio de Janeiro: UERJ. ISSN 1516-5973. v. 2, n. 2 (2000), p. 165-190.
- PRADO, Maria Emilia – *Joaquim Nabuco. A Política como Moral e como História*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2006. 131 p.
- RODÓ, José Enrique – *Ariel*. 5ª ed. Madrid: Editorial Cervantes, 1926. 118 p.
- ROMERO, José Luis – *Pensamiento político de la emancipación (1790-1825)*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1977. 359 p.
- ROMERO, José Luís – *Las ideas políticas en Argentina*. México: Fondo de Cultura Económica (FCE), 2000. 268 p. ISBN 950-55-7009-0.
- SARMIENTO, Domingo Faustino – *Facundo. Civilização e Barbárie*. Petrópolis: Vozes, 1996. 339 p. ISBN 85-326-1655-0.
- SARMIENTO, Domingo Faustino – *Recuerdos de Provincia*. Buenos Aires: Alfredo Angulo Editor, s. d. 235 p.
- VIANNA, Luíz Werneck – *A Revolução Passiva. Iberismo e Americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997. 222 p. ISBN 85-7106-129-7.

O LIBERALISMO E O BRASIL

LIBERALISM AND BRAZIL

Rubem Barboza Filho

ORCID: 0000-0003-0733-8138

Resumo

Ao modificar a perspectiva usual da Sociologia sobre a emergência das sociedades modernas, torna-se possível perceber que toda a estratégia de modernização “por cima” escolhida pelas elites brasileiras nos dois últimos séculos estava fadada ao fracasso. A narrativa histórica produzida por elas implicava a necessidade de ruptura permanente com o passado “colonial”, desconhecendo a força e a complexidade de uma nova sociedade que emergia nos trópicos, criada de baixo para cima. Ao mesmo tempo, negava ao povo a condição de autor desta experiência única, o que acaba por justificar uma modernização apenas material e politicamente demofóbica, com resultados sociais catastróficos e a utilização tática do Liberalismo, do Republicanismo e do Constitucionalismo ocidentais. Este traço de longa duração desdobra-se no presente como uma crise sem precedentes.

Palavras-chave: tradição brasileira; Barroco; modernização; Liberalismo.

Abstract

By modifying the usual perspective of sociology on the emergence of modern societies, it becomes possible to see that the whole modernization strategy “from the top” chosen by Brazilian elites over the past two centuries was doomed to failure. The historical narrative produced by them im-

plied the need for a permanent break with the “colonial” past, ignoring the strength and complexity of a new society that emerged in the tropics, created from the bottom-up. This narrative expands by denying the people the ability to have built this unique experience, a denial that ends up justifying a materially and politically demophobic modernization, with catastrophic social results and the tactical use of Western liberalism, republicanism and constitutionalism. This long-lasting trait unfolds in the present as an unprecedented crisis.

Keywords: Brazilian tradition; Baroque; modernization; Liberalism.

Uma das hipóteses centrais desse ensaio é de que o Brasil, nos seus primeiros quatro séculos, só poderá ser apreendido como uma sociedade tradicional pela redução forçada de sua crescente complexidade. Uma das mais cruéis e desorganizadas aventuras humanas ao longo da história; ainda assim, o que hoje conhecemos como Brasil criou, nestes séculos iniciais, uma poderosa dinâmica de experimentação e aprendizado social que, a rigor, não consegue ser capturada pelo tipo-ideal de uma sociedade tradicional ao estilo weberiano. A incompreensão e a rejeição dessa forma de vida, criada de baixo para cima e que recusa a petrificação e o fechamento, sempre levou a maior parte das elites políticas e intelectuais brasileiras a reclamar uma “modernização” como ruptura com este passado, dando forma a um processo demofóbico de construção do que deveria ser o Brasil moderno. O Liberalismo, o Republicanismo ou o Constitucionalismo europeus poderiam ser incorporados de modo específico ao barroquismo presente nesta sociedade em processo de autocriação. Não foram por opção de elites ciosas das suas fontes de poder e dispostas a saquear estrategicamente o repertório libertário das revoluções francesa e americana.

A diáde “atraso/moderno” não orientou apenas a ação de parte da elite política brasileira no período após a independência. Ao longo do século XX, ela tornou-se uma premissa do pensamento social brasileiro, acadêmico ou não, fundada na apropriação da Sociologia como uma ciência destinada a explicar a transição de sociedades tradicionais para uma sociedade moderna ou burguesa. Com o propósito de fugir deste antagonismo – bastante matizado nos clássicos –, gostaria de explorar a hipótese de que o Ocidente moderno resultou da operação de três grandes linguagens: a linguagem do interesse, da razão e dos afetos. Esta perspectiva pode oferecer um panorama mais complexo das opções feitas pela elite brasileira logo após a independência, na tentativa de sincronizar a jovem nação com o Ocidente. Manejadas instrumentalmente pelas elites, as linguagens da razão e do interesse se transformaram em armas contra a forma de vida barroca da sociedade brasileira – uma variante especial da linguagem dos afetos –, dando forma a um tipo de modernização sem modernidade, demofóbica e incapaz de atingir sua plenitude.

Ao me valer do termo “linguagens”, quero trazer para o campo da Teoria Social os ganhos da virada linguística do século passado. Neste sentido, as três linguagens correspondem a “formas de vida”, de acordo com Wittgenstein¹, ou a “espaços de razões”, na formulação de Sellars², capazes de discriminar um modo de vida e seus valores de liberdade, de igualdade, de solidariedade, compondo um modelo de vida boa. As linguagens são, assim, horizontes comunitários e transcendentais que determinam nossa experiência do mundo e da vida social, e que adquirem a condição de uma “segunda natureza” aberta à mutação, pano de fundo de nossa espontaneidade e de nossa reflexividade, de acordo com McDowell³. O Ocidente

¹ WITTGENSTEIN, Ludwig – *Investigações Filosóficas*. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

² SELLARS, Wilfrid – *In the Space of Reasons*. Cambridge, Massachusetts; London, England: Harvard University Press, 2007.

³ MCDOWELL, John – *Mente e Mundo*. Aparecida: Ideias e Letras, 2005.

moderno é o resultado de uma associação específica da linguagem dos afetos, a mais antiga de todas, às linguagens do interesse e da razão, desenvolvidas na própria evolução histórica da Modernidade. É a competição e o diálogo entre as formas bem compreendidas destas linguagens que reconstróem permanentemente o horizonte utópico do Ocidente, e a associação de suas formas empobrecidas o que produz o oposto.

Mobilizando a herança da Sociologia, elas podem ser descritas sob a forma de tipos-ideais, com modulações em relação ao empreendimento clássico weberiano. Em primeiro lugar, estes tipos ideais não estarão talhados para discriminar ações subjetivamente orientadas, mas para a compreensão de ações “intersubjetivamente” orientadas, com base no pressuposto das linguagens como “formas de vida”. Em segundo lugar, estas linguagens não serão fixadas pela articulação lógica de seus termos internos, mas expostas nas suas formas “bem compreendidas”, ainda que um mínimo de lógica seja necessário. Em terceiro lugar, não há necessidade de conferir à linguagem da razão o privilégio heurístico para a definição das demais, procedimento característico de Weber ao supor o avanço da racionalidade como a característica básica da Modernidade. Se a nossa perspectiva fugir da comparação Ocidente-Oriente, própria da reflexão de Weber, para um olhar mais atento às sociedades situadas fora do norte do Ocidente, a centralidade deveria ser oferecida à linguagem dos afetos.

A linguagem do interesse afirma o homem como um indivíduo preexistente ao contrato social, envolvido por direitos negativos e subjetivos que lhe asseguram a perseguição de seus desejos traduzidos como “interesses”, e atribui à dimensão jurídico-política da sociedade a garantia desta livre movimentação dos indivíduos e seus interesses. Hobbes já anunciara os termos desta linguagem, mas nele ainda existe a necessidade de um controle externo do desejo humano situado ao fundo do interesse. Ao reclamar este controle, sua reflexão ainda não atribui ao interesse a sede autônoma de uma linguagem normativa,

como um “espaço de razões” específico. Este passo será dado quando o interesse se transformar na fonte de uma moral que controle o desejo e o vincule a formas de vida boa, movimento claro de Locke. Ou seja, quando o controle externo se tornar *habitus* internamente estabelecido e capaz de uma *áskesis* que justifique o indivíduo apetitivo como a base sobre a qual a sociedade deve se assentar. A perspectiva lockeana incorpora ao indivíduo os motivos de autocontrole e autorreforma do Protestantismo, e anuncia uma determinada economia do corpo e dos sentimentos para a construção do indivíduo como um ser moral. Ainda em Locke, podemos encontrar o *medium* da linguagem dos interesses, ou seja, a mediação que permite ao interesse plasmar e justificar moralmente o mundo social e o destino individual: o trabalho. O exercício puritano de uma vocação no mundo, como acentua Weber⁴, dá origem a uma ética do trabalho, e batiza a transformação do interesse em propriedade legítima. Nesta linguagem, o tema da justiça migra do âmbito da dimensão política, vista apenas como garantia formal dos direitos subjetivos e do interesse, para o mercado entendido como trama resultante da ação simultânea dos indivíduos em busca dos seus interesses. Esta percepção do mercado como distribuidor de justiça sustenta um dos princípios da economia política, ou seja, o da moralidade do mercado, que deve ser protegido da invasão de qualquer outra fonte moral.

A linguagem da razão tem um impulso inicial decisivo com Descartes que, por meio da dúvida metódica, instala o eu pensante como núcleo irreduzível da subjetividade. Este eu que pensa pode chegar a ideias claras e distintas reconstruindo dedutivamente a ordem do mundo, do mesmo modo que é capaz de produzir uma moral racional destinada ao controle de nossas paixões e à nossa perfeição. Moral talhada no que é “certo”, em detrimento do bom ou do bem finalisticamente concebido. No desenvolvimento da modernidade, a

⁴ WEBER, Max – *Sociologia das Religiões*. São Paulo: Ícone, 2010.

“razão” torna-se omnicompreensiva, ampliando seu território em Port Royal, no Iluminismo, em Rousseau e vários pensadores da Revolução Francesa e, sobretudo, em Kant. Não tenho a intenção de desenhar uma história da razão, mas para o que nos interessa, Rousseau e Kant parecem fundamentais. No primeiro, a recuperação do contrato social como um ato racional e revolucionário, que redime o homem de uma história que o faz prisioneiro de acasos e convenções congelados sob a rubrica ilusória da civilização. O contrato social transubstancia o homem em um ser livre, no cidadão livre e racional que se dá sua própria lei pela descoberta da vontade geral da comunidade política. O *medium* por excelência desta linguagem é comunicação entre cidadãos autônomos, *medium* que estimula o florescimento de virtudes necessárias à vida política e que transforma o direito em direito material que tudo regula como expressão da liberdade e igualdade de todos. A direção que Kant imprime à linguagem da razão é diferente, organizada pelo esforço hercúleo da própria subjetividade para se reconhecer como razão pura e como vontade pura, ou seja, como subjetividade transcendental que determina a nossa experiência do mundo externo e nos habilita à perfeição moral. Nestas circunstâncias, o sujeito livre é aquele que se dá uma norma universal de ação, referência para o seu infinito aprendizado moral. Tal como em Rousseau, estas premissas se replicam no domínio da Política, pela elaboração de uma Constituição cujo objetivo seria o de organizar um Estado que pudesse se traduzir institucional e legalmente como materialização da razão.

Em suma, nesta linguagem a razão se afirma o fundamento da liberdade política e da infinita perfeição moral de cada homem, desenvolvendo-se num território proclamado como universal. Se na linguagem dos interesses, o indivíduo livre é considerado anterior à sociedade, na linguagem da razão ele só se torna um cidadão livre depois do contrato social e racional. A linguagem dos afetos, diferentemente, se organiza pela atualização de um pressuposto aristotélico da natu-

ral sociabilidade dos homens. Pressuposto que fustiga permanentemente as imagens antropológicas das duas outras linguagens, ao afirmar o homem como um ser do desejo que existe apenas nas suas relações sociais, e modernamente atualizado pelo Humanismo Cívico, por Maquiavel, pelo Neotomismo, pelo Barroco, por Spinoza, pelo Romantismo e mais à frente por Hegel e Marx. A afirmação da natural sociabilidade humana não se põe como ponto de partida para uma cadeia de raciocínios que resulta numa moral universal, destinada a controlar o dinamismo e a potência do desejo, como nas outras linguagens. A ela interessa preservar e ampliar a potência de todos os homens em associação, premissa que inspira a concepção marxiana da democracia como um movimento permanente do *demos* total em busca de si mesmo e de sua realização. E que o leva à crítica do modo de produção capitalista, cuja dinâmica anularia as reais possibilidades libertárias das figuras do indivíduo e do cidadão criadas pelo seu desenvolvimento, aprisionando-as em formas abstratas de liberdade e igualdade. A verdade do homem, nesta linguagem, é a sua peregrinação dolorosa por formas sociais transientes, condição de sua infinita perfectibilidade. Desse modo, o compromisso básico e reflexivo da linguagem dos afetos, nas suas formas bem compreendidas, é a manutenção permanente da abertura da potência humana, compromisso que alimenta seu poderio crítico em relação às formas de vida existentes. O *medium* dessa linguagem é a ação humana, a ação política que sintetiza o esforço humano reflexivo e prático para transformar o mundo em mundo desejado.

Estas linguagens não são incomensuráveis. As zonas de interseção são amplas e variadas as tentativas de síntese, a exemplo da poderosa reflexão de Hegel. Para ele, a plena autoconsciência do Espírito manifesta-se pela hierarquização e articulação do sentimento, que sustenta a família por meio do amor; do interesse, que comanda a sociedade civil; e da razão, materializada no Estado, responsável pela organização de um todo ético, fechamento que recupera novamente os

sentimentos. De acordo com Honneth⁵, nesta síntese, Hegel recolhe todas as formas possíveis de reconhecimento necessárias à existência de sociedades livres e democráticas. A remissão a Hegel serve ainda para assinalar que cada uma destas linguagens secreta e preserva uma série de instituições adequadas aos seus espaços de razões, e só uma descrição mais ampla e precisa poderia revelar a complexidade destes espaços e de suas articulações⁶. Apesar da turbulenta história da Europa ao longo da Modernidade, é possível nela perceber a presença de um determinado processo de aprendizagem, de constituição de uma “segunda natureza” que busca associar normativamente estas três grandes linguagens. Sem dúvida este processo estará sempre sob risco, e em circunstâncias especiais, sob risco radical, como no caso do nazifascismo.

A Modernidade como fato universal é tanto uma profunda mutação histórica própria do Ocidente quanto a invasão europeia do restante do mundo. Acacianamente – um advérbio inventado com gênio por Machado de Assis –, a ocidentalização do planeta não replica para as demais sociedades as mesmas possibilidades desfrutadas historicamente pela Europa. O longo processo de globalização – que para Marx se inicia com a descoberta da América – pode ser visto como um confronto reiterado entre estas linguagens próprias do Ocidente e a linguagem dos afetos que dava sentido às sociedades não ocidentais, permanentemente arrastadas pelas desconhecidas linguagens da razão e do interesse. A pergunta é se estas linguagens, e mesmo a linguagem dos afetos atualizada pelo Ocidente, podem ser integralmente implantadas nestas outras sociedades, replicando num tempo concentrado, o extenso

⁵ HONNETH, Axel – “Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade”. In SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia – *Teoria Crítica no século XXI*. São Paulo: Annablume, 2007. p. 79-93.

⁶ Para uma descrição mais completa desta perspectiva sobre as linguagens, ver BARBOZA FILHO, Rubem – “As linguagens da democracia”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, Ed. Hucitec. v. 23, n. 67 (2008), p. 15-37.

processo de amadurecimento da Modernidade europeia. Esta era e é esperança de todas as teorias da modernização, com suas práticas políticas à esquerda e à direita e seus imperativos de abandono do atraso e da tradição em favor do moderno. Ao fundo, esta esperança alimenta-se de uma possibilidade: a de que estas sociedades atingidas pelo avanço ocidental poderiam se “converter” em Ocidente, incorporando como suas as formas de vida criadas por ele. A hipótese deste texto é que esta “conversão” é inalcançável, se pensarmos no significado dado pela tradição europeia a esta palavra. O que nos impõe a tarefa de pensar a história do mundo como uma *Bildung* que foge da pura homogeneização.

A tradição barroca brasileira

Para reforçar a hipótese acima mencionada – a impossibilidade de uma “conversão” –, o recurso à Antropologia pós-estruturalista parece inevitável. Deixando à sombra outros autores, concentro-me na contribuição de Roy Wagner⁷, um discípulo pós-estruturalista de Lévi Strauss. No *post scriptum* da edição brasileira, Wagner observa que o argumento do seu livro se baseia na articulação entre dois domínios universalmente reconhecidos da experiência humana: “o reino do inato, ou “*dado*”, *daquilo que é inerente à natureza das coisas, e o reino dos assuntos sobre os quais os seres humanos podem exercer controle ou assumir responsabilidade*”⁸. Eles não são os mesmos de uma cultura para outra, e se revelam em especial nas circunstâncias de encontro entre contextos simbólicos diferentes. Nas sociedades ocidentais contemporâneas, o reino do inato corresponderia à natureza, sobre a qual exercemos controle, incluindo o nosso corpo. A “cultura” é a ciência, a arte, a tecnologia, a soma total de conquistas, invenções e descobertas

⁷ WAGNER, Roy – *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify Portátil, 2012.

⁸ *Ibidem*, p. 367.

que definem a nossa ideia de civilização, e com as quais controlamos a natureza. Conquistas que se transformam em instituições e normas, reproduzidas e ampliadas, organizando aquilo que Wagner chama de um “processo cumulativo de refinamento”. Esse seria o contexto de significação de qualquer tipo de trabalho, inovador ou simplesmente produtivo, nas sociedades modernas ocidentais. Para os povos antigos, camponeses e tribais, a definição seria outra: eles agem com base na ideia do “mundo como hipótese”, não imaginam a possibilidade de desvendá-lo lógica ou cientificamente, e fazem daquilo que chamamos “cultura” o inato, e não o “artificial”. A humanidade seria o reino do inato, numa inversão plena de consequências, e todo o jogo de invenção a que se dedicam é também um jogo de preservação dos homens como “animais sociais”, utilizando a expressão que caracteriza a linguagem dos afetos. A “cultura”, no sentido ocidental, para Wagner, é uma invenção, do mesmo modo que a noção de natureza, e não algo mais verdadeiro ou superior à visão oposta dos outros povos.

Esta primeira distinção ganha clareza quando associada às ideias de convenção e diferenciação, de controles coletivizantes e diferenciantes e à compreensão precisa da palavra “cultura”. A convenção é o nosso fundo comum de símbolos, o contexto primário e autoevidente a partir do qual utilizamos de maneira diferenciada este estoque de símbolos e suas articulações, e sem o qual não temos como nos expressar e comunicar. Ou mesmo nos reconhecermos como personalidade e parte de uma sociedade. Este ambiente quase virtual, que não pode ser estabelecido *a priori* e não pode ser concebido como estrutura ou sistema, só se dá a perceber por uma perspectiva fenomenológica, em especial no encontro ou confronto entre modos distintos de “obviar” o contraste entre o inato e o artificial, ou cultural. Os controles coletivizantes, no Ocidente, se desenvolvem como cultura coletiva, como conjunto de regras e normas que devem ser seguidas e interiorizadas. As distinções e inovações operadas, nestas circunstâncias, tendem a reforçar o contexto simbólico original. Para os demais povos, os controles não são cultura e suas vidas

parecem uma improvisação contínua. Os controles coletivizantes *não são pensados para serem “executados” ou seguidos como um “código”, mas para serem usados como a base da improvisação inventiva (...). Os controles são temas para interpretação e variação – um pouco ao modo do jazz, que vive da constante improvisação de seu tema*⁹.

As relações entre estes controles não dizem respeito a realidades distintas, e só podem ser percebidas na sua interação dialética, como faces da mesma moeda. A improvisação sanciona o controle coletivizante, mudando-o sem eliminar o mandamento da improvisação. E o tema da “invenção” ganha o sentido desejado por Wagner: a permanente reinvenção do mundo a partir de algo preexistente. Para estes povos, e no processo de interlocução com sociedades e culturas distintas, o movimento de assimilação e estranhamento ocorre através de metáforas, analogias ou alegorias nascidas do seu contexto “original” e projetadas no outro e para o outro, movimento que ocorre em duas direções e sob controle dos contextos originais. Cada um destes contextos se inquieta com o novo e tenta assimilá-lo, incorporando-o a seu estoque comum de símbolos. Por isso mesmo, cada estilo de criatividade é também um estilo de entendimento. Neste sentido, a interlocução dos não ocidentais com os ocidentais não significaria a adoção dos mesmos padrões que configuram a “cultura” em cada um, mas a absorção e a assimilação da cultura ocidental no reino do inato, sobre o qual se improvisa e se realiza a atividade criativa. O que predomina neste caso são os controles diferenciadores, contra o pano de fundo do contexto convencional, para confirmá-lo e reinventá-lo.

A abordagem de Wagner despede as perspectivas evolucionistas, a validade da crença usual na imutabilidade das sociedades chamadas tradicionais e, *last but not least*, livra os povos não modernos da pecha de impotentes diante da natureza e nas situações de interlocução com “culturas” tidas como mais modernas. Eles aceitam as “alegorias” ocidentais

⁹ *Ibidem*, p. 144-145.

para, através de uma ação diferenciante, incorporá-las ou não ao seu próprio contexto simbólico, numa “antropologia reversa”, como diz Wagner. Eles reinventam o seu contexto simbólico ou o protegem diante das possibilidades de entendimento ou de incompreensão criadas pelas metáforas e alegorias do outro, do diferente. O que não se altera é o modo de conceber a experiência humana, ou seja, a distinção entre o inato e o reino das ações humanas, um “espaço de razões” que é permanentemente reposto, ampliado e transformado numa direção distinta daquela do Ocidente. Para os nossos propósitos, este tipo de abordagem antropológica atualiza com especificidade o que tenho chamado de ganhos da virada linguística na sua versão pós-estruturalista. E nos ajuda a compreender o modo com que as sociedades mais antigas, próprias do mundo não ocidental, tendem a recepcionar as linguagens próprias da Modernidade.

A perspectiva wagneriana não pode ser entendida como outra forma de dualismo – até porque não é dualista – da qual poderíamos simplesmente “deduzir” um modelo genérico de distinção entre povos ou situações. O que ela abre é a possibilidade de desvendar a pluralidade e a proliferação constante de modos de invenção e reinvenção da sociedade. É esta abertura que tem orientado parte importante da Antropologia brasileira para um olhar mais cuidadoso sobre a história dos povos indígenas e dos africanos trazidos ao Brasil como escravos, como nos casos de Viveiros de Castro, Marcio Goldman, Manuela Carneiro e Cristina Pompa, para citar alguns. Nessa perspectiva, já não se trata de entender a mestiçagem étnica como uma determinante biológica de uma possível “fusão de horizontes” entre povos diferentes ou entre o passado e o presente, para lembrar o conceito de Gadamer¹⁰. Bem ao contrário, o que ela permite visualizar é a sociedade brasileira dos quatro primeiros séculos como o resultado sempre mutante de experimentações variadas de entendimento e interlocução entre indígenas, africanos, brancos e mestiços, em meio à violência da escravidão, do genocídio indígena e da cobiça europeia.

¹⁰ GADAMER, Hans-Georg – *Verdade e método I*. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

O modo de recepção do cristianismo, por indígenas e africanos, pode ser usado para iluminar esta dinâmica assimilacionista. O Neotomismo ibérico assegurava a humanidade dos índios americanos, reconhecendo-lhes a alma destinada à conversão. No entanto, os missionários se esforçaram em vão para surpreender, e invadir, esta alma concebida como sede de uma acesa contenda do ‘eu consigo mesmo’, típica do cristianismo. Num artigo paradigmático, intitulado “A inconstância da alma selvagem”, Viveiros de Castro¹¹ explora a oposição entre o mármore e a murta, feita pelo jesuíta Antônio Vieira: os europeus, uma vez convertidos ao cristianismo, transformam-se em estátuas de mármore, enquanto os índios são associados a uma estátua de murta, que logo perde sua forma. No entanto, observa Viveiros de Castro, o que os jesuítas chamavam de “inconstância” do selvagem – a disposição para aceitar e abandonar rapidamente os ensinamentos cristãos – era a expressão de um modo de ser fundado na troca e na honra, a manifestação do motivo e motor dessas sociedades indígenas: a captura de alteridades e sua subordinação à lógica social interna, alteridades sem as quais o mundo “... *soçobraria na indiferença e na paralisia*”¹². Se os portugueses e jesuítas desejavam os índios como animais úteis ou cristãos em potencial, observa Viveiros de Castro, os indígenas desejaram os europeus em sua plena alteridade, como “... *possibilidade de transfiguração, um signo da reunião do que havia sido separado na origem da cultura, capazes portanto de vir a alargar a condição humana, ou mesmo de ultrapassá-la*”¹³. A vivência da humanidade como o domínio do inato tem aqui uma determinação específica: a identidade indígena ou africana, pessoal ou coletiva, é radicalmente relacional, e só se realiza pela presença da alteridade.

¹¹ VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo – *A inconstância da alma selvagem - e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

¹² *Ibidem*, p. 207.

¹³ *Ibidem*, p. 206.

Esta concepção relacional de identidade não se presta à conversão, nos termos do cristianismo europeu, ausente a concepção da identidade como coincidência consigo mesmo. A mesma premissa opera entre os africanos. Indígenas e africanos assimilam os cristãos e o cristianismo, seus ritos e propostas alegóricas, como parte desta humanidade que contém o diferente, numa totalidade que barrocamente nunca se fecha. As religiões afro-brasileiras equiparam os “caboclos” indígenas e os santos católicos aos seus orixás, espíritos protetores que cada homem deve ser capaz de encontrar. Movimento realizado também pelos indígenas, raiz dos cultos afro-indígenas. Aceitar e assimilar o outro é assim aceitar a complexidade interminável da humanidade como “jardim barroco”, para aproveitar outra expressão de Viveiros de Castro. Desse modo, o cristianismo que emerge no Brasil não é da ordem da “conversão”, mas da complementaridade, da assimilação aos contextos simbólicos dos indígenas e africanos. É da ordem da adição, que visa preservar a atitude básica em relação ao outro. A “segunda natureza” dos brasileiros não reside na criação e reiteração de uma identidade marmórea, mas nesta disposição quase procedimental de experimentação, troca ou recusa, como no caso dos indígenas que fogem para o interior do Brasil para preservar um “*optimum de diferença*”¹⁴ ou seja, a recusa em incorporar o que fere o sistema simbólico original. Mas mesmo esta recusa estará marcada pela diferença, e será sempre mutante.

O movimento de absorção e recusa de elementos diferentes também se dá na direção inversa. Herdeiros de um cristianismo popular, nascido da troca com outras experiências religiosas, como as célticas, de acordo com Pierre Sanchis¹⁵, os portugueses e seus descendentes no Brasil incorporam sem dificuldade crenças indígenas e africanas, gerando uma

¹⁴ LÉVI-STRAUSS, Claude – *Antropologia Estrutural Dois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

¹⁵ SANCHIS, Pierre – “Religião, religiões...Alguns problemas do sincretismo no campo religioso brasileiro”. In SANCHIS, Pierre (org.) – *Fiéis & Cidadãos. Percursos de sincretismo no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 9-57.

espécie de paradoxo: todos são cristãos, mas ninguém é exclusivamente cristão. As experiências religiosas, os ritos, as crenças, as divindades e espíritos, constituem possibilidades complementares colocadas à disposição de todos para o enfrentamento de um cotidiano duríssimo em todos os aspectos. Esta forma de viver as religiões não cabe dentro do figurino hegemônico europeu, da visão do Cristianismo como a religião por excelência e excludente. A bem da verdade, os indígenas sequer tinham algo como religião, mas não se recusaram a aceitar parte do Cristianismo. De forma um tanto epigramática: esta experiência de troca é uma experiência de sentido, e permanece quando faz sentido, ponto explorado por Pompa¹⁶.

Esse mundo da diversidade, sem fechamento no seu fluxo instável, ganha direção pela presença do barroco, o que acaba por jogar os próprios portugueses e seus descendentes neste mundo em movimento. Não tenho como recuperar toda a riqueza do Barroco, e do Barroco ibérico em particular, neste texto. Contento-me, por isso, com a intervenção de Argan¹⁷, para quem o Barroco – e não apenas a arte barroca – é sempre uma operação de persuasão e comunicação, que encontra na teoria da verossimilhança, de origem aristotélica, a sua eficácia. Este aspecto é de fundamental importância para os nossos objetivos. O verossímil da *Retórica* refere-se ao que aconteceu ou ao que podia ter acontecido, e a persuasão desenvolve-se levando em conta a experiência dos homens a que se dirige, as disposições e a memória do público-alvo, o *sensus communis* e o gosto, para voltar a Gadamer. E desdobra-se buscando o maravilhamento, a ação sobre a imaginação, “... considerada a nascente e o impulso dos “afetos” ou dos sentimentos que, por sua vez, serão o móvel da ação”, relativizando o esforço

¹⁶ POMPA, Cristina – *Religião como tradução. Missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial*. Bauru: EDUSC/ANPOCS, 2003.

¹⁷ ARGAN, Giulio Carlo – *Imagens e persuasão. Ensaio sobre o Barroco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

intelectivo¹⁸. O barroquismo, e a arte alegórica barroca, não estão atados a verdades *a priori*, como o Absolutismo ou a Contrarreforma, afirma Argan. Eles servem a qualquer assunto ou agente, buscando o convencimento de homens pertencentes a uma sociedade vivida como um agitado conjunto de acontecimentos, sem uma forma definida ou imutável. A persuasão barroca não visa a verdade, mas o útil, o bom, o que deve ser feito ou evitado, mantendo ainda critérios objetivos de avaliação das ações humanas. Resulta disto o caráter mais ético do que gnosiológico da *mimesis* artística barroca e de sua natureza alegórica, expressando a direção da persuasão e da comunicação: a de formar grupos humanos solidários nas mesmas crenças e opiniões, para além dos limites preconcebidos de uma lógica formal, assinala ainda Argan, lembrando que para Aristóteles a persuasão recíproca é o fundamento da *polis*. A teatralização e a estetização da vida não corresponderiam, assim, a mero exagero, mas a esta contínua operação de persuasão e convencimento em circunstâncias de crise, de insegurança escatológica, de corrosão dos *habitus* existentes e a necessidade de reinvenção dos fundamentos normativos da vida em comum.

Se na Europa, o barroquismo ibérico tinha um significado de um giro voluntarista para reafirmar uma tradição¹⁹, na América, o barroco ibérico muda sua direção, e sua natureza alegórica se distende para a constituição de uma nova sociedade, para a criação e experimentação de modos de entendimento e interlocução entre indígenas, africanos, brancos e mestiços, sem abrir mão da violência. Ele traz para a América a vontade de poder e domínio, e nesse sentido busca a imposição de um modo de vida estranho aos outros povos. Distante, no entanto, do par natureza/cultura ocidental tal como descrito por Wagner, seu *pathos*

¹⁸ *Ibidem*, p. 60.

¹⁹ BARBOZA FILHO, Rubem – *Tradição e Artificio. Iberismo e Barroco na formação americana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

construtivista não se fecha, indiferente à experiência dos outros povos. A operação, ao longo do tempo, destes dois aspectos pode explicar a direção adotada pela sociedade brasileira em formação. De um lado, a abertura etnográfica que se transforma em abertura vital, a troca contínua em todas as dimensões da vida. De outro, a apropriação dos mecanismos alegóricos e persuasivos do Barroco vindo da Europa, dando forma visível, estética e reflexiva a uma versão especial da linguagem dos afetos.

Tradição barroca e Liberalismo

O Brasil se autocolonizava, e esta linguagem barroca dos afetos ganha um inesperado vigor e uma surpreendente autonomia na segunda metade do século XVIII. Ela se alimenta tanto de sua dinâmica prévia quanto da abertura aos novos ventos trazidos pelas Revoluções Americana e Francesa. Três processos simultâneos parecem ter sido decisivos para isto: a crescente importância das cidades, que organizam ainda a conquista do Oeste; a substituição das línguas gerais pela língua portuguesa no Estado do Brasil; e a preservação de um forte dinamismo econômico, baseado sobretudo em fontes estranhas ao latifúndio escravista. Na verdade, apenas agora estamos começando a desvendar a complexidade desta experiência brasileira dos primeiros séculos, usualmente congelada e simplificada pela marcação de ciclos econômicos – ciclo do açúcar, do tabaco, do ouro, do café –, pela miséria da escravidão, do latifúndio, da ganância da Metrópole e pelo imobilismo de Trento. O Brasil era isso, mas também era muito mais do que isso.

Em livro recente, o historiador Jorge Caldeira²⁰ mostra convincentemente que as perspectivas clássicas de nossa literatura –

²⁰ CALDEIRA, Jorge – *História da riqueza no Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

Caio Prado, Sérgio Buarque, Gilberto Freyre – a respeito dos primeiros séculos do Brasil devem ser relativizadas por informações e dados que apenas hoje, pela econometria, pela antropologia e pela computação, somos capazes de analisar. Para resumir desesperadamente: apesar da drenagem fiscal da Coroa, o território que viria a ser conhecido como Brasil possuía, já no século XVIII, uma economia maior e mais dinâmica do que aquela da Metrópole, e crescia a uma velocidade ainda maior do que a de Portugal mesmo com a progressiva escassez de ouro. Essa riqueza devia-se sobretudo às alianças com os tupi-guarani, ao avanço territorial nos caminhos abertos pelos indígenas em direção ao Oeste, à presença crescente da pequena produção – antes erroneamente definida como de subsistência –, à presença de pequenos empresários de todos os tipos, com ou sem escravos, à abertura de rotas comerciais mantidas pelas históricas tropas de mula, à construção de aldeamentos e cidades, processos históricos sobre os quais a Coroa tinha pouquíssima autoridade, substituída pelos costumes. Nos nossos termos, essa dinâmica de abertura própria da tradição barroca não ocorria apenas no campo dos sistemas simbólicos, mas na produção de riquezas. Ao final do século XVIII, registra Caldeira, o Brasil tinha uma população semelhante à dos Estados Unidos e produzia uma riqueza no mesmo patamar da produção norte-americana. A maior parte desta riqueza era produzida fora do eixo latifúndio, escravidão e exportação. Este dinamismo econômico não é estranho ao Barroco, que não é indiferente à linguagem dos interesses embora impedindo-a de se tornar dominante na sociedade. E nem necessita do modelo antropológico do protestante ascético para ser alcançado.

Ainda no século XVIII, as cidades ganham uma enorme importância. A Coroa realiza intervenções importantes nas cidades de São Luiz, Belém e Manaus, ao norte do território, e nas cidades da costa atlântica, sobretudo no período de Pombal. Valendo-me de Caldeira, em 1810, as cidades do Rio de Janeiro, de Salvador e de Recife tinham a mesma população que as três maiores dos Estados Unidos: Nova York, Filadélfia e

Baltimore²¹. Este crescimento urbano, no século XVIII, é acentuado pela multiplicação de cidades na região do ouro, que cobre Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Vale observar que todas elas foram construídas pela multidão que ocorreu ao território do ouro e diamantes, valendo-se de sua experiência pretérita e a capacidade de improvisação e criação para a multiplicação de cidades independentes da intervenção urbana e ordenadora da Coroa ou das antigas ordens religiosas²². A organização da multidão em sociedade se dá no próprio processo de construção das cidades, sempre consideradas “rebeldes” pelos governadores de Minas Gerais. Este crescimento urbano abriga ainda dois processos decisivos: o crescente domínio do português em substituição às línguas gerais, o que permite e induz à circulação cada vez mais intensa de ideias – sobretudo aquelas ocidentais das linguagens do interesse e da razão – e a generalização de janelas de fuga da escravidão. Como exemplo do primeiro ponto, a tradução de *A riqueza das nações*, de Adam Smith, feita por Cláudio Manoel da Costa, um poeta envolvido na conspiração mineira contra a Coroa, que ainda traduziu para Tiradentes as constituições dos estados norte-americanos²³. Em relação ao segundo aspecto, Eduardo Paiva França, também em pesquisa recente, revela que, do total da população de Minas Gerais – cerca de 470 mil em 1789 –, um terço dela era constituído por 123 mil ex-escravos que conseguiram comprar sua liberdade por meio da “coartação” – o escravo ganha autonomia para trabalhar como quiser e paga sua liberdade ao longo do tempo –, constituindo uma próspera classe média negra²⁴. Na mesma direção, Caldeira registra uma diferença em relação aos Estados Uni-

²¹ *Ibidem*, p. 163.

²² BARBOZA FILHO, Rubem – “Ouro Preto: representación urbana y arquitectónica del lenguaje de los afectos”. In GONZÁLEZ, Francisco Colom (ed.) – *Forma y Política de lo Urbano*. Bogotá: Instituto de Estudios Urbanos de la Universidad Nacional de Colombia, Editorial Planeta Colombiana, 2016. p. 291-319.

²³ Revista do Arquivo Público Mineiro, 1965, p. 351.

²⁴ PAIVA, Eduardo França – *Escravidão e universo cultural na colônia. Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

dos, no começo do século XIX: enquanto lá mais de 95% da população livre era constituída por brancos, no caso do Brasil os brancos compunham menos de metade da população livre. Neste momento, portanto, o Brasil possuía a maior população de cor livre em todas as sociedades escravistas da América.

O processo de aprendizagem, de decantação de possibilidades de vida ao longo de três séculos, não estava fechado à assimilação das formas de troca próprias do mercado, à linguagem do interesse ou àquelas da razão. Ou, usando a maneira como os norte-americanos compreendem o Liberalismo, das formas libertárias de associação entre as linguagens dos afetos – que Caldeira chama de “costumes” –, do interesse e da razão. Esta sociedade cada vez mais complexa, mais dinâmica, barrocamente experimental, era tudo menos “atrasada” e “tradicional” no sentido usual. E não por acaso estes novos horizontes trazidos via Atlântico oferecem o combustível para as revoltas de Minas Gerais, da Bahia, do Rio de Janeiro, de Pernambuco, onde o ousado Frei Caneca, um dos líderes revoltosos, tenta associar o Neotomismo de Francisco Suárez ao pensamento de Rousseau. Estas revoltas foram todas abatidas pela Coroa portuguesa, mas atestam a existência de uma sociedade complexa e em ebulição política. O espaço de razões assimilacionista, criado por baixo, pelo barroquismo da tradição, pela linguagem dos afetos gestada no Brasil, poderia ser a garantia de ampliação da modernidade para além dos limites do norte do Ocidente.

O Brasil independente nasce no momento em que estas linguagens ganham clareza e institucionalidade própria no Ocidente, e surge como um corpo político autônomo decisivamente influenciado pelo Liberalismo. Nesse passo, a questão inicial deste texto ganha seus contornos concretos: que tipo de recepção ou incorporação destas linguagens teria sido possível, abandonados o pressuposto da “conversão” da sociedade aos espaços de razões europeus e o projeto de uma “fusão de horizontes”, generosa ideia gadameriana? Em princípio, elas poderiam se tornar decisivas ao levar a um patamar reflexivo e prático mais

exigente o dinamismo e a complexidade preexistentes à autonomia e por ocasião dela, e abrindo curso para o desdobramento de seu potencial democrático e pragmático. Não foi o que aconteceu. Quase duzentos anos depois, o diagnóstico sobre o Liberalismo – a associação produtiva das três linguagens – na história brasileira permanece ambivalente. Estas linguagens, com seus pressupostos antropológicos fixados em direitos, e suas instituições básicas, o mercado e o estado, foram manipuladas e saqueadas para a produção de uma modernização demofóbica, para a ruptura com o dinamismo próprio de uma sociedade que se erguia de baixo para cima, dotada de evidentes potencialidades democráticas. Ao invés de prolongar e aperfeiçoar a experiência pretérita, a Ocidentalização brasileira busca sistematicamente uma recriação “por cima” do país, sempre a exigir o rompimento com o passado e a esterilização das possibilidades de vida nascidas “de baixo”.

Não tenho como recuperar toda a atribulada história dessa forma de modernização. Mas é possível destacar alguns traços essenciais deste largo processo de trazer o Ocidente para o Brasil, e trair os dois simultaneamente. No momento em que se separa de Portugal, o Brasil assume a figura política de um Império, e não de “estado” ou de estado-nação. Impérios podem ser berços de estados ou nações, mas possuem uma natureza especial. Normalmente são grandes, expansionistas e preservam e reproduzem as diferenças entre os povos e regiões que incorporam, governando os diferentes de forma diferente, observa Frederick Cooper²⁵, na direção oposta da postulação de um *demos* composto por jurisconsortes livres e iguais, ou de um povo culturalmente unificado que se dá a forma de estado nacional, premissas do Liberalismo moderno. Era esta a angústia e a preocupação de José Bonifácio de Andrada, ao ruminar os seus planos de abolição da escravidão, da reforma agrária e da incorporação dos indígenas, estratégias fundamentais para

²⁵ COOPER, Frederic – *Africa in the World. Capitalism, Empire, Nation-State*. Cambridge, Massachusetts; London, England: Harvard University Press, 2014.

a construção de uma “nação homogênea” como as europeias e nos termos do Liberalismo²⁶. Apesar de um início tumultuado mas animador, não foi este o caminho seguido pelo Brasil. O mundo das diferenças permaneceu intocado, e o novo corpo político continuou abrigando as diferenças entre homens livres, escravos e indígenas, prolongando no tempo o que parecia em diluição no passado recente. Por outro lado, apesar da aprovação de uma Lei de Terras que limitava os latifúndios e ampliava o acesso à terra, o latifúndio venceu e tornou o Império quase um prisioneiro de suas exportações, reduzindo as chances de um mercado dinâmico e diversificado. Diversamente dos Estados Unidos e da França, o governo imperial deixou de lado uma poderosa estratégia de “homogeneização” da sociedade brasileira: a criação de um vasto sistema escolar interessado em educar os homens como indivíduos livres e cidadãos. Em suma, o Império consagra um mundo de diferenças econômicas, sociais, étnicas e culturais, traço que, mesmo com a abolição da escravidão, permanece uma característica da história brasileira até nossos dias.

O Império veste-se com as roupagens institucionais do Liberalismo, ao adotar uma Constituição que previa a separação de poderes, os direitos individuais – silenciando-se sobre a escravidão –, o voto censitário e criava um quarto poder, o poder moderador a ser exercido pelo Imperador. Isso tem sua importância, ao representar uma negociação entre a tradição monárquica portuguesa e o horizonte do Liberalismo. No entanto, a presença da Constituição não foi suficiente para impedir que esta maquinaria institucional se autonomizasse da sociedade, ao emagrecer continuamente o exercício da soberania popular. Quem cumpria o papel de “sociedade civil” era o Imperador, o centro e o *deus ex machina* do Estado, com a capacidade de controlar a alternância de partidos no poder. Desse modo, o aparato estatal deixava de se entender

²⁶ ANDRADA, José Bonifácio – *Projetos para o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

e funcionar como “representação” efetiva da sociedade e da soberania popular, afirmando-se como dispositivo de poder autonomizado da vontade popular e controlado pelo Imperador. Este jogo inaugural desdobra-se ao longo de nossa história, ensinando às elites políticas que uma posição na estrutura do estado ou do parlamento é sempre uma forma de participação no poder, e não de representação da sociedade. Inversão que leva Raymundo Faoro, um dos nossos intelectuais liberais, a negar a existência de um pensamento político brasileiro, intoxicado que foi pelo Estado e pelo poder e quase nunca pela sociedade²⁷. Se, num primeiro momento, o Estado se autonomiza da sociedade, em pouco tempo se dá o mandato de recriar um país destinado a ser plenamente ocidental, no futuro. O Liberalismo – e as linguagens bem compreendidas – abandonam o presente e tornam-se horizontes de um vir a ser que, quanto mais se afasta do passado, mais distante se torna do futuro.

Esta missão modernizadora necessitou de uma narrativa especial que negava as potencialidades da tradição barroca do passado e de seu sujeito, o povo comum. Seja entre as elites liberais, conservadoras ou mesmo republicanas, emerge um discurso destinado a salientar a ausência de “afinidades” entre o passado, o povo e o Ocidente liberal. Povo descrito como “bárbaro”, pelo Visconde do Uruguai²⁸, imoral de acordo com Tavares Bastos²⁹, um influente jornalista do Segundo Império, ou ainda reduzido à condição de população primitiva e imoral, comandada por uma incontinência sexual responsável pela mestiçagem que corroía as qualidades das diversas raças, diagnóstico perpetrado por Louis Couty, um médico francês radicado no Rio e autor da famosa frase

²⁷ FAORO, Raymundo – *A República inacabada*. São Paulo: Globo, 2007.

²⁸ URUGUAI, Visconde de (Paulino José Soares de Souza) – *Ensaio sobre o direito administrativo*. São Paulo: Editora 34, 2002.

²⁹ BASTOS, Aureliano Cândido Tavares – *A Província. Estudo sobre a descentralização no Brasil*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1870. [Consult. 12 jul. 2019]. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/220526>.

de que o Brasil não tinha povo³⁰. A condenação deste povo também é a condenação da herança barroca, redefinida taticamente como tradição portuguesa do Absolutismo, do catolicismo tridentino e do imobilismo, motivo para a aproximação de novas fontes de inspiração, como a França, a Inglaterra e os Estados Unidos. É a partir dessa narrativa sobre o povo que, tanto o governo imperial já nos seus estertores como os republicanos no início do século XX, deflagram uma maciça política de imigração europeia, destinada não só a “branquear” a população brasileira mas a instalar nestes trópicos infernais as figuras redentoras do indivíduo livre e do cidadão racional. No entanto, também eles foram engolidos por este processo que sacrificava os milhões de brasileiros existentes em favor de um Brasil do futuro.

A partir de 1930, o Estado brasileiro assume plenamente a missão de ocidentalizar o Brasil, recriando-o como “nação” própria do Ocidente. Neste movimento, é obrigado a redescobrir seu povo, em um movimento paradoxal. De um lado, apropria-se da literatura dos sertões, inaugurada por Euclides da Cunha e pelo Modernismo brasileiro de 1922, uma verdadeira epifania literária e artística do povo brasileiro e de sua identidade generosa, tolerante e criativa, cujas raízes estariam cravadas no barroquismo do seu passado. Todas as alegorias para o cinzelamento da identidade brasileira são arqueologicamente retiradas do velho repertório barroco, mantido em constante renovação pelo povo: a música, os ritmos, a dança, o futebol, os ritos religiosos, a improvisação contínua e o sentimento de pertencer a uma comunidade dos afetos, a um Brasil sublime e indizível. De outro, o movimento que faz do Estado o condutor e o disciplinador de um povo insciente de sua potencialidade para a plena modernidade, operação que transforma o Brasil sublime da estética modernista – logo superado na arte e na literatura – em entidade política

³⁰ COUTY, Louis – *L'Esclavage au Brésil*. Paris: Librairie de Guillaumin et Cie, 1881. [Consult. 12 jul. 2019]. Disponível em <https://archive.org/details/lesclavage-aubrs00coutgoog>.

abstrata e maior do que o próprio povo, agora um elemento subordinado da grandeza da nação. A Era Vargas – que vai de 1930 a 1985, término da ditadura militar –, se organiza por essa associação entre o Estado e o Brasil, sustentado por uma sociologia e por uma ciência econômica transformadas em módulos da modernização tecnocrática desta entidade chamada Brasil. Não há burguesia independente, não pode haver uma classe operária autônoma, nem mesmo uma classe média ciosa da liberdade. Não existe nem a linguagem dos interesses ou da razão, nas suas formas bem compreendidas, e sim uma ruptura dilacerante da linguagem dos afetos própria da tradição barroca brasileira.

Esta operação sub-reptícia que novamente rouba o Brasil dos brasileiros parece se resolver com a Constituição de 1988, marcada pelos avanços do Liberalismo ocidental e pela experiência histórica da Europa na segunda metade do século XX. A Constituição de 1988 é uma constituição dirigente, solução nascida na Europa para a democratização de sociedades europeias sem grandes tradições democráticas. Ela também é uma tentativa de modernizar e ocidentalizar o Brasil por cima, fazendo do Estado e de suas corporações os responsáveis pela realização da pletora de direitos que faria do Brasil um país democrático. A eleição de Jair Bolsonaro presidente da República turvou esta esperança e jogou o Brasil na vaga das “democracias iliberais”. O programa de governo de Bolsonaro se resume em “mudar tudo o que está aí” numa aliança com o Liberalismo radical ao estilo de Milton Friedman. Ao longo de duzentos anos tentamos criar uma sociedade moderna, democrática e dinâmica pelo Estado. Não é uma experiência viável, e nunca será. E agora, como ideia de futuro, vamos nos meter em outra experiência fadada ao fracasso: uma democracia eviscerada de direitos, de seus mecanismos de representação e comandada por outra entidade: o mercado. Faz lembrar Fernando Pessoa: *Tudo é incerto e derradeiro, /tudo é disperso, nada é inteiro. / Ó Brasil, hoje és nevoeiro... É a HORA!*”. A hora de pensar o Brasil de outro modo, de outra forma, recuperando a natureza do nosso Barroco: a disposição pragmática para um aprendizado em um

mundo tão perigoso quanto o do passado e para recriar do caos o modo de compartilhar um destino comum, que ainda necessita do que há de libertário no Liberalismo.

Referências Bibliográficas

- ANDRADA, José Bonifácio – *Projetos para o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 376 p. ISBN 978-85-7164-744-2.
- ARGAN, Giulio Carlo – *História da arte como história das cidades*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 288 p. ISBN 85-3360-927-2.
- ARGAN, Giulio Carlo – *Imagens e persuasão. Ensaios sobre o Barroco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 632 p. ISBN 978-85-3590-579-3.
- BARBOZA FILHO, Rubem – *Tradição e Artifício. Iberismo e Barroco na formação americana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000. 502 p. ISBN 85-7041-223-1.
- BARBOZA FILHO, Rubem – “As Linguagens da Democracia”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, Ed. Hucitec. ISSN 1806-9053. v. 23, n. 67 (2008), p. 15-37.
- BARBOZA FILHO, Rubem – “Ouro Preto: representación urbana y arquitectónica del lenguaje de los afectos”. In GONZÁLEZ, Francisco Colom (ed.) – *Forma y Política de lo Urbano*. Bogotá: Instituto de Estudios Urbanos de la Universidad Nacional de Colombia, Editorial Planeta Colombiana, 2016. ISBN 978-95-8425-428-3. p. 291-319.
- BASTOS, Aureliano Cândido Tavares – *A Província. Estudo sobre a descentralização no Brasil*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1870. 418 p. [Consult. 12 jul. 2019]. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/220526>.
- CALDEIRA, Jorge – *História da riqueza no Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017. 624 p. ISBN 978-85-5608-025-7.
- COOPER, Frederic – *Africa in the World. Capitalism, Empire, Nation-State*. Cambridge, Massachusetts; London, England: Harvard University Press, 2014. 144 p. ISBN 978-06-7428-139-4.
- COUTY, Louis – *L'Esclavage au Brésil*. Paris: Librairie de Guillaumin et C^{ie}, 1881. 92 p. [Consult. 12 jul. 2019]. Disponível em <https://archive.org/details/lesclavageaubrs00coutgoog>.
- FAORO, Raymundo – *A República inacabada*. São Paulo: Globo, 2007. 291 p. ISBN 978-85-2504-345-0.
- GADAMER, Hans-Georg – *Verdade e método I*. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 630 p. ISBN 978-85326-1787-3.
- HONNETH, Axel – “Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade”. In SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia – *Teoria Crítica no século XXI*. São Paulo: Annablume, 2007. ISBN 978-85-7419-752-4. p. 79-93.

- LÉVI-STRAUSS, Claude – *Antropologia Estrutural Dois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. 366 p. ISBN 84-5645-345-5.
- LOURENÇO, Eduardo – *A nau de Ícaro e imagem e miragem da lusofonia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 224 p. ISBN 978-85-3590-188-7.
- MCDOWELL, John – *Mente e Mundo*. Aparecida: Ideias e Letras, 2005. 240 p. ISBN 978-85-9823-950-7.
- PAIVA, Eduardo França – *Escravidão e universo cultural na colônia. Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001. 285 p. ISBN 85-7041-271-1.
- POMPA, Cristina – *Religião como tradução. Missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial*. Bauru: EDUSC/ANPOCS, 2003. 444 p. ISBN 85-7460-213-2.
- SANCHIS, Pierre – “Religião, religiões...Alguns problemas do sincretismo no campo religioso brasileiro”. In SANCHIS, Pierre (org.) – *Fiéis & Cidadãos. Percursos de sincretismo no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. ISBN 85-7511-019-5. p. 9-57.
- SELLARS, Wilfrid – *In the Space of Reasons*. Cambridge, Massachusetts; London, England: Harvard University Press, 2007. 528 p. ISBN 978-06-7402-498-4.
- URUGUAI, Visconde de (Paulino José Soares de Souza) – *Ensaio sobre o direito administrativo*. São Paulo: Editora 34, 2002. 640 p. ISBN 85-7326-237-0.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo – *A inconstância da alma selvagem - e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2002. 552 p. ISBN 85-7503-126-0.
- WAGNER, Roy – *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify Portátil, 2012. 381 p. ISBN 978-85-7503-921-2.
- WEBER, Max – *Sociologia das Religiões*. São Paulo: Ícone, 2010. 112 p. ISBN 978-85-2741-145-5.
- WITTGENSTEIN, Ludwig – *Investigações Filosóficas*. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 350 p. ISBN 978-85-326-1328-8.

(Página deixada propositadamente em branco)

**O ESTRANGEIRO COMO *OUTRO* NA CONSTRUÇÃO
DE UMA “COMUNIDADE IMAGINADA”¹
(BRASIL, VIRADA REPUBLICANA)
THE FOREIGNER AS THE OTHER IN THE
CONSTRUCTION OF AN “IMAGINED COMMUNITY”
(BRAZIL, REPUBLICAN TURN)**

Lená Medeiros de Menezes
ORCID: 0000-0003-2789-0464

Resumo

O artigo tem como tema os processos de conformação de uma ideia de nação, no Brasil, baseada na alteridade, sendo seu objetivo principal analisar os processos que opuseram o “eu” nacional ao “outro” estrangeiro. Nesse sentido, discute como o processo de negação do passado colonial e escravista impediu a construção de “tradições inventadas” como cimento da nacionalidade, o que se desdobrou na discriminação contra portugueses (maioria esmagadora de imigrantes que aportaram ao Brasil, na fase massiva dos deslocamentos internacionais de virada dos séculos XIX para o XX) e contra negros libertos, tornando a “outrocidade” referencial de construção da nacionalidade. As fontes utilizadas são documentos oficiais, analisadas através do método indiciário e das proposições de J. B. Duroselle sobre o conceito de estrangeiro.

Palavras-chave: república e nação; negação do passado colonial e escravista; nacionais e estrangeiros; alteridade; “outrocidade”.

¹ O conceito foi apropriado de Benedict Anderson. Cf. ANDERSON, Benedict – *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Abstract

The theme of the article is the processes of shaping an idea of nation in Brazil based on alterity, its main objective being to analyze the processes that opposed the national “I” to the foreigner “other”. In this sense, it discusses how the denial of the colonial and slave past prevented the construction of “invented traditions” as a cement of nationality, which unfolded in the discrimination against the Portuguese (an overwhelming majority immigrants who came to Brazil at the height of the global mass migration phase from the turn of the 19th to the 20th century) and against freed Negroes. Thus making “otherness” referential to the construction of nationality. The sources used are official documents, analyzed through the *indicia* method and the propositions of J. B. Duroselle on the concept of foreigner.

Keywords: republic and nation; denial of the colonial and slave past; national and foreign; alterity; “otherness”.

Considerações iniciais

Em livro no qual propõe uma teoria para as Relações Internacionais, Duroselle² faz importante advertência: a de que os historiadores dão pouca atenção à noção de estrangeiro. Segundo ele, “a única que permite colocar no mesmo conceito de ‘relações internacionais’ as relações entre Estados unidades políticas (...) e indivíduos ou grupos de tipos não relacionados com o Estado”³. Essa advertência há muito impacta minhas reflexões no campo dos estudos históricos sobre as migrações, tornando esse conceito caminho para revisões historiográficas.

² DUROSELLE, Jean-Baptiste – *Todo Império perecerá. Teoria das Relações Internacionais*. Brasília/São Paulo: UNB/Imprensa Oficial do Estado, 2000, p. 49.

³ *Ibidem*.

Segundo o autor, o estrangeiro representa, inevitavelmente, a diferença, mas não toda e nem sempre as mesmas diferenças:

Estas têm origem frequentemente na *raça* (...), Muitas vezes ainda ela se apega à *língua* (...). A diferença provém muitas vezes da *religião* (...). Finalmente, a longa sequência de '*acazos da história*' – sucessões, guerras, movimentos de populações e de trocas, que fixou fronteiras – criou também a diferença. E quanto mais o tempo passa, mais forma, de uma parte a outra, aquilo que o geógrafo Jean Gottman chama (...) de '*iconografias*' – sistemas de imagens, valores que se distanciam uns dos outros e criam a '*diferença*'⁴.

As referências básicas de Duroselle, certamente, são as sociedades europeias. Partindo de suas reflexões, porém, algumas de suas análises podem tornar-se referência pensar o Brasil da virada republicana, em um momento de definições que se colocavam para além da simples mudança de regime político, abrangendo um universo representacional encravado em heranças do passado, com a persistência de iconografias baseadas em critérios raciais e de exclusão, com uma velada interdição – após a abolição – à discussão sobre as formas de incorporação do antigo escravizado à nação.

Não é objetivo deste trabalho deter-se na análise dos intelectuais que, na virada republicana, pensaram a questão da nação, até porque outros têm melhores condições de fazê-lo. O que se constitui em seu objetivo central é a análise do peso que a alteridade, traduzida em "outrocidade", desdobrou-se na contraposição entre nacionais e estrangeiros, impactando a construção de uma ideia de nação que excluía olhares sobre o passado. Esse novo olhar, sustentado pelo método indiciário, pode ser capaz de enriquecer as discussões sobre o tema dos deslocamentos orientados para o Brasil e seus impactos na sociedade de acolhida, em especial, em uma conjuntura de afirmação de nacionalismos.

⁴ *Ibidem*, p. 50.

Duas questões centrais devem ser destacadas como ponto de partida. A primeira é a comprovação de que, também no Brasil, a noção de estrangeiro carece de atenção e análises, tendo em vista que estas só se tornam objeto de reflexão quando a xenofobia ganha visibilidade, impactando discursos e práticas. Ainda assim, as análises tendem a ser generalistas e de pouca profundidade sobre seus significados de origem.

A segunda questão a ser pontuada é a aplicabilidade, no Brasil, da ideia de que o estrangeiro – especialmente, alguns tipos específicos de estrangeiros – eram a diferença necessária à afirmação do “*eu* nacional”. Na modernização conservadora conduzida pela República, ser estrangeiro tendeu a significar mais do que ter nascido em outro país, posto que foi colocado como referência na caracterização da identidade nacional. Por esta época, anterior à criação do mito do Brasil como paraíso racial, a raça destacava-se, indubitavelmente, como a diferença suprema, acarretando, por exemplo, que, “africanos”, libertos das amarras da escravidão, mesmo que tivessem vivido a maior parte de suas vidas no Brasil, deixassem de encontrar lugar em uma nação imaginada como branca e civilizada.

A proclamação da República no Brasil, ao final dos Oitocentos, deu-se em um contexto internacional de afirmação das nacionalidades⁵ e dos nacionalismos, o que se desdobrou na necessidade de conformação de uma *nação brasileira* compassada com a ordem e o progresso⁶. Na

⁵ A partir de 1850, a chamada Política das Nacionalidades buscou identificar Estado e Nação, sendo a responsável pelos movimentos de unificação (a Alemanha e a Itália são os melhores exemplos) e de desintegração dos impérios multinacionais (destaque para o Império Austríaco e Império Otomano, o último dos quais considerado o “homem doente da Europa”).

⁶ Para Bury (1955), a ideia do progresso atravessou três momentos, até se transformar em uma das ideologias mais poderosas do Ocidente. No primeiro, até à Revolução Francesa, teve um tratamento casual. No segundo, entre a revolução e a publicação da obra de Darwin, estava caracterizado pela busca de uma lei geral que o definisse e estabilizasse, harmonizando-se com a ideia de desenvolvimento. No terceiro, a ideia do transformismo trazida por Darwin e Spencer possibilitou que o progresso passasse a significar um processo histórico necessário e irreversível

contramão desse ideal, estavam as heranças de um passado colonial e escravista, sobre o qual tendeu a cair o silêncio, quando não a repressão a tudo que pudesse ser caracterizado como atraso ou imobilismo, categoria imposta não só ao antigo escravizado quanto ao português pobre das terras do norte, que chegou massivamente ao país no contexto da chamada “grande imigração”.

Ainda que a imigração, como processo de substituição do trabalhador escravo pelo livre, tenha sido consagrada em meados do século XIX, no contexto das discussões relativas à mão de obra para a lavoura cafeeira, a opção pela imigração europeia, no início do século XX, teve outros móveis e interesses, dentre os quais o embranquecimento (mesmo implícito) da população. Com relação aos portugueses, o jacobinismo⁷ dos primeiros tempos republicanos pode ser indicado como a expressão de um processo que via como “imigrante desejável” o oriundo de países desenvolvidos, sem ligações com o passado colonial.

A opção republicana pelo uso do conceito de estrangeiro em lugar de imigrante

O advento da República foi responsável por uma expressiva alteração semântica na referência aos nascidos em outras terras: a preferência pelo uso do conceito de estrangeiro, em detrimento do de imigrante. Todas as leis que passaram a tratar da admissão e da expulsão de indivíduos nascido fora do Brasil foram, literalmente, leis que regulamentavam a “entrada, a admissão e a expulsão de estrangeiros”. Esse uso não

para todas as sociedades, consagrando-se como peça-mestra da modernidade. Cf. BURY, John Bagnell [1920] – *The Idea of Progress. An inquiry into its growth and origin*. New York: Tufts Press, 2011.

⁷ Por jacobinismo entende-se o antilusitanismo radical dos primeiros tempos da República. Sobre o tema, ver: EDMUNDO, Luís – *O Rio de Janeiro de meu tempo*. Rio de Janeiro: Conquista, 1957 e RIBEIRO, Gladys Sabina – *Mata galegos. Os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

representou uma simples adequação terminológica aos novos tempos, mas uma alteração jurídica e simbólica de grande significado, se forem analisados os prefixos que formam as duas palavras, que direcionam sentidos muito diferenciados.

A presença do prefixo “in” na palavra imigrante demonstra não só um movimento direcionado para o interior, como, em decorrência, um sentido de enraizamento na sociedade de acolhimento. Contraposto a esse sentido de inclusão, o prefixo “ex” de estrangeiro, encaminha o sentido da exterioridade, consagrando, portanto, semanticamente, a diferença. Em decorrência, conduz à ideia de exclusão e não assimilação, impondo o uso de adjetivos de abrandamento na relação do indivíduo com o Estado, quando necessário. O estrangeiro pode, assim, tornar-se “residente”, com direitos à permanência no país, qualificação que não se coloca com relação ao imigrante⁸. Residente, desejável ou indesejável, ou outros adjetivos que lhe possam ser imputados, o estrangeiro é um indivíduo sujeito à vigilância e controle, até porque o substantivo impõe-se sempre ao adjetivo, com o predomínio, portanto, do sentido da exterioridade.

A Primeira República brasileira esteve marcada por uma conjuntura de grandes definições com relação ao “outro”, com o estrangeiro, considerando-se, principalmente, as correntes majoritárias deslocadas para terras brasileiras, tendendo a se tornar alvo não só de vigilância permanente como, também, de repressão, principalmente quando podia ser qualificados de “nocivo à sociedade” ou “perigoso aos interesses da República”, conforme expresso nas leis que regulamentavam a entrada, a permanência e a expulsão⁹.

⁸ Deve ser lembrado que, ao início do século XX, a questão do tempo de residência causou grandes polêmicas no contexto das leis que regulamentavam a expulsão. Sobre o tema, ver MENEZES, Lená Medeiros de – *Os Indesejáveis: desclassificados da modernidade. Crime, protesto e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

⁹ Polêmicas, essas leis, em especial a de janeiro de 1907, conhecida como Lei Gordo, base de todas as que a ela se seguiram (1913 e 1917, com relação à questão

Explicados por múltiplos fatores, os deslocamentos de massa, dirigidos para o Brasil entre finais do século XIX e inícios do XX, encontraram no branqueamento da população uma base ideológica de sustentação para a seleção de imigrantes, acarretando a preferência pela imigração europeia¹⁰. Longe, porém, do Brasil atrair imigrantes dos países economicamente desenvolvidos, como era sonhado, os fluxos que se dirigiam para território brasileiro, por imposição da própria lógica do capitalismo internacional, estavam constituídos, majoritariamente, pelas populações mediterrâneas, formados, em sua essência, por camponeses deslocados de terras de Portugal, Espanha e Itália. Os portugueses, inclusive, alcançaram, em alguns anos, percentuais superiores aos 75% no conjunto da população estrangeira. Essa presença massiva ensejou o renascimento do antilusitanismo sob a forma de jacobinismo, explicado – principalmente, mas não somente – pela concorrência nos espaços de trabalho e pelo verdadeiro monopólio exercido em alguns nichos de mercado, como, por exemplo, no comércio, em última instância, herança colonial.

Ainda que alguns teóricos de época já defendessem as raízes lusitanas da nação brasileira, os portugueses tendiam a não ser assimilados como iguais, mas como estrangeiros incômodos, alvos de piadas e de atos discriminatórios. Um desdobramento dessa grave questão – como tenho analisado em minhas últimas pesquisas – foi a tendência manifesta de portugueses pobres, imersos no anonimato que se descortinava para além dos circuitos dominados por “comendadores”, tenderem a pouco

da residência e as duas de 1921, uma delas de repressão explícita ao anarquismo), tinham sobre si a acusação de inconstitucionalidade. As polêmicas só tiveram fim com a alteração do artigo 72º da Constituição Federal, que deu ao Executivo o poder da expulsão.

¹⁰ Por ocasião do Congresso Agrícola do Rio de Janeiro, realizado em 1870, a proposta alternativa de encontrar na imigração de *chins* e *coolies* uma forma de transição do trabalho escravo para o trabalho livre acabou rejeitada, após acirrados debates, nos quais a questão da raça teve centralidade.

falar de suas origens, de modo a melhor reforçar a brasilidade de filhos nascidos no Brasil¹¹.

A leitura de autores de início do século demonstra como a conjugação do evolucionismo e das teorias racistas se fazia presente na análise da sociedade brasileira. Ao pensar o crime e as formas técnicas para combatê-lo, Elysio de Carvalho, por exemplo, contestava a ideia defendida por João do Rio de que “o Rio civiliza[va]-se”, atribuindo a situação de criminalidade ao atavismo que seria inerente às “más correntes migratórias” deslocadas para o Brasil, às quais associava o “sensualismo mórbido” de raízes africanas:

Ao nosso orgulho nativo, ao nosso sensualismo mórbido (...) e a essa vadiagem de fraque insolente e debochada (...) [menção à cafetinagem], e mais a má qualidade das correntes migratórias, provenientes de países como a Itália, Espanha e Portugal, que ocupam na Geografia geral dos homicídios os três primeiros lugares, ao alcoolismo e, finalmente, à fraqueza da repressão e à insuficiência da polícia devemos 90% do sangue derramado cada ano no Rio de Janeiro¹².

A capital aplaudida por apologistas do progresso, de tendências francófilas como Luís Edmundo, ansiava ser Paris e abraçar a civilização. Nesse sentido, a reforma urbana promovida pelo prefeito Pereira Passos (1902-1906) teve por objetivos declarados eliminar os traços da cidade colonial, portuguesa e africana, ao declarar guerra às casas de passe, aos quiosques, às habitações coletivas (cortiços), às vendas e pregões nas ruas, às casas de passe, aos becos e ruelas, aos costumes e festas e costumes populares, o que tornou bacalhoeiros, tamanqueiros, tripeiros, vendedores ambulantes, condutores de vacas, umbandistas, capoeiras, etc. símbolos do atraso e do passado que urgia esquecer. O projeto de

¹¹ A autora é um exemplo vivo desse processo. Neta de portugueses por parte de pai e mãe, pouco sabia de suas origens. Foi necessária uma longa pesquisa para a descoberta do local de nascimento do avô paterno, enquanto o avô materno permanece como grande incógnita.

¹² CARVALHO, Elysio de – *A luta técnica contra o crime*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914. (Biblioteca do Boletim Policial, XXXII). p. 15.

urbanização e modernização buscou, assim, combater as duas principais matrizes da formação sociocultural da cidade: a lusitana e a africana.

Os portugueses como estrangeiros não desejados

No caso dos portugueses, embora fossem eles brancos e europeus, muito distanciados estavam da imagem do imigrante “superior” com o qual as elites sonhavam, embora representassem a maioria esmagadora dos imigrantes fixados na cidade. Ao descrever a rua do Ouvidor, Luís Edmundo bem ilustra as discriminações que sobre eles pesavam, responsabilizados pelo “atraso e imobilismo”¹³ que se arrastava no tempo:

A artéria principal, a mais elegante, a mais limpa, a de aspecto menos colonial, ainda é a rua do Ouvidor.

A parte de maior animação e maior vida é a que se fixa entre os quarteirões que se estendem do Largo do Tamarindo [atual Largo de São Francisco] até a Rua dos Ourives [atual Gonçalves Dias]. Aí estão as lojas de mais requintado luxo e aparato, de melhor clientela e consideração [referência às lojas francesas] (...)

Quando se avança, entretanto, um pouco mais adiante (...) já se começa a sentir grande diferença (...) E se descermos mais um pouco, Santo Deus, ao invés de vitrines ou de lojas (...), o que se vê é o armazém mal-arranjado e sujo, com as réstias de cebolas dependuradas pelos tetos, mantas de carne-seca enodoando portais, o toucinho fumeiro à mostra, o bacalhau da Noruega, o polvo seco em falripas, crucificado em ganchos, e, em meio a todo esse mostruário de comestíveis, a eterna, a infalível rama de tamancos¹⁴.

O horror demonstrado pelo autor, com relação às tradições portuguesas expressas no pequeno comércio do Rio de Janeiro, traduzia-se em um passado a ser combatido e eliminado.

¹³ MENEZES – Op. Cit.

¹⁴ EDMUNDO – Op. Cit., p. 69-70.

Em um contexto de polarizações, ruídos e silenciamentos, a ideia de nação nutriu-se da polarização entre nacionais (conceito carente de definição) e estrangeiros (a maioria dos quais não desejados). Diferentemente do processo de construção das nacionalidades europeias, que buscaram em “tradições inventadas”¹⁵ no passado o cimento de sua identidade, o Brasil voltava as costas ao passado e às suas raízes históricas, razão pela qual a “outrocidade” passou a forjar a identidade.

Ser brasileiro, em última instância, era não ser estrangeiro, com a colônia estrangeira estando constituída, em sua essência, por portugueses. na conjuntura de redefinição da nação que marcou a virada republicana, a nação imaginada não tinha características portuguesa, africana ou indígena, como depois viria a ser consagrado na ideia positiva da miscigenação e na formulação do mito das três raças formadoras. Essa nova conformação, datada da Era Vargas, viria a se expressar de diversas formas, incluindo a extinção, em 1938, do regime de cotas para os portugueses, o que os distinguiu, portanto, de outros estrangeiros.

O negro: “estrangeiro” potencializado

A conjuntura da Primeira República caracterizou-se por um profundo processo de silenciamento sobre o negro e a cultura africana. Incorporar uma massa de antigos escravizados em uma comunidade imaginada, que tinha como referências a Europa “civilizada” constitui-se em problema ao longo de toda a Primeira República. Não só a Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, foi sucinta o suficiente para não apontar soluções de futuro para a massa de indivíduos que abraçou a liberdade, como,

¹⁵ HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (org.) – *A invenção das tradições*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

também, nenhum debate foi travado sobre essa importante questão. Como presença incômoda, os antigos escravizados amargaram pobreza, discriminação e exclusão, que tendeu a se impor em longa duração.

Alguns traços dessas “Áfricas invisíveis” – termo cunhado por Marilene Rosa Nogueira da Silva, a quem presto minha homenagem póstuma – puderam ser por mim encontrados no Censo de 1906, especificamente na parte dedicada aos “Centenários” (indivíduos que, na ocasião do recenseamento, tinham 100 ou mais anos de idade). A mais significativa é sua identificação como “africanos”, tendo em vista que africanos passaram a ser chamados os negros desembarcados no Brasil após 1850 e o fim do tráfico, o que não era o caso, salvo raras exceções.

Causa estranheza, por outro lado, a não aplicabilidade da chamada Grande Naturalização, que considerava como brasileiros, “Os filhos de outra nação que já residiam no Brasil no dia 15 de novembro de 1889, salvo declaração em contrário, feita perante a respectiva Municipalidade, no prazo de seis meses da publicação do decreto”¹⁶. Ora, os centenários “africanos” recenseados haviam chegado ao Brasil ainda crianças, na primeira metade do século XIX, antes mesmo da abolição do tráfico negreiro, tendo passado a maior parte de suas vidas, como escravizados, no Brasil. Por outro lado, eles não reuniam as condições necessárias para manifestar-se publicamente no sentido da manutenção de sua nacionalidade de origem, até porque não possuíam letramento, não pertenciam a nenhuma nação ao serem escravizados e a maioria sequer lembrava o nome da região da África na qual haviam sido nascidos.

No cômputo geral dos 168 indivíduos centenários recenseados, 52 foram qualificados como “africanos”, correspondendo a 30,9% do total. Em alguns casos, a descrição é sucinta, como ilustra o caso de Edwiges [sem sobrenome]: “com 115 anos de idade, viúva, africana, analfabeta,

¹⁶ BRASIL – *Colecção de leis da República* - Decreto 200-A, de 8/02/1890, art. 1º, inciso VI. Todos os documentos de época tiveram a grafia atualizada.

recenseada à rua de S. Januário, n. 29¹⁷; em outros, há dados complementares que indicam que vários centenários haviam chegado ao Brasil no Primeiro Reinado ou início do Segundo, havendo, ainda, ex-combatentes da Guerra do Paraguai, muito antes, portanto, do Decreto de naturalização de 1890. Vejam-se os casos que se seguem:

Feliciano do Amaral – com 104 anos de idade, viúva, africana, analfabeta, recenseada à rua da América n. 91. Natural do Congo. Veio para o Brasil com 7 anos de idade. Aqui chegou no tempo de D. Pedro I, assistiu à coroação de D. Pedro II e ao batizado de D. Affonso. Atualmente reside à rua da Providência, n. 10, 1º portão¹⁸.

Delphina Maria da Conceição – com 100 anos de idade, solteira, africana, analfabeta, recenseada à rua General Câmara, n. 311. Veio de sua terra para a Bahia com cerca de 15 anos. Dois anos depois veio para o Rio de Janeiro, exercendo desde então a profissão de cozinheira. De três anos para cá dedica-se a vender plantas, cestas, roseiras, etc.; faz ponto sempre em uma das portas do armazém 96 da rua Marechal Floriano Peixoto da firma Braga Dias & Cia.; estes senhores a estimam muito. É ainda forte, anda, vê e ouve perfeitamente¹⁹.

Marcellina P. de Jesus – com 100 anos de idade, solteira, africana, analfabeta, recenseada no Asilo de S. Francisco de Assis. Veio para o Brasil com 10 anos de idade, teve 4 filhos²⁰.

Felippe [sem sobrenome] – com 130 anos de idade, viúvo, africano, analfabeto, recenseado à rua Senador Pompeu, n. 168. Alistou-se como soldado e esteve com 2 filhos na Guerra do Paraguai; entrou num combate, sob o comando do Duque de Caxias, e em outro comandado pelo Conde D'Eu²¹.

Mesmo que seja considerado ter havido exagero na determinação de suas idades, todos os citados chegaram ao Brasil antes das leis que aboliram o tráfico, em 1850. Consideradas as idades indicadas, Feliciano chegou por volta de 1809; Delphina por volta de 1821; Marcellina, por volta de 1916, e Felipe, possivelmente, também no início do século.

¹⁷ BRASIL. REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL – *Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal), realizado em 20 de Setembro de 1906*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1907. p. 158.

¹⁸ *Ibidem*, p. 153.

¹⁹ *Ibidem*, p. 150.

²⁰ *Ibidem*, p. 154.

²¹ *Ibidem*.

Todos, portanto deram entrada no país como escravizados, assumindo a qualificação de “africanos” no contexto da Primeira República, sendo negada a eles a possibilidade de integrarem a nação brasileira.

Fig. 1: Fotos de Marcelina de Jesus e de Edwiges



Fonte: BRASIL. REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL
– *Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal), realizado em 20 de Setembro de 1906. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1907.*

Com relação às fotografias que acompanham alguns dos recenseados, elas formam uma rica documentação. No conjunto dos 168 indivíduos recenseados, há apenas 26 fotos, cinco das quais relativas a “africanos”. Todas as 21 restantes são de “brasileiros”, 15 deles com registros de negritude. Retratando indivíduos constituintes de uma parte “invisível” e silenciada da população, as fotos permitem perceber inúmeras marcas da escravidão e da exclusão: das faces sofridas e roupas grosseiras de algodão ou uniformes de asilos a moradias pobres (presentes em algumas postagens), constituídas por casebres de pau-a-pique, localizados em lugares longínquos. Acrescente-se o fato de muitos terem sido recenseados em asilos e hospitais de desvalidos, explicitação de um completo abandono.

Considerações finais

Excluídos dois pilares da formação da sociedade e cultura brasileiras, a identidade não teve por raízes o passado ou “tradições inventadas”, mas tendeu a ser definida pela alteridade e/ou “outrocidade”, com o “eu” nacional contrapondo-se ao “outro” estrangeiro.

No que diz respeito aos portugueses, eles foram, paulatinamente, reabilitados, a partir da consagração da tese das raízes lusitanas da nação brasileira, que se refletiu, por exemplo, na extinção das cotas de entrada (estabelecidas em 1934) e extintas, em seu caso específico, em 1938. Para os “africanos”, porém, o caminho foi mais longo. Apesar da tese das três raças formadoras da nação brasileira, a exclusão mostrou-se resistente à passagem do tempo, sendo preciso esperar a organização do Movimento Negro para que inclusão e cidadania se tornassem objeto de debate. Como “nebulosa mental”, para lembrar Braudel (1972), uma mentalidade escravista arrastou-se no tempo, fazendo com que muitos negros se sintam, ainda hoje, “estrangeiros” em seu próprio país.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Benedict – *Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 336 p. ISBN 85-359-1188-X.
- BRAZIL – *Colecção de leis da República de 1890*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1891.
- BRAZIL. REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL – *Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal), realizado em 20 de Setembro de 1906*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1907. [Consult. 15 maio 2019]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49678.pdf>.
- BRAUDEL, Fernand [1958] – *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Presença, 1972. 260 p.
- BURY, John Bagnell [1920] – *The Idea of Progress. An inquiry into its growth and origin*. New York: Tufts Press, 2011. 364 p. ISBN 144-74-0345-2; 978-14-474-0345-6.
- CARVALHO, Elysio de – *A luta técnica contra o crime*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914. 286 p. (Biblioteca do Boletim Policial, XXXII). S/ISBN.

- DUROSELLE, Jean-Baptiste – *Todo Império perecerá. Teoria das Relações Internacionais*. Brasília/São Paulo: UNB/Imprensa Oficial do Estado, 2000. 483 p. ISBN 85-230-0557-9.
- EDMUNDO, Luís – *O Rio de Janeiro de meu tempo*. Rio de Janeiro: Conquista, 1957. 1102 p. S/ISBN.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (org.) – *A invenção das tradições*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. 392 p. ISBN 85-775-3209-7.
- MENEZES, Lená Medeiros de – *Os Indesejáveis, desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Primeira República (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996. 307 p. ISBN 85-85881-18-6.
- MENEZES, Lená Medeiros de – “Les portugais em tant que représentation de l’immobilisme dans la modernisation républicaine”. In BENZONI, Maria Matilde; FRANK, Robert; PIZETTI, Silvia Maria (org.) – *Images des peuples et bistoire des relations internationales du XVIIe siècle à nos jours*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2008. ISBN 978-88-4001202-5. p. 271-280.
- RIBEIRO, Gladys Sabina – *Mata galegos. Os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1990. 68 p. ISBN 85-1102-129-9.

**UM PROJETO EM COMUM: A ALIANÇA ENTRE
A INTELLECTUALIDADE E AS FORÇAS ARMADAS
NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL
BRASILEIRA NO INÍCIO DO SÉCULO XX
A COMMON PROJECT: THE ALLIANCE BETWEEN
THE INTELLECTUAL CLASS AND THE ARMED
FORCES IN THE CONSTRUCTION OF THE
BRAZILIAN NATIONAL IDENTITY AT THE
BEGINNING OF THE 20TH CENTURY**

Misael Henrique Silva do Amaral

ORCID: 0000-0001-7940-2587

Resumo

O texto visa apresentar a participação de um importante intelectual das duas primeiras décadas do século XX, o poeta Olavo Bilac, e sua mobilização para a implementação de uma identidade nacional no Brasil, sobretudo por meio do vetor militar como elemento formador do conceito de nação e sendo a educação da juventude elemento de fomento para a formação do ideário de nacionalidade brasileira.

Palavras-chave: intelectuais; militar; nação; identidade nacional.

Abstract

This paper aims to present the participation of an important intellectual of the first two decades of the 20th century, the poet Olavo Bilac, and his mobilization for the implementation of a national identity in Brazil, chiefly through military vector. Youth education was also believed to be an

element capable of fomenting the formation of a Brazilian national ideology.

Keywords: intellectuals; military; nation; national identity.

De certa maneira o Brasil tem sido qualificado como um “país novo” ou “o país do futuro”, sobretudo, a partir do advento da República em 1889, onde a expressão “país novo” foi apropriada de diversas formas por destacados intelectuais brasileiros, indicando distintas maneiras de imaginar e conceber a ideia de nação. Sendo que quase sempre o “novo” esteve articulado aos sentidos de potencialidade, esperança, futuro, bem como à ideia de incompletude e imaturidade. Desse modo, tanto a *intelligentsia* brasileira, quanto setores do Estado, em especial os militares¹, buscavam construir o que seria a identidade nacional brasileira, principalmente a partir da Primeira República.

Segundo José Murilo de Carvalho², no Brasil, do início da República, não havia um sentimento de identidade coletiva ao qual pudesse significar, no sentido moderno, a valorização de se pertencer a uma nação, um sentimento nacional, embora existissem alguns elementos que, de maneira genérica, estavam incorporados à identidade nacional, como a unidade da língua, da religião e até mesmo uma unidade política. Murilo enfatiza que a necessidade de se criar uma identidade coletiva para a nação deveria ser o alvo pretendido pela geração intelectual da Primeira República, haja vista que os próprios propagandistas e defensores do regime republicano já percebiam que esta não era a República que sonhavam e desejavam.

¹ A preocupação constante dos militares, no período da Primeira República, era estabelecer ou recriar vínculos com a nação brasileira, entidade da qual, mais do que guardiões, seriam formadores da identidade nacional (CASTRO, Celso – *Exército e Nação: Estudos sobre a História do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2012).

² CARVALHO, José Murilo de – *A Formação das ALMAS: O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Os próprios intelectuais da passagem do século, aliás, costumam ser classificados como otimistas ou pessimistas, sendo esta dicotomia exemplificada de um lado por aqueles que acreditavam incondicionalmente no potencial das riquezas naturais, no Brasil como “país do futuro”, e de outro, por aqueles que não viam possibilidade de progresso devido à condenação dos brasileiros pelos diversos determinismos. Além disso, é possível que tal polarização tenha se acentuado em razão das acirradas polêmicas da época, em meio às quais as posições tendiam a se radicalizar. De qualquer modo, o que estava em voga nas últimas décadas do século XIX e princípios do século XX no Brasil era a discussão acerca da identidade nacional.

Renato Ortiz³ sublinha que a noção de identidade nacional idealizada pela geração de 1870⁴ teria fomentado no Brasil um sentimento de desagrado pela própria identidade, visto que, no nosso país, um dos paradigmas de identificação nacional pressupunha a “raça”, que naquele período era considerada inferior, além da questão climática que criava pessoas pouco propensas ao trabalho e à racionalidade. Pode-se inferir que haveria então uma “construção” da categoria identidade nacional, o que parece coadunar com o pensamento de Benedict Anderson⁵, que assinala as nações como construídas e imaginadas, o que não significa ser irreal, acerca do caráter real e irreal das comunidades nacionais imaginadas. O autor destaca que “as comunidades se distinguem não por sua autenticidade/falsidade, mas pelo estilo que são imaginadas”⁶.

³ ORTIZ, Renato – *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

⁴ Geração de intelectuais, onde grande preocupação estava centrada na criação de uma nação moderna (sinônimo de positivo e progresso), pautada no cientificismo, abarcando questões como raça e meio geográfico. Possuía como representantes, dentre outros: Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Sílvio Romero.

⁵ ANDERSON, Benedict – *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

⁶ *Ibidem*, p. 33. O autor aborda a ideia de nação sobre quatro perspectivas: 1) limitada – porque mesmo que a nação seja muito grande em extensão, ela terá fronteiras; 2) imaginadas – posto que os membros de uma nação seriam incapazes

Portanto, em determinados lugares a identidade nacional poderá ter como base a língua ou o passado, enquanto em outros pode ser a raça, os hábitos do povo, ou seja, cada lugar idealizou uma proposta de identidade que pode ser transformada no tempo e no espaço.

A despeito das diversas interpretações da categoria identidade nacional, o estudo acerca do referido conceito traz à luz a discussão sobre quem seriam os agentes formadores da concepção nacional de um determinado povo, sendo que os intelectuais desempenhariam o papel de mediadores entre o que deveria ou não ser o nacionalismo para uma determinada população. Os intelectuais seriam, portanto, os agentes formuladores de modelos de identidade nacional. Sendo como representação de algo pouco palpável ou mesmo mais real, a concepção de identidade nacional foi construída sobre uma perspectiva de diversos interesses.

E neste quesito o Estado seria um daqueles que teria sob a sua tutela o “poder simbólico”, cooptando os agentes formuladores da identidade nacional (os intelectuais), aglutinando estes a agentes estatais (professores, militares, entre outros). Essa ideia parece ir ao encontro daquilo que Eric Hobsbawm⁷ dissertou acerca dos modelos nacionais se utilizarem de ferramentas como sentimentalismos, patriotismo, elementos de propaganda entre outros a fim de implantar a identidade nacional para um país. Conforme assinala, “O nacionalismo poderia se tornar um instrumento enormemente poderoso para um governo caso consiga ser integrado no patriotismo estatal, para tornar-se seu componente emocional central”⁸.

de conhecer todos os membros da comunidade; 3) soberana – está relacionada ao povo; e 4) comunidade – porque haverá uma camaradagem horizontal entre seus membros.

⁷ HOBBSAWM, Eric – *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

⁸ *Ibidem*, p. 111-112.

Desse modo, seria importante gerar no povo um sentimento de lealdade em relação ao Estado e ao sistema dirigente. Se no passado a fidelidade ao Estado não era exigida do povo – seja porque era assegurada pelos dogmas religiosos que professavam a obediência aos superiores, seja porque o povo tinha seus direitos muito limitados e, portanto, não ofereciam ameaça aos governantes – o fato é que, no fim do século XIX, este sistema mudaria devido à democratização. Conforme acentua Hobsbawm:

(...) os interesses estatais dependiam agora da participação dos cidadãos, em um grau não considerado antes. Onde os Exércitos eram compostos de voluntários ou de serviço militar obrigatório, a boa vontade dos homens em servir era agora uma variável essencial nos cálculos do governo (...) a democratização da política – ou seja, de um lado a extensão crescente do voto (masculino) e de outro a criação de um Estado moderno – colocava a questão da nação e dos sentimentos do cidadão em relação aquilo que ele considerava como sua “nação” ou sua “nacionalidade”⁹.

Para este autor, implementar um componente emocional no curso do desenvolvimento de uma identidade nacional seria fundamental para o governo atingir seus objetivos, portanto, a partir das últimas décadas do século XIX, as intervenções estatais passaram a ser frequentes e universais, passando os cidadãos a serem alvo de interesse do Estado.

Assim, por meio da associação de agentes governamentais como professores, propagandistas (intelectuais de diversas áreas) e militares, o Estado poderia obter mais informações e controle sobre os cidadãos e, desse modo, poderia criar mecanismos que fomentassem o sentimento de pertencimento no povo; destacam-se como dispositivos estatais a educação infantil e a comunicação.

A partir da perspectiva de análise de Eric Hobsbawm¹⁰ a respeito da identidade nacional, o nacionalismo nas mãos do Estado poderia ser

⁹ *Ibidem*, p. 104-105.

¹⁰ *Ibidem*.

um instrumento poderoso, especialmente em momentos de crise, como guerras e revoltas. Portanto, de acordo com este autor, os interesses estatais dependiam dos cidadãos, assim como o modelo de identidade nacional projetado pelo Estado poderia unir a população, criando lugares comuns. De qualquer modo, o povo é quem deveria decidir quais ideias de identidade deveria escolher e compartilhar. É plausível, porém, acentuar que o Estado foi certamente um dos dispositivos mais ativos no que tange a orientação e formulação de um ideário nacional e é sob essa perspectiva que pretendemos explicitar, neste trabalho, a associação no Brasil entre profissionais do Estado e a intelectualidade na formulação de uma identidade brasileira, a saber: os militares e o poeta Olavo Bilac, que buscaram na educação primária e no Serviço Militar Obrigatório, as ferramentas para formulação de um sentimento nacional para o Brasil.

Percebe-se que, na virada do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a figura de Olavo Bilac emergiu como propagandista e defensor de um projeto nacionalista. Segundo o intelectual, a defesa do ideal patriótico, da unidade nacional e da educação seriam os alicerces para o progresso no Brasil. Estas ideias atuariam como vetores principais de um processo que teria como objetivo formar uma identidade nacional. O programa cívico de Bilac salientou as campanhas em prol do Serviço Militar Obrigatório e a Defesa Nacional, portanto pode-se caracterizar Olavo Bilac como um dos ideólogos do nacionalismo brasileiro, aludindo o modelo militar de soldado como referência de ética, de disciplina e de honra, dentre outros atributos como condutor do projeto nacionalista bilaciano.

Olavo Bilac¹¹, um dos poetas mais populares do seu tempo, foi também jornalista e membro fundador da Academia Brasileira de Letras. Dotado de intenso senso cívico, foi pioneiro na campanha pela

¹¹ *A Cigarra*. São Paulo. Ano II, n. XXVIII, 16/10/1915. [Consult. 2 jul. 2015]. Disponível em: www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/pdfs.

alfabetização e também grande defensor e propagandista do Serviço Militar Obrigatório e dos Tiros de Guerra¹².

Bilac é conhecido principalmente por sua obra poética, mas ele também foi autor de uma extensa obra como contos, crônicas, livros escolares e literatura infantil. E aí se destacam a letra do *Hino à Bandeira* e *Contos Pátrios* com Coelho Neto. Além disso, escreveu livros didáticos, como *Através do Brasil*, com Manoel Bomfim. O poeta teve ainda profunda participação na política e em campanhas cívicas, das quais a mais conhecida foi a Liga de Defesa Nacional¹³, fundada em 1916 em favor da instrução pública e do serviço militar obrigatório¹⁴. Em função disso, Bilac empreendeu uma jornada pelo país, entre os anos de 1915 e 1916, a fim de conscientizar os jovens brasileiros da necessidade do Serviço Militar. Exerceu ainda a função de oficial da Secretaria do Interior do Estado do Rio de Janeiro (1891) e, em 1898, foi inspetor escolar do Distrito Federal.

Patrícia Hansen¹⁵ aponta que Bilac buscava incutir nas gerações mais jovens outra forma de perceber a nação brasileira, afastada de uma visão

¹² Eram organizações civis de treinamento de atiradores e que visavam criar reservas treinadas para o Exército. Sobre tudo no contexto da I Guerra Mundial (1914-1918) (CASTRO, 2007, p. 241).

¹³ É uma associação cívico-cultural, fundada em 7 de setembro de 1916, na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, independentemente de qualquer credo religioso, político ou filosófico e tem como finalidade precípua robustecer, na opinião pública nacional, um elevado sentimento de patriotismo. (Site oficial da LIGA DE DEFESA NACIONAL, conforme descrito em seu Estatuto atual e que contém as diretrizes básicas da Instituição. [Consult. 14 julho 2020]. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIGA%20DA%20DEFESA%20NACIONAL%20\(LDN\).pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIGA%20DA%20DEFESA%20NACIONAL%20(LDN).pdf)

¹⁴ BILAC, Olavo – *A defesa nacional* [discursos]. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1965. Esta obra engloba os principais momentos em que o poeta divulgava suas ideias sobre patriotismo e o serviço militar obrigatório.

¹⁵ HANSEN, Patrícia – “Infância como projeto: Nacionalismo, sensibilidades e etapas da vida em Olavo Bilac”. In FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) – *Anais do Simpósio Nacional de História (ANPUH)*, XXVI. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. [Consult. 22 jun. 2017]. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300631786_ARQUIVO_Infanciacomoprojeto.pdf.

ufanista¹⁶ ou de um olhar estéril e pessimista. A construção proposta por Bilac parecia ser equilibrada e, sobretudo, buscava um tom mais realista: não tão otimista como a abordagem chamada de “megalomania patriótica”¹⁷, baseada nas enormes riquezas naturais que o país possuía, e nem tão negativa a que ele chama de “desmoralizadora enfermidade do pessimismo”¹⁸. O poeta procurou um tipo de defesa do ideário nacional fundamentada na ação e na prática, a fim de que, com o devido preparo educacional, os homens pudessem explorar, de modo eficaz, os recursos naturais do Brasil. Esse pensamento era o fundamento do projeto bilaquiano, onde o poeta procurava estimular em sua audiência a consciência de que o despertar do Brasil para o futuro estava diretamente relacionado ao despertar de si mesmos, como brasileiros responsáveis pela grandeza do país.

O sentido de identidade nacional, pautado no sentimento patriótico de Bilac, parece coadunar com o que Fernando Catroga¹⁹ define por pátria e sentimento patriótico, ou seja, como sendo a origem e a herança estabelecendo uma memória retrospectiva entre os vivos e os mortos, num elo de ligação pelo qual os indivíduos se reconhecem como compatriotas. “A pátria é a origem de todas as origens, húmus sacralizado

¹⁶ Categoria criada a partir do livro *Porque me ufano do meu país*, de Afonso Celso (escritor e jornalista contemporâneo a Bilac) publicado em 1901 por ocasião das comemorações do quarto centenário do Descobrimento. O vocábulo “ufanismo” é definido nos principais dicionários da língua portuguesa como “orgulho exacerbado da pátria” ou patriotismo excessivo ou também como sentimento daqueles influenciados pelo potencial de riquezas do país e belezas naturais se vangloriam, desmedidamente, conforme: HOUAISS, Antônio – *Novo Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

¹⁷ BILAC, Olavo – *Últimas conferências e discursos*. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1924. p. 120.

¹⁸ *Ibidem*, p. 119.

¹⁹ CATROGA, Fernando – “Pátria, nação e nacionalismo”. In SOBRAL, José Manoel; VALA, Jorge (orgs.) – *Identidades nacional, inclusão e exclusão social*. Lisboa: ICS, 2010.

que gera um sentimento de pertença, sendo como um destino ou como uma vocação”²⁰.

De acordo com Hansen²¹, a questão da formação de uma identidade nacional menos contemplativa e mais pragmática se colocava dentro do escopo do projeto de Olavo Bilac. O pensamento de um “país novo em que tudo ainda está por fazer”²² no qual seu viés primordial era o futuro a ser construído pelos próprios brasileiros, era focado na ética do trabalho e esforço, sendo a educação a grande propulsora desse processo. Vale ressaltar, que o conceito “de que há muito por fazer”²³ está imbricado ao sentido de progresso na acepção utilizada nas primeiras décadas da República, como também a ideia de que o futuro grandioso do Brasil só seria possível pelas mãos dos próprios brasileiros. O poeta declara essa ideia em trecho de seu discurso de 1909, no ginásio do Colégio Metodista Granbery em Minas Gerais:

O fim da educação (...) é preparar homens de pensamento e ação (...) capazes de empregar valiosamente em proveito da coletividade todas as forças vivas de sua alma e todo o arsenal de conhecimentos de que os apercebeu o estudo. Em um país novo como este, onde quase tudo está por fazer (...). Estudando, bem as condições políticas e econômicas da nossa pátria, vereis, meus jovens amigos, que os homens da vossa geração vão receber um honrosíssimo, porém onerosíssimo legado²⁴.

Importa salientar que o projeto de identidade nacional bilaquiano de formação dos brasileiros, estava direcionado à mocidade e à infância brasileiras, sendo um projeto em que a palavra era a ação, ou seja, posto em prática por meio da produção literária, como também nas

²⁰ *Ibidem*, p. 34.

²¹ HANSEN, Patrícia – *Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República*. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2007. Tese de doutorado.

²² BILAC, Olavo – *A defesa nacional* [discursos]. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1965. p. 681.

²³ *Ibidem*, p. 682.

²⁴ *Ibidem*, p. 681-693.

inúmeras campanhas públicas para a formulação da nação, como discursos, palestras entre outros. Sendo estritamente um processo de estabelecimento do sentimento de pertencimento a uma coletividade nacional através de ações intencionais, a fim de forjar nessa juventude e na infância brasileira uma identidade nacional que teria como importante tarefa garantir a integração e o progresso nacional.

Este processo intencional de Olavo Bilac de constituir uma identidade nacional nos homens brasileiros parece harmonizar com o que historiador Eric Hobsbawm²⁵ explicitou como a intencionalidade dos sujeitos históricos na constituição das tradições nacionais pelo sentimento de pertencimento a uma coletividade nacional.

Outro pilar do projeto nacional de Bilac estava fundamentado na êgide da educação, tendo nas Forças Armadas um de seus vetores propulsores, onde o amor à pátria parece aludir ao que Fernando Catroga define como trabalho mobilizador para constituição do nacionalismo. Conforme assinala:

(...) foi a ideia de pátria e patriotismo como propulsores do movimento que desaguará na nação moderna (no Estado-nação) e não o contrário, ilação que, porém, não invalida que este último não tenha procurado promover (sistema de educação, serviço militar) um renovado patriotismo comum, tendo em vista transformar os indivíduos em cidadãos, bem como a população num povo²⁶.

Para Olavo Bilac, a ênfase no modelo militar, do soldado como modelo de masculinidade, de estética marcial, disciplinado e cultivador da honra e dos valores cívicos, seria importante na ideia de formulação de uma identidade nacional para a nação brasileira.

²⁵ HOBBSAWM, Eric; RANGER Terence – *A invenção das tradições*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

²⁶ CATROGA – Op. Cit., p. 49.

Mônica Velloso²⁷ acentua que havia no poeta o pensamento de nacionalismo associado à questão da mobilização militar, principalmente, no contexto da I Guerra Mundial (1914-1918), quando a questão nacional estava diretamente articulada à postura do Brasil frente ao conflito bélico internacional; portanto, o apelo às armas fazia todo sentido ao se falar em patriotismo. Seus discursos assinalavam a união entre intelectuais (grupo do qual fazia parte) e militares a fim de realizar a missão de estabelecer a identidade nacional, ou seja, esta seria levada a efeito a partir da coesão entre as Forças Armadas e a sociedade, sendo também o patriotismo interpretado como dever cívico, cabendo aos intelectuais, elementos da vanguarda social, assumi-lo integralmente.

Um dos pressupostos por trás da concepção de identidade nacional seria de criar numa determinada população uma noção de pertencimento a uma nação, embora se deva ressaltar que a decisão de aceitação deste tipo de sentimento nacionalista é uma decisão do povo.

Percebe-se, portanto, no Brasil da Primeira República, a busca de uma legitimação ao ideário nacional formulado pelo Estado, ao incorporar aos seus agentes (militares, professores, entre outros) e importantes atores da sociedade, como o “ideólogo do nacionalismo brasileiro”²⁸, o poeta Olavo Bilac, que, ao lado das Forças Armadas, trabalhou a fim de empreender uma consciência nacional no país, utilizando como ferramenta o serviço militar obrigatório²⁹, entendido por ele como um

²⁷ VELLOSO, Mônica Pimenta – “Brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. v. 6, n. 11 (1993), p. 89-112.

²⁸ BILAC, Olavo – *A defesa nacional* [discursos]. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1965, p. 43.

²⁹ A Lei n. 1860, que Regula o alistamento e sorteio militar e reorganiza o Exército foi aprovada na Câmara em 4 de janeiro de 1908, passados 15 meses de sua apresentação. Seu artigo 33º previa que *juntas de alistamento militar* organizariam todos os anos a lista de recenseamento dos indivíduos que houvessem completado 20 anos de idade no ano anterior. Essas listas, segundo o artigo 34º, deveriam mencionar a profissão, sinais característicos, idade, naturalidade e filiação dos alistados. É interessante observar que não se previa, na lei, que as listas

vetor de educação, civismo, nivelamento e patriotismo para a formação do cidadão brasileiro.

É importante acentuar que essa identidade nacional propagada por Bilac era diferente daquele nacionalismo ufanista ou daquele extremamente pessimista. Ele buscava uma identidade nacional pautada num projeto mais pragmático, articulado a ideia de um “país novo em que tudo ainda está por fazer”.

Bilac possuía uma grande capacidade de mobilização, e suas palavras tinham ampla divulgação e impacto nos diversos setores da sociedade, fruto de seu carisma. Comparado a uma “celebridade” em virtude da elevada admiração devotada a ele. E esta capacidade singular tinha reflexo na repercussão dos seus discursos em seus ouvintes e na imprensa. É interessante assinalar que os militares souberam aproveitar essa capacidade mobilizadora de Bilac se associando a ele.

A preocupação do poeta com a falta de identidade nacional por parte da população, era intensa e permanente. E idealizava a cura desse mal brasileiro através da educação cívica, firmada na instrução primária, profissional e militar, e tendo a vida militar como modelo a ser seguido a fim de adquirir uma consciência patriótica. É a partir dessas concepções que Olavo Bilac leva adiante a campanha pelo recrutamento militar obrigatório. E em função da escassez de uma organização da sociedade civil, cumpre as Forças Armadas, em particular, ao Exército, o papel de agente educador, de coesão nacional e formador de cidadãos.

É interessante sublinhar que a distinção entre Bilac e os demais intelectuais que pensavam sobre a questão da formação da nacionalidade brasileira em seu tempo, foi seu relevo no modelo militar. Ele entendia o Exército como uma grande escola de civismo para a mocidade brasileira. Desse modo, esta instituição militar seria um tipo de ferramenta cívico-pedagógica e nacional do projeto bilaquiano, para a propagação do amor

indicassem o endereço dos indivíduos alistáveis, o que, na prática, inviabilizaria sua convocação (CASTRO, 2012).

à pátria e o estabelecimento de uma identidade nacional da população do Brasil.

Por fim, Olavo Bilac conhecido poeta da *belle époque* se destacou nas mais variadas áreas como jornalista, poeta, inspetor escolar do Distrito Federal. Também produziu textos de ficção para crianças, materiais didáticos e de formação de público. Sua bandeira era fundamentada na integração, manutenção da unidade do Brasil e o amor à pátria como pilares de seu projeto nacionalista. Sendo todos esses aspectos projetados a partir do ideário da educação primária, destacando que, apesar de sua ênfase de se chegar a uma identidade nacional perpassando pelas forças armadas, Bilac não era militarista.

Referências Bibliográficas

- A Cigarra*. São Paulo. Ano II, n. XXVIII, 16/10/1915. [Consult. 2 jul. 2015]. Disponível em: www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/pdfs.
- ANDERSON, Benedict – *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 336 p. ISBN 978-8535911886.
- BILAC, Olavo – *Últimas conferências e discursos*. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1924. 382 p.
- BILAC, Olavo – *A defesa nacional* [discursos]. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1965. 144 p. S/ISBN.
- BILAC, Olavo – “Em a marcha!” (aos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo – 9 de outubro de 1915)”. In BILAC, Olavo – *A defesa nacional* [discursos]. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1965. 144 p. S/ISBN.
- BILAC, Olavo; BOMFIM, Manoel – *Através do Brasil: prática da língua portuguesa: narrativa*. Organizado por Marisa Lajolo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 424 p. ISBN 85-716-4988-X.
- CARVALHO, José Murilo de – *A Formação das ALMAS: O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 174 p. ISBN 978-857164128-0.
- CASTRO, Celso – *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. 207 p. ISBN 85-711-0335-6.
- CASTRO, Celso – “A resistência à implantação do serviço militar obrigatório no Brasil”. In GOMES, Ângela de Castro (coord.) – *Direitos e cidadania. Justiça, poder e mídia*. Rio de Janeiro: FGV, 2007. 332 p. ISBN 97-88522506279.

- CASTRO, Celso – *Exército e Nação: Estudos sobre a História do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2012. 240 p. ISBN 978-8522509836.
- CATROGA, Fernando – “Pátria, nação e nacionalismo”. In SOBRAL, José Manoel; VALA, Jorge (orgs.) – *Identidade nacional, inclusão e exclusão social*. Lisboa: ICS, 2010. ISBN 978-972-671-281-7. p. 33-65.
- DIMAS, Antônio – *Bilac, o jornalista*. São Paulo: EDUSP, 2006. 3 vols. ISBN 85-314-0923-3.
- EXÉRCITO BRASILEIRO – “Patronos do Exército” [Em linha]. [Consult. 26 jun. 2017]. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/web/guest/olavo-bilac-servico-militar>.
- FARIA, José Caetano de – “O oficial como educador: sua missão social”. *Boletim Mensal do Estado Maior do Exército* (BMEME). Rio de Janeiro. n. 11 (1912, abr.), p. 23-31.
- HANSEN, Patrícia – *Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República*. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2007. 253 p. Tese de doutorado.
- HANSEN, Patrícia – “Infância como projeto: Nacionalismo, sensibilidades e etapas da vida em Olavo Bilac”. In FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) – *Anais do Simpósio Nacional de História (ANPUH), XXVI*. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. [Consult. 22 jun. 2017]. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300631786_ARQUIVO_Infanciacomoprojeto.pdf. ISBN 978-85-98711-08-9.
- HOBBSAWM, Eric – *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013. 280 p. ISBN 978-8577532063.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER Terence – *A invenção das tradições*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012. 400 p. ISBN 978-8577530601.
- ANTÔNIO HOUAISS – *Novo Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 1986 p. ISBN 978-8573029635.
- MARQUES, Adriana Aparecida – “A Revista Marítima Brasileira de 1918 a 1932”. In *Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História*. Campinas: ANPUH/SPUNICAMP, 2004. CD-ROM.
- MARTINS, Hélio Leôncio – “Evolução da política naval brasileira entre as duas Guerras Mundiais”. In AA.VV. – *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha – Serviço de Documentação da Marinha, 1985. Tomo II, vol. 5, p. 205-224. S/ISBN.
- MCCANN, Frank – *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 744 p. ISBN 978-8535910841.
- ORTIZ, Renato – *Cultura brasileira e identidade nacional*. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2001. 152 p. ISBN 978-8511070149.
- VELLOSO, Mônica Pimenta – “Brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. ISSN 0103-2186. v. 6, n. 11 (1993), p. 89-112.

**IMPrensa, Liberalismo e Propriedade
no Regime Brasileiro do Estado Novo¹
Press, Liberalism and Property Under
The Estado Novo Regime in Brazil**

Maria Letícia Corrêa

ORCID: 0000-0002-4448-7661

Resumo

O trabalho pretende oferecer uma contribuição ao estudo dos embates entre perspectivas liberais e antiliberais que, sob a ditadura do Estado Novo no Brasil (1937-1945), conformaram o campo de debates sobre a modernização do país. Ganhava centralidade a controvérsia em torno do papel a ser cumprido pelo Estado na condução das transformações em curso, com destaque, por exemplo, para o problema da regulamentação da propriedade e dos usos de recursos considerados estratégicos para a efetivação do projeto de desenvolvimento, objeto de importantes iniciativas regulatórias e de codificação no período. A análise privilegia intervenções de intelectuais que trataram do tema do corporativismo em textos de imprensa, com destaque para revistas especializadas em economia.

Palavras-chave: liberalismo; antiliberalismo; revistas; Estado Novo (Brasil).

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Abstract

The paper intends to offer a contribution to the study of the conflicts between liberal and anti-liberal perspectives that, under the dictatorship of the Estado Novo in Brazil (1937-1945), formed the field of debates about the modernization of the country. The controversy over the strengthening of the state's role in conducting the ongoing transformations took center stage, highlighting, for example, the problem of property regulation and the use of resources considered strategic for the implementation of the developmental project, that were the object of important regulatory and codification initiatives in the period. The analysis rests on the texts of intellectuals who have approached the subject of corporatism in economics magazines.

Keywords: liberalism; anti-liberalism; magazines; Estado Novo (Brazil).

O problema da ascensão dos regimes autoritários tem sido revisitado, nos últimos anos, por pesquisadores brasileiros e europeus que se voltaram ao estudo da crise do Liberalismo nos anos de 1920 e 1930². Naquele contexto, no Brasil, como em outros países, tornou-se relevante o problema do papel do Estado na condução do processo de modernização em seus mais variados aspectos, isto é, dizendo respeito não apenas à promoção do arranque industrial, mas, também, à elaboração de

² Para um balanço atualizado dos estudos sobre a crise do Liberalismo nos anos de 1920 e 1930, ver GOMES, Angela de Castro – “A experiência colonial e as raízes do pensamento social brasileiro: Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda”. *Revista Portuguesa de História* [Em linha]. n. XLI (2010), p. 291-304. [Consult. 23 jan. 2019]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/9711>; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa – *Corporativismo em Português*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; LIMONCIC, Flávio – *Intelectuais do antiliberalismo: alternativas à modernidade capitalista*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; TORGAL, Luís Reis – *Estados novos, Estado Novo: ensaios de história política e cultural*. 2ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009. 2 vols.

um amplo projeto cultural, com iniciativas diversificadas no âmbito da educação e da produção literária, em uma ação coordenada, que se realizava por intermédio da imprensa oficial e de periódicos não vinculados à esfera estatal, em auxílio às políticas governamentais.

Acolhendo a renovação trazida por tais contribuições, apresento neste texto resultados de uma pesquisa sobre a conformação do campo de ideias econômicas no Brasil e a imprensa especializada nessa temática, na vigência do regime brasileiro do Estado Novo (1937-1945). Examinou, para tanto, proposições liberais e antiliberais que, sob a ditadura de Getúlio Vargas – e em diálogo com um universo intelectual mais amplo, tendo por referência outras experiências de regimes autoritários nos anos de 1920-1940 –, conformaram o quadro de debates sobre a modernização e o projeto desenvolvimentista. Nas revistas analisadas, ao lado dos temas relacionados à economia, tratavam-se os meios de implementar, sob o controle do Estado, a regulamentação de fatores julgados como estratégicos para a efetivação desse projeto – as águas, as minas, a terra e o trabalho –, ao tempo em que se enunciava a ideologia justificadora do regime.

Para o estudo dessas intervenções, ancoramo-nos em uma perspectiva metodológica constituída no diálogo entre História e Sociologia, desenvolvida por pesquisadores que tiveram por tema de estudo os intelectuais³. Os intelectuais definem-se aqui como “profissionais da produção dos bens simbólicos”⁴, na sua relação com a história da imprensa e do espaço público. Entende-se, assim, que economistas, engenheiros, historiadores, juristas e literatos, entre outros atores que se

³ CHARLE, Christophe – *Homo Historicus: Reflexões sobre a História, os historiadores e as Ciências Sociais*. 1ª ed. Porto Alegre; Rio de Janeiro: UFRGS; FGV, 2018; BOURDIEU, Pierre – *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. 1ª ed. Lisboa: Presença, 1996; HESS, David – “Bourdieu and Science and Technology Studies: Toward a Reflexive Sociology”. *Minerva* [Em linha]. v. 49, n. 3 (2011), p. 333-348. [Consult. 18 fev. 2019]. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/43548610>.

⁴ BOUDIN, Louis – *Os intelectuais*. 1ª ed. Lisboa: Arcádia, 1971. p. 21; CHARLE, Christophe – *Naissance des intellectuels: 1880-1900*. 1ª ed. Paris: Les Éditions de Minuit, 1990.

expressavam na imprensa especializada, manifestavam juízos em nome da competência auferida como pensadores e como profissionais do mercado formado por revistas e jornais, editoras e universidades e por uma burocracia cuja expansão acompanhava a crescente especialização das atividades técnicas e científicas. Tratava-se, em outras palavras, do processo pelo qual os intelectuais – oriundos das diversas profissões – incorporaram-se aos “mecanismos através dos quais a burocracia de carreira terminou por controlar os regimes democráticos e os parlamentos (...) mecanismo [esse que] vai se ampliando organicamente e absorve em seu círculo os grandes especialistas da atividade prática privada, que controla assim os regimes e a burocracia”⁵. Nos regimes autoritários dos anos de 1920 e 1930, como na experiência fascista e no corporativismo, os órgãos de governo assumiam um aspecto técnico-cultural, uma vez que extrapolavam aquilo que era intrínseco a sua própria atividade, passando as questões que se tornavam objeto do processo decisório a ser examinadas previamente pelos especialistas.

Para a análise da imprensa especializada sob a ditadura de Vargas, tomamos de empréstimo, também, uma proposição sugerida por Trindade⁶ em seu estudo sobre o Estado Novo português, qual seja, a de que os intelectuais, naquele contexto, tinham pouca autonomia em relação à esfera de governo. Mantinham-se, portanto, em uma perspectiva de um “rígido elitismo”, dada a missão pedagógica e civilizatória que assumiam como sendo de sua responsabilidade.

⁵ GRAMSCI, Antonio – *Cadernos do Cárcere*. Ed. e trad. de Carlos Nelson Coutinho. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. vol. 2, p. 34.

⁶ TRINDADE, Luís – “Introdução à vida intelectual: intelectualidade, crise e senso comum nos anos 30 em Portugal”. *Cadernos do CEIS20*. Coimbra: CEIS20, 2007. n. 4, p. 10-14.

Revistas especializadas, História e Ciências Sociais

Desde a sua instituição no país, em inícios do século XIX, a imprensa brasileira articulou-se fortemente à modernização econômica, no processo pelo qual as numerosas folhas inicialmente existentes aos poucos foram cedendo lugar a grandes grupos empresariais, em uma tendência que acompanhou a profissionalização do jornalismo. Essa tendência se expressou na crescente especialização temática e no surgimento de periódicos dirigidos aos diferentes segmentos do público leitor, na forma de revistas e jornais. O campo do jornalismo manteve, por outro lado, uma relação de homologia com os espaços existentes no aparato institucional e de poder. Sob a ditadura de Vargas, jornalistas e homens de imprensa concederam aporte significativo ao esforço de elaboração ideológica do regime.

Existem numerosos estudos sobre a ideologia do Estado Novo brasileiro, que oferecem uma detalhada caracterização do campo intelectual nos anos de 1930 e 1940, imbricado à política oficial, tendo sido em parte secundarizada, no entanto, a pesquisa dos periódicos desvinculados da esfera estatal – a se destacarem algumas importantes exceções, como o estudo de Tania de Luca sobre a *Revista do Brasil*⁷.

Autores como Velloso⁸, Gomes⁹, Codato e Guandalini Júnior¹⁰, entre outros pesquisadores, se voltaram, quase sempre, à análise de instituições subordinadas à esfera governamental responsável pelas ações de sub-

⁷ DE LUCA, Tania Regina – *Leituras, Projetos e (Re)vista(s) do Brasil (1916-1944)*. 1ª ed. São Paulo: UNESP, 2011.

⁸ VELLOSO, Mônica Pimenta – “Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual”. In OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela de Castro – *Estado Novo: ideologia e poder*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 71-108.

⁹ GOMES, Angela de Castro – *História e historiadores*. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 157-172.

¹⁰ CODATO, Adriano N.; GUANDALINI JR., Walter – “Os autores e suas ideias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político no Estado Novo”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. v. 2, n. 32 (2003), p. 145-164.

sídio à produção cultural. Sergio Miceli¹¹, tratando do mesmo período, nota ter havido uma quase equivalência entre a esfera de atuação estatal e o mercado de bens simbólicos e culturais, em correspondência com o acelerado processo de expansão do Estado nacional, por meio da constituição de conselhos técnicos e de formato corporativo, desde meados da década de 1930, a que se somou a ampliação dos órgãos do poder executivo como o Ministério da Educação e Saúde.

O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939 e vinculado à presidência da República, centralizava a produção e a divulgação de um “discurso destinado a construir certa imagem do regime, das instituições e do chefe do governo, identificando-os com o país e o povo [brasileiro]”¹². Tal objetivo, como é conhecido, foi perseguido por meio da produção massiva de um diversificado conjunto de materiais, como livros, revistas, folhetos, cartazes, programas de rádio, fotografias, cinejornais, documentários cinematográficos e filmes de ficção, difundidos com a colaboração de toda a imprensa. Por essa razão, os profissionais envolvidos na edição de revistas e os jornalistas viriam a assumir uma atuação de caráter quase oficial. De outro lado, se jornais e revistas que tentaram manter certa independência arriscavam perseguições, censura e fechamento, sendo impossibilitada a continuidade de sua publicação, teria havido “mais proximidades, acordos e relações conjuntas entre os homens do governo e os homens de imprensa do que divergências”¹³.

Mesmo entre os homens do regime, no entanto, havia o entendimento de que deveria se evitar uma completa subordinação dos jornais e das revistas à função oficial. Antônio José Azevedo Amaral, que podemos

¹¹ MICELI, Sergio – *Intelectuais à brasileira*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 197-198.

¹² CAPELATO, Maria Helena – “Propaganda política e controle dos meios de comunicação”. In PANDOLFI, Dulce (org.) – *Repensando o Estado Novo*. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 168.

¹³ BARBOSA, Marialva – *História cultural da imprensa: Brasil 1900-2000*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 103.

tomar como um dos principais apologistas do Estado Novo, recomendava que fosse reservada à “elite intelectual” o direito de “expor seus pontos de vista”, desde que se mantivesse o objetivo de colaborar com o “engrandecimento do Estado”. Segundo esse ponto de vista, o papel da elite intelectual seria o de reforçar o poder público, uma vez que apenas este último dispunha “de recursos de informação e de conhecimento das questões atinentes aos interesses nacionais para poder apreciar se a divulgação de uma notícia [era] ou não conveniente”¹⁴. Os membros das elites intelectuais estariam presentes, portanto, na elaboração do projeto ideológico do regime, enquanto o trabalho de difusão era atribuído à imprensa escrita, sem diminuir-se o papel dos demais meios de comunicação. Daí o destaque, na disseminação das concepções corporativistas e antiliberais, de periódicos como *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros*, publicada de março de 1941 a outubro de 1945, que editou artigos do próprio Azevedo Amaral e de autores como Francisco Campos e Cassiano Ricardo, e *Ciência Política*, que circulou entre 1940 e 1945, adotando uma linguagem mais acessível, com a meta de difundir os fundamentos do regime.

Realizava-se desse modo, conforme apontado no estudo pioneiro de Mônica Velloso, uma “divisão do trabalho” de elaboração ideológica da doutrina oficial, cabendo, por um lado, à elite intelectual, “a produção e a manipulação das representações que conformam o discurso estado-novista” e, por outro, aos intelectuais de “menor projeção”, as tarefas práticas da propaganda¹⁵. Codato e Guandalini Jr. voltaram-se, igualmente, à questão da heterogeneidade das instâncias responsáveis

¹⁴ AZEVEDO AMARAL apud VELLOSO, Mônica Pimenta – “Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual”. In OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela de Castro – *Estado Novo: ideologia e poder*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 73.

¹⁵ VELLOSO, Mônica Pimenta – “Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual”. In OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela de Castro – *Estado Novo: ideologia e poder*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 78.

por produzir uma mentalidade favorável ao regime e a diversidade de intelectuais envolvidos nessas iniciativas¹⁶.

Os estudos acerca do trabalho de elaboração doutrinária sob a ditadura de Vargas, se tiveram por horizonte, sobretudo, a pesquisa das publicações oficiais, oferecem um quadro de análise que nos permite abarcar, também, as publicações desvinculadas da esfera estatal. As revistas especializadas em temas econômicos, que constituem o objeto dessa pesquisa, mantiveram uma estreita colaboração com os órgãos de governo nos quais eram definidas as políticas de desenvolvimento sob o Estado Novo. Sua leitura deixa transparecer, no entanto, a existência de uma margem para a expressão de pontos de vista divergentes, eliminando-se, dessa forma, a possibilidade de conformação de um discurso uniforme acerca do regime.

Entre as publicações especializadas em economia e finanças, podem ser mencionadas *O Economista: revista mensal de economia, finanças, comércio e indústria*, que havia sido criada em 1921, e a *Revista Bancária Brasileira*, de 1933. Em 1936, por iniciativa do empresário paulista Valentim Fernandes Bouças, iniciou-se a publicação de *O Observador Econômico e Financeiro*¹⁷, com periodicidade mensal, inspirada na norteamericana *Fortune*. Em 1944, foi a vez do *Digesto Econômico*, editado pela Associação Comercial e pela Federação Comercial de São Paulo¹⁸.

¹⁶ CODATO, Adriano N.; GUANDALINI JR., Walter – “Os autores e suas ideias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político no Estado Novo”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. v. 2, n. 32 (2003), p. 145-164.

¹⁷ *O Observador Econômico e Financeiro* foi editado com regularidade até 1961. CORRÊA, Maria Letícia – “Jornalismo econômico no Brasil: um estudo a partir da revista O Observador Econômico e Financeiro (1936-1945)”. In CORRÊA, Maria Letícia; BRANDÃO, Rafael Motta; CHAVES, Monica Piccolo Almeida – *História econômica e imprensa*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016. p. 113-130.

¹⁸ Depois de 1945, com a expansão dos cursos superiores de Ciências Econômicas, fortaleceram-se iniciativas editoriais de formato “acadêmico”, que diferiam das revistas especializadas existentes até aquela data. Em 1947, vieram à luz o *Mês Econômico e Financeiro*, a *Conjuntura Econômica* e a *Revista Brasileira de Economia*, as duas últimas ligadas à Fundação Getúlio Vargas (FGV). BIELSCHOWSKY, Ricardo Alberto – *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007. p. 266-269.

Também os jornais diários passavam a incluir colunas regulares de economia, transcrevendo artigos, estudos e conferências, o que revelava o interesse crescente pelo estudo desses temas. O debate do projeto desenvolvimentista contava, portanto, com razoável espaço na grande imprensa, além dos veículos próprios de difusão.

Participavam das novas revistas especializadas não apenas economistas, muitos deles engenheiros de formação – devendo ser lembrado que os cursos superiores de Ciências Econômicas foram criados no Brasil somente a partir dos anos de 1930, tendo sido precedidos por cursos e escolas de Contabilidade, Comércio, Administração e Finanças –, mas também advogados e juristas, historiadores, cientistas sociais e escritores ligados ao pensamento social brasileiro. Os editores de *O Observador Econômico e Financeiro*, por exemplo, do Rio de Janeiro, reuniram um grupo de colaboradores bastante heterogêneo, expressando diversas clivagens existentes no campo político e intelectual. Desse modo, assinaram reportagens e artigos na publicação tanto nomes afinados ao pensamento autoritário, ao corporativismo e ao integralismo, como, também, intelectuais que expressavam posições liberais ou ligados às esquerdas, como alguns antigos integrantes da Aliança Nacional Libertadora¹⁹ e próximos da militância do Partido Comunista do Brasil (PCB)²⁰. *O Observador* editou, também, contribuições de escritores, cientistas e professores estrangeiros que haviam se deslocado para o Brasil em razão da guerra na Europa ou como exilados políticos, que se aproveitavam de oportunidades de trabalho existentes na imprensa carioca e paulista e nas instituições de ensino superior.

Os historiadores e os cientistas sociais integrados às revistas especializadas destacavam-se por seu engajamento nos órgãos culturais ofi-

¹⁹ A Aliança Nacional Libertadora foi uma organização política de âmbito nacional, fundada em março de 1935 com o objetivo de combater o nazifascismo e o imperialismo. Foi colocada na ilegalidade em julho do mesmo ano, extinguindo-se após o levante comunista de novembro.

²⁰ CORRÊA – Op. Cit., p. 122-123.

ciais e, uma parte deles, também, na Universidade do Brasil e na Universidade de São Paulo, partilhando de um universo comum a outros intelectuais, em sua relação com a imprensa e o espaço público²¹. Seu recrutamento como colaboradores pelas revistas conferia legitimidade ao tratamento dos temas econômicos – de modo semelhante ao que ocorria no caso da participação de colaboradores estrangeiros, sempre valorizada nos textos editoriais –, situando tais órgãos da imprensa em um campo científico em formação²². Podia-se, por exemplo, encomendar a historiadores a elaboração de artigos que tratassem de temas específicos de economia, ao mesmo tempo em que se mostrava relevante que as análises econômicas divulgadas em suas páginas mostrassem uma perspectiva histórica fundamentada. Para os autores mais jovens, sobretudo, assim como para os colaboradores estrangeiros, o novo jornalismo econômico constituía-se como espaço de consagração, conferindo-lhes oportunidade para divulgarem seus escritos face a uma tradição historiográfica que remontava ao século XIX, mas que passava por importante transformação e crescente especialização, com a criação das Faculdades de Filosofia, ao tempo em que se delimitavam as distintas “fronteiras” disciplinares – entre as Ciências Econômicas e a História, a Sociologia, a Antropologia e a Literatura.

A participação de historiadores e cientistas sociais nas revistas de economia assume especial interesse pois, como sabemos, o regime instaurado em 1937 concentrou esforços na elaboração de um projeto cultural no qual a “História Nacional” tinha centralidade, por meio de importantes iniciativas institucionais que combinavam o esforço pedagógico sob a responsabilidade do Ministério da Educação e da Saúde, a implementação de políticas de proteção e defesa do patrimônio

²¹ CHARLE, Christophe – “Intellectuels, Bildungsbürgertum et professions au XIX^eme siècle”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris: Seuil. v. 106-107 (1995), p. 91-92.

²² BOURDIEU, Pierre – *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Trad. Denice Barbara Catani. 1^a ed. São Paulo: UNESP, 2004. p. 30-34.

histórico e artístico e a edição de periódicos oficiais. O estudo da História do Brasil, indicando as marcas da experiência colonial e as causas do nosso “atraso”, tornava-se, assim, indispensável ao esforço de “elaboração de projetos que visassem intervenções políticas modernizadoras”²³. Não menos importante, a caracterização de uma especificidade cultural e política, cujas raízes assentavam-se na “História Nacional”, fundamentava a crítica conservadora das instituições da democracia liberal, tidas como em “desacordo” com a realidade do país.

Liberalismo e corporativismo

Alguns dos textos editados nas revistas especializadas em economia no período do Estado Novo brasileiro valeram-se de uma particular apropriação das doutrinas corporativistas – cuja elaboração, deve-se observar, pressupunha, também, uma perspectiva de História. Isso ocorria fosse porque a doutrina remontasse às corporações medievais, fosse pela concepção organicista adotada nessa corrente, referida à evolução particular de cada povo e nação, em diálogo com a tradição cristã e o “humanismo social”. Fazia-se também alusão aos exemplos representados pelas experiências então em curso em Portugal, na Itália e na Polônia, entre outros países, segundo a perspectiva que fora em parte consagrada na Constituição brasileira de 1937²⁴. Nesse aspecto, o tom dominante nas revistas foi o de uma rápida adesão ao regime do Estado Novo, como manifesto nos artigos do historiador José Maria

²³ GOMES, Angela de Castro – “A experiência colonial e as raízes do pensamento social brasileiro: Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda”. *Revista Portuguesa de História* [Em linha]. n. XLI (2010), p. 295. [Consult. 23 jan. 2019]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/9711>.

²⁴ “CORPORATIVISMO brasileiro”. *O Observador Econômico e Financeiro*. Rio de Janeiro. Nº 22 (dezembro de 1937), p. 23-25. Ver também VISCARDI, Cláudia – “Corporativismo e neocorporativismo”. *Estudos Históricos* [Em linha]. v. 31, n. 64 (2018), p. 243-256. [Consult. 10 jan. 2019]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942018000200007>.

Bello²⁵ que, poucos meses após o 10 de novembro, atestava o caráter inevitável das mudanças em curso²⁶.

Para a análise da apropriação das concepções antiliberais nas revistas analisadas na pesquisa, temos em conta a dupla distinção proposta por Fernando Rosas na conceituação do corporativismo, isto é, “enquanto narrativa doutrinária e ideológica das direitas católicas, antiliberais e autoritárias”, por um lado, e “enquanto instrumento de intervenção política e administrativa dos regimes que nele se inspiraram para governar e realizar a ‘nação orgânica’”²⁷. Desse modo, o corporativismo seguia um “tríplice propósito”, como instrumento de supressão da luta de classes e da conflitualidade, como instrumento de regulação estatal – na resposta à crise e na arbitragem de interesses intersetoriais – e, finalmente, como instrumento de inculcação ideológica, de vigilância política e de padronização de comportamentos²⁸.

Na perspectiva reformista associada ao projeto corporativista, a propriedade privada, como “meio natural normal do domínio humano sobre os bens materiais”, do mesmo modo que o capital e o trabalho – assumia uma função tanto individual como social, no “regime de solidariedade”²⁹. Alguns dos colaboradores das revistas especializadas, editadas no período, no entanto, reforçariam a recusa do primado do interesse social da propriedade, associado à economia dirigida e ao

²⁵ Nascido em Barreiros, Pernambuco, em 1885, José Maria Bello formou-se em Direito pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Dedicou-se ao jornalismo e foi professor da Universidade do Distrito Federal. Faleceu no Rio de Janeiro em 1959.

²⁶ BELLO, José Maria – “Evolução da vida brasileira”. *O Observador Econômico e Financeiro*. Rio de Janeiro. Nº 25 (fevereiro de 1938), p. 28-31; BELLO, José Maria – “A missão moral do Estado”. *O Observador Econômico e Financeiro*. Rio de Janeiro. Nº 30 (julho de 1938), p. 70-71.

²⁷ ROSAS, Fernando – “O Corporativismo enquanto categoria histórica”. *Estudos do Século XX* [Em linha]. n. 16 (2016), p. 21. [Consult. 18 fev. 2019]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/40231>.

²⁸ *Ibidem*, p. 23.

²⁹ CAEIRO, Joaquim Croca – “Ideologias e Intervenção Social no Estado Novo”. *Intervenção Social*. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa. n. 32/34 (2008), p. 89.

corporativismo, o qual não fora acolhido na Carta outorgada de 1937. Assim, em artigo editado em *O Observador Econômico e Financeiro*, de 1941, o jurista Oscar Tenório³⁰ afirmava ter sido suficiente que o preâmbulo do texto constitucional contivesse o princípio que “funda a riqueza em determinado poder humano, de criação, de organização e de invenção, exercido nos limites do bem público”, o que, no seu entendimento, implicava “condições a respeito da própria origem da riqueza, o que importa dizer – da propriedade”³¹. Desse modo, o problema dos limites à propriedade ficava restrito aos preceitos de nacionalização de minas, jazidas, quedas d’água e indústrias consideradas como essenciais à defesa econômica, isto é, mantinha-se subordinado aos objetivos do desenvolvimento.

Uma leitura particular da doutrina corporativista no período da ditadura de Vargas pode ser notada nos textos de Ovídio da Cunha, sociólogo pernambucano radicado no Rio de Janeiro, que fora ligado ao integralismo³². Entre agosto de 1938 e outubro de 1941, Cunha publicou em *O Observador Econômico e Financeiro* um total de quatorze artigos, nos quais examinou aspectos diversos da cultura, da economia e da história do Brasil, além de questões de natureza doutrinária e teórica, como aquelas referidas ao “destino do capitalismo”³³.

Pode-se considerar que, ainda que por vezes colocasse em discussão medidas adotadas pelo regime – em artigo intitulado “O valor econômico do homem”, por exemplo, fazia coro às “classes produtoras”, questionando a nacionalização do salário mínimo que fora decretada por

³⁰ Nascido em Viçosa, Alagoas, em 1904, atuou na magistratura e foi professor da Universidade do Distrito Federal, hoje Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Faleceu no Rio de Janeiro em 1979.

³¹ TENÓRIO, Oscar – “Regime da propriedade”. *O Observador Econômico e Financeiro*. Rio de Janeiro. Nº 71 (dezembro de 1941), p. 86.

³² Nascido no Recife em 1912, Ovídio da Cunha foi um dos fundadores do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense. Faleceu em 1997.

³³ CUNHA, Ovídio da – “Destino do capitalismo”. *O Observador Econômico e Financeiro*. Rio de Janeiro. Nº 58 (novembro de 1940), p. 35-40.

Vargas no 1º de Maio daquele ano – Cunha cumpria, na revista, funções de difusão e propaganda doutrinária:

(...) o corporativismo de 10 de Novembro não é um sistema fechado como o europeu, porque, num país como o nosso, disciplinar a produção é estancar as fontes vivas do crescimento vegetativo da expansão brasileira³⁴.

O estudo dos textos de Ovídio da Cunha e Oscar Tenório, entre outros intelectuais conservadores, editados nas revistas especializadas, permite caracterizá-las como espaços de elaboração e difusão de uma particular apropriação das ideias autoritárias. Por focar periódicos fora da esfera oficial delimitada pelo regime do Estado Novo no Brasil, a pesquisa visou conferir maior densidade ao exame de um campo intelectual que supera oposições e dicotomias – como pelo enquadre entre moderno e arcaico, ou entre conservador e liberal.

As revistas especializadas foram espaços privilegiados para a elaboração doutrinária sob o regime do Estado Novo, difundindo as ideias antiliberais. No contexto de uma progressiva especialização dos campos científicos, autores e revistas como *O Observador Econômico e Financeiro* mantiveram-se em diálogo com a tradição intelectual referida à escrita da “História Nacional”, bem como ao Pensamento Social Brasileiro de tradição ensaística e, também, às Ciências Sociais, um campo cujo processo de conformação passava a associar-se à história das novas Universidades.

De outra parte, por acompanharam de perto a formulação das políticas de desenvolvimento, os editores e colaboradores dessas revistas terminaram por dar relevo a temas como o da “economia dirigida” ou o do “destino do capitalismo” – “(...) a crise moderna é ainda uma fase de

³⁴ CUNHA, Ovídio da – “O valor econômico do homem”. *O Observador Econômico e Financeiro*. Rio de Janeiro. Nº 32 (agosto de 1938), p. 26-28.

*crescimento do sistema capitalista?*³⁵ –, não sem ecoar, de forma algo pragmática, os representantes das classes produtoras.

Referências Bibliográficas

- BARBOSA, Marialva – *História cultural da imprensa: Brasil 1900-2000*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. 264 p. ISBN 857-478-224-6.
- BELLO, José Maria – “A missão moral do Estado”. *O Observador Econômico e Financeiro*. Rio de Janeiro. Nº 30 (julho de 1938), p. 70-71.
- BELLO, José Maria – “Evolução da vida brasileira”. *O Observador Econômico e Financeiro*. Rio de Janeiro. Nº 25 (fevereiro de 1938), p. 28-31.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo Alberto – *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007. 484 p. ISBN 858-591-008-9.
- BOUDIN, Louis – *Os intelectuais*. 1ª ed. Lisboa: Arcádia, 1971. 161 p. S/ISBN.
- BOURDIEU, Pierre – *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. 1ª ed. Lisboa: Presença, 1996. 398 p. ISBN 972-232-121-8.
- BOURDIEU, Pierre – *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Trad. Denice Barbara Catani. 1ª ed. São Paulo: UNESP, 2004. 91 p. ISBN 85-7139-530-6.
- CAEIRO, Joaquim Croca – “Ideologias e Intervenção Social no Estado Novo”. *Intervenção Social*. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa. ISSN 0874-1611. n. 32/34 (2008), p. 73-104.
- CAPELATO, Maria Helena – “Propaganda política e controle dos meios de comunicação”. In PANDOLFI, Dulce (org.) – *Repensando o Estado Novo*. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999. ISBN 85-225-0283-8. p. 167-178.
- CHARLE, Christophe – “Intellectuels, Bildungsbürgertum et professions au XIXème siècle”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris: Seuil. ISSN 1955-2564. v. 106-107 (1995), p. 85-95.
- CHARLE, Christophe – *Homo Historicus: Reflexões sobre a História, os historiadores e as Ciências Sociais*. 1ª ed. Porto Alegre; Rio de Janeiro: UFRGS; FGV, 2018. 414 p. ISBN 978-85-386-0442-8.
- CHARLE, Christophe – *Naissance des intellectuels: 1880-1900*. 1ª ed. Paris: Les Éditions de Minuit, 1990. 272 p. ISBN 270-731-325-4.
- CODATO, Adriano N.; GUANDALINI JR., Walter – “Os autores e suas ideias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político no Estado Novo”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. ISSN 0103-2186. v. 2, n. 32 (2003), p. 145-164.

³⁵ CUNHA, Ovídio da – “Destino do capitalismo”. *O Observador Econômico e Financeiro*. Rio de Janeiro. Nº 58 (novembro de 1940). p. 40.

- “CORPORATIVISMO brasileiro”. *O Observador Econômico e Financeiro*. Rio de Janeiro. Nº 22 (dezembro de 1937), p. 23-25.
- CORRÊA, Maria Letícia – “Jornalismo econômico no Brasil: um estudo a partir da revista *O Observador Econômico e Financeiro* (1936-1945)”. In CORRÊA, Maria Letícia; BRANDÃO, Rafael Motta; CHAVES, Monica Piccolo Almeida – *História econômica e imprensa*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016. ISBN 978-8577402090. p. 113-130.
- CUNHA, Ovídio da – “Destino do capitalismo”. *O Observador Econômico e Financeiro*. Rio de Janeiro. Nº 58 (novembro de 1940), p. 35-40.
- CUNHA, Ovídio da – “O valor econômico do homem”. *O Observador Econômico e Financeiro*. Rio de Janeiro. Nº 32 (agosto de 1938), p. 26-28.
- DE LUCA, Tania Regina – *Leituras, Projetos e (Re)vista(s) do Brasil (1916-1944)*. 1ª ed. São Paulo: UNESP, 2011. 376 p. ISBN 978-8539301041.
- GOMES, Angela de Castro – “A experiência colonial e as raízes do pensamento social brasileiro: Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda”. *Revista Portuguesa de História* [Em linha]. n. XLI (2010), p. 291-304. [Consult. 23 jan. 2019]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/9711>. ISSN 2183-3796.
- GOMES, Angela de Castro – *História e historiadores*. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1996. 220 p. ISBN 85-225-0205-6.
- GRAMSCI, Antonio – *Cadernos do Cárcere*. Ed. e trad. de Carlos Nelson Coutinho. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. vol. 2. 336 p. ISBN 85-200-0512-8.
- HESS, David – “Bourdieu and Science and Technology Studies: Toward a Reflexive Sociology”. *Minerva* [Em linha]. v. 49, n. 3 (2011), p. 333-348. [Consult. 18 fev. 2019]. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/43548610>. ISSN 1573-1871.
- MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; LIMONCIC, Flávio – *Intelectuais do antiliberalismo: alternativas à modernidade capitalista*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 554 p. ISBN 978-852-0008720.
- MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa (eds.) – *Corporativismo em Português*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 364 p. ISBN 978-852-0008010.
- MICELI, Sergio – *Intelectuais à brasileira*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 440 p. ISBN 978-8535901139.
- ROSAS, Fernando – “O Corporativismo enquanto categoria histórica”. *Estudos do Século XX* [Em linha]. n. 16 (2016), p. 19-24. [Consult. 18 fev. 2019]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/40231>. ISSN 1647-8622.
- TENÓRIO, Oscar – “Regime da propriedade”. *O Observador Econômico e Financeiro*. Rio de Janeiro. Nº 71 (dezembro de 1941), p. 85-87.
- TORGAL, Luís Reis – *Estados novos, Estado Novo: ensaios de história política e cultural*. 2ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009. 2 vols. ISBN 978-989-26-0009-3.
- TRINDADE, Luís – “Introdução à vida intelectual: intelectualidade, crise e senso comum nos anos 30 em Portugal”. *Cadernos do CEIS20*. Coimbra: CEIS20, 2007. n. 4. 36 p. ISBN 978-972-8627-04-1.

VELLOSO, Mônica Pimenta – “Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual”. In OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela de Castro – *Estado Novo: ideologia e poder*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. S/ISBN. p. 71-108.

VISCARDI, Cláudia – “Corporativismo e neocorporativismo”. *Estudos Históricos* [Em linha]. v. 31, n. 64 (2018), p. 243-256. [Consult. 10 jan. 2019]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942018000200007>. ISSN 2178-1494.

(Página deixada propositadamente em branco)

**EDUCADORES BRASILEIROS, MISSÕES
ESTRANGEIRAS E (DES)ENCONTROS
NA UNIVERSIDADE: UM CASO PORTUGUÊS
BRAZILIAN EDUCATORS, FOREIGN MISSIONS
AND (MIS)UNDERSTANDING WITHIN ACADEMIA:
A PORTUGUESE CASE**

Débora Dias

ORCID: 0000-0003-3216-4344

Resumo

Este artigo trata de discutir algumas das conflitualidades que brotaram durante o processo de consolidação do campo universitário brasileiro, em especial, quanto à política do intercâmbio acadêmico nas suas relações com Portugal e com o Estado Novo de Salazar. A partir de aspectos sobre o mundo acadêmico de meados do século XX, em especial sobre o recrutamento de professores estrangeiros para o ensino superior e suas relações com a constituição de uma informal “missão portuguesa” no pós-guerra, interessa compreender problemáticas da política de intercâmbios com Portugal. Para isso, recorre-se a uma fonte privilegiada, a correspondência pessoal entre um professor da Universidade de São Paulo, João Cruz Costa, e um professor da Universidade de Coimbra, Joaquim de Carvalho. Por meio das cartas, é possível perceber nuances do jogo de bastidores dos intercâmbios acadêmicos e de como a conjuntura luso-brasileira se relaciona com essas políticas.

Palavras-chave: acordos luso-brasileiros; intercâmbio universitário; Universidade de São Paulo; Universidade de Coimbra.

Abstract

This article discusses some of the conflicts that emerged during a period of consolidation for Brazilian universities in the mid-20th century, particularly with regard to the policy of academic exchanges with Portugal and Salazar's Novo Estado regime. By exploring aspects of the academic realm during that period, especially the recruitment of foreign professors in higher education and its relation to the development of an informal post-war "Portuguese mission", it seeks to provide a deeper understanding of the problems associated with that policy. This is done through the examination of a unique source: a personal correspondence between João Cruz Costa, a professor at the University of São Paulo, and Joaquim de Carvalho, a professor at the University of Coimbra. In the letters exchanged between them, one can observe the nuances of the negotiations that played out in academic exchanges and how the Luso-Brazilian context relates to these policies.

Keywords: Luso-Brazilian agreements; university exchange; University of São Paulo; University of Coimbra.

Introdução

Em meados do século XX, a política de intercâmbios universitários entre Brasil e Portugal se relaciona com estímulos e bloqueios a deslocamentos, a representações oficiosas e a permanências. Para desenvolver alguns desses pontos, recorreremos a uma fonte privilegiada: a correspondência pessoal do professor da Universidade de São Paulo (USP), João Cruz Costa (1904-1978)¹, e do professor da Universidade de Coim-

¹ Filho de português da Figueira da Foz, com descendência materna italiana, nascido e criado em São Paulo, João Cruz Costa cresceu em uma família com recur-

bra (UC), Joaquim de Carvalho (1892-1958)². Esses dois interlocutores situam-se num campo democrático e antissalazarista. Enquanto o português se identificava com o pensamento demoliberal, o brasileiro se aproximava de concepções socialistas desde a sua formação. Estabeleceram uma correspondência desde 1937, mas que ganhou densidade nos anos de 1950, ou seja, num tempo de ditadura em Portugal e numa época de instabilidade política no Brasil. Por outro lado, se a repressão só se abateu mais implacavelmente sobre Cruz Costa em 1964, com o golpe civil-militar que instaurou um novo ciclo ditatorial no Brasil, Carvalho estava entre as *personae non gratae* do regime português: já tinha sido demitido de diretor da Biblioteca da Universidade de Coimbra (1931) e sofrido a extinção da Imprensa da mesma instituição (1934). E a ameaça de outros arbítrios pairou sempre como um fantasma na mente dos correspondentes, tanto mais que a sentiam na vida universitária e na vigilância e violação da correspondência.

Antes de chegar a um dos exemplos da correspondência, seguem algumas notas sobre o ambiente ao qual os interlocutores se referem, como mostras da amplitude dos assuntos que atravessam direta ou indiretamente o diálogo entre os dois educadores.

A jovem universidade brasileira e as missões estrangeiras

Na vasta bibliografia que discute o tema, é recorrente invocar-se as características da colonização portuguesa para explicar ou problematizar

—
sos capazes de lhe oferecer uma educação privilegiada. Após período de estudos em França, e uma passagem pela Faculdade de Medicina, foi o primeiro aluno matriculado na recente FFCL-USP (1934). Tornou-se professor catedrático de Filosofia na mesma instituição.

² Joaquim de Carvalho foi historiador da filosofia e da cultura portuguesa, editor, educador, administrador de bibliotecas. Nasceu na cidade portuguesa da Figueira da Foz, licenciou-se pela Universidade de Coimbra, primeiro em Direito (1909-1914) e depois em Filosofia (1915), mesma instituição onde foi professor catedrático.

esta interpretação: embora o ensino superior no Brasil já existisse³, a instituição da Universidade foi tardia em relação a países de presença hispânica na América Latina⁴. Formal e oficialmente, a universidade brasileira foi obra do Estado republicano no século XX, com a fundação da Universidade do Rio de Janeiro (URJ)⁵. Em 1920, a instituição nasceu da reunião das escolas superiores existentes na Capital – a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica e a Faculdade de Direito –, ideia filha da forte influência do positivismo nos republicanos cariocas. Se a Universidade de Coimbra foi vista como o modelo “identitário” mais próximo e mais conhecido dos projetos em discussão e disputa, coube à universidade francesa, sobretudo ao seu chamado “modelo napoleônico”, a influência maior na organização do ensino brasileiro universitário do período⁶, voltado para o cultivo de profissões “úteis” à sociedade⁷.

Sem entrar na análise das questões em torno da iniciativa que levou à implantação da URJ, depois remodelada em Universidade do Brasil (UB), frise-se que, na década de 1920, o debate sobre o chamado “problema universitário”, sobre concepções, funções e modelos, foi reavi-

³ Quer se considere o ensino de escolas jesuítas no período colonial, ou somente a partir da criação de instituições de ensino superior influenciados pela transferência da Corte ao Brasil em 1908.

⁴ Sem ter como objetivo desenvolver a questão, vale conferir, entre outros: AZEVEDO, Fernando de – *A cultura brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/Editora da USP, 1971; CUNHA, Luiz Antonio – *A universidade temporã*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980; CARVALHO, José Murilo de – *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980; TEIXEIRA, Anísio – *Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1989*. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

⁵ A URJ foi criada pelo Decreto 14.343, de 7/9/1920. Sem entrar nas controvérsias de origem, registre-se que foram criadas três universidades estaduais no país, de caráter livre: em 1909 (Amazonas), em 1911 (São Paulo) e em 1912 (Paraná). No entanto, não podiam emitir diplomas com validade oficial (ÉSTHER, 2010, p. 165-182).

⁶ ÉSTHER, Angelo Brigato – “Discursos e percursos identitários da Universidade brasileira na Primeira República (1889-1930)”. *Revista de História das Ideias*. Coimbra: IHTI/FLUC. v. 33 (2012), p. 424.

⁷ CATROGA, Fernando – “A Universidade Portuguesa e as Universidades Europeias”. In NETO, Vítor (coord.) – *República, Universidade e Academia*. Coimbra: Almedina, 2010. p. 91-164.

vado e intensificado. No pós-1945, com o fim do Estado Novo de Vargas e um novo período de redemocratização no Brasil, começam a se esboçar tentativas de luta por autonomia universitária⁸.

Destaque-se também como fruto dos debates travados na década de 1920, a criação da Universidade de Minas Gerais, em 1927, e, principalmente, o papel do grupo de educadores vinculados à Liga Nacionalista e ao jornal *O Estado de São Paulo*, na campanha pela criação de uma universidade na capital paulista nesse período. Fernando Limongi situa tal campanha como parte de uma pregação cívica e política maior, cuja centralidade radicava no papel atribuído à educação nacional, principalmente do seu *escol*, na aceleração do desenvolvimento do País. Isto é, um “deslizamento” da preocupação educacional da alfabetização para a universidade. Assim, segundo ele, não se devia colocar no centro do problema a educação básica, mas a formação de “elites desinteressadas” e de professores do ensino secundário. E estas também eram as ideias compartilhadas pelos educadores que doutrinavam nas páginas do jornal *O Estado de São Paulo* e que se foram afirmando como o principal grupo a lutar pela criação da USP⁹.

A situação do grupo alterou-se decisivamente na passagem dos anos de 1920 para 1930, com o fim da Primeira República (1889-1930) e a ascensão de Getúlio Vargas, intitulada com ressalvas pela historiografia como “Revolução de 30”. A reação não tardou, vinda de São Paulo, principal base política do regime da chamada República Velha, e onde se lançou um movimento, socialmente amplo, de enaltecimento dos valores regionais, liderado, sobretudo, por elites cafeeiras. Embora tenham perdido espaço na cena nacional, os “renovadores” paulistas

⁸ FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque – “A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968”. *Educar em Revista*. Curitiba: Editora UFPR. n. 28 (2006), p. 17-36.

⁹ LIMONGI, Fernando – “Mentores e clientela da Universidade de São Paulo”. In MICELI, Sérgio (org.) – *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/Idesp, 1989. vol. I.

ganharam significativo peso no panorama regional, assumindo a direção do aparelho de ensino até 1937. Isto é, com a derrota de São Paulo na Revolução Constitucionalista, Vargas abriu-se a uma nova composição política com os paulistas, nomeando interventor Armando de Sales Oliveira, um civil que tinha apoiado o movimento constitucionalista, engenheiro formado pela Escola Politécnica e um dos sócios do jornal *O Estado de São Paulo*. Nesse governo – apostado na reorganização das elites políticas – o novo interventor se volta para reconstrução do aparelho administrativo de São Paulo e para o reescalonamento das dívidas dos agricultores. E, no campo da cultura, envolve-se com o seu cunhado, Júlio de Mesquita Filho (também proprietário daquele jornal) na criação da USP, cujo projeto contará com a participação ativa de outros dois nomes ligados ao periódico: Fernando de Azevedo e Paulo Duarte¹⁰.

Vale ressaltar o papel que o recrutamento de professores estrangeiros teve nos momentos fundacionais da universidade brasileira. O caso mais referido, mas não o único, é o da USP com a prioridade na contratação de europeus para as áreas em que consideravam não haver no Brasil profissionais suficientemente preparados. Daí que os termos “missão francesa”, “missão italiana” e “missão alemã” na USP, desde 1934, serviram – como definiu Antônio Cândido – para identificar o “grupo de professores estrangeiros que vieram contratados para inaugurar o ensino de matérias até então inexistentes em nível superior, ou renovar o de outras que, no currículo das velhas escolas, estavam ligadas ao intuito prático de formar profissionais liberais”¹¹.

¹⁰ PANDOLFI, Dulce (org.) – *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999; MATE, Cecília Hanna – *Tempos modernos na escola. Os anos 30 e a racionalização da educação brasileira*. Bauru: Edusc; Brasília: INEP, 2002.

¹¹ CÂNDIDO, Antônio – “Prefácio”. In LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (orgs.) – *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*. São Paulo: Editora Unesp/Edusc, 2003. p. 15.

Portugueses no Brasil e a conjuntura do pós-guerra

Menos citada e em menor número que o grupo de franceses, mas igualmente integrante desse movimento de contratação de professores estrangeiros, foi a participação de portugueses nos primeiros anos da FFCL-USP: Rebelo Gonçalves, para Filologia Portuguesa e Filologia Clássica (Língua e Literaturas Grega e Latina) entre 1935 e 1938; Fidelino Figueiredo para Literatura Luso-Brasileira, entre 1938 a 1951; e Urbano Canuto Soares que lecionou Língua e Literatura Latina a partir de 1939 a 1954.

Na emergência desta instituição, também foram convocados mitos de origem que remetiam para as raízes portuguesas, com a Universidade de Coimbra, fosse aquele que recebeu expressão ritualista através da “oferta da Colônia Portuguesa, sob os auspícios da Casa de Portugal”, da pedra fundamental que, em 1954, marcou o início simbólico da construção da Cidade Universitária¹². Mas fora do eixo oficial, encontra-se, ainda, uma intensa rede de permutas culturais, que envolveram várias áreas do saber e cuja capilaridade ultrapassou a capital paulista, fruto do contributo da chamada *missão portuguesa* no Brasil¹³. No ensino, mas também no mundo da edição, da literatura, das artes plásticas e da militância política, essa *missão* informal irradiou seu campo de ação, particularmente após a II Guerra Mundial. Ela é assinalável desde o fim dos anos de 1930, teve um maior incremento na década de 1940 e atingiu seu ponto máximo nos anos de 1950 a 1960. O golpe político de 1964, que instituiu a ditadura civil-militar brasileira, marcou o declínio dessa participação.

Note-se que, de 1949 a fins da década de 1950, há transformações internacionais que influenciaram o jogo de forças interno em Portugal. Com o acirramento da repressão, uma nova leva de exilados chegou ao

¹² CAMPOS, Ernesto de Souza – *História da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Edusp, 1954.

¹³ LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (orgs.) – *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*. São Paulo: Editora Unesp/Edusc, 2003.

Brasil nos anos de 1950, destino que já fazia parte da rota dos refugiados desde a década de 1930¹⁴, abrigando nomes como o republicano João Sarmento Pimentel e, depois, Alberto Moura Pinto e o anarquista Inocêncio Câmara Pires.

No período, é clara a formação de uma nova conjuntura anti e pró-Salazar, em um momento singular da aproximação entre Portugal e Brasil. O ambiente político na ex-colônia, que desde 1930 tinha Getúlio Vargas na presidência, viveu um ciclo de autoritarismo de 1937 a 1945, também chamado de Estado Novo, como em Portugal. Os grupos de oposição a Salazar no Brasil engrossaram, na década de 1940, com a chegada de outros “indesejáveis” do regime. Alguns já haviam passado pelo exílio na Europa, mas, sob o impacto da II Guerra e do que se lhe seguiu, atravessaram o Atlântico, como foi o caso de Jaime de Morais e de Jaime Cortesão, ou vieram de outros destinos europeus, como aconteceu com Agostinho da Silva. E esta onda continuará no decurso da década de 1950. Entre outros, foram chegando personalidades como Fernando Queiroga (1950), Carlos Maria de Araújo (1952), Fernando Lemos (1953), Adolfo Casais Monteiro (1954), Maria Archer (1955), Vítor Ramos (1955), Manuel Rodrigues Lapa (1957), Jorge de Sena (1959), entre outros.

Também em Portugal, aos expurgados da Universidade, juntavam-se os perseguidos por suas ideias e escritos, e alguns dos impedidos de ingressar em quaisquer instituições de ensino, quer fossem públicas ou privadas, ou de progredir nas suas carreiras. Mesmo quando a opção foi permanecer em Portugal durante o salazarismo, partilhavam do sentimento de *exílio interior*, em razão da censura e da situação política que vigiava as suas vidas e o seu trabalho. Entre outros, destacamos os casos de Ferreira de Castro, Miguel Torga, Vergílio Ferreira, bem como

¹⁴ PAULO, Heloísa – “Um olhar sobre a oposição e o exílio no Portugal de Salazar: 1949-1969”. In PAULO, Heloísa (coord.) – *Memória das oposições (1927-1969)*. Coimbra: Minerva Editora, 2010. p. 177-186, p. 179.

o professor Joaquim de Carvalho após o fechamento da Imprensa da Universidade.

Não se pense, porém, que o exílio foi a única fonte de recrutamento para o Brasil, pois alguns dos intelectuais que hoje são arrolados como personalidades ativas com repercussão deslocaram-se a convite de instituições brasileiras, ou com bolsas do Instituto de Alta Cultura (IAC), instituição fundada pelo Estado Novo em 1952, com a finalidade de promover e apoiar os intercâmbios acadêmicos¹⁵. Com efeito, o IAC, a par de pugnar pelo “aperfeiçoamento da cultura superior e da cultura estética”, e de conceder bolsas de investigação e estudo, tinha por papel “organizar ou subsidiar missões, visitas e viagens de estudo, quando delas possa fundamentalmente resultar benefício para os organismos culturais e para o Estado”¹⁶. E é um fato que a sua entrada em funções veio ampliar as condicionantes políticas dos relacionamentos culturais entre Portugal e o Brasil.

Na verdade, foi nessa conjuntura que a atuação internacional do governo brasileiro, especialmente a partir de 1951, ofereceu maior apoio ao regime de Lisboa. Desse contexto, saiu o Tratado de Amizade e Consulta, assinado por Getúlio e Salazar em 1953, que deu forma jurídica à Comunidade Luso-Brasileira. Isso num contexto em que a posição de recusa do governo de Salazar face à descolonização o levou a um grande isolamento e a virar-se para a antiga colônia como um dos possíveis suportes da sua política. Com o novo sistema internacional bastante adverso à causa colonialista, o Brasil emerge como aliado em potência

¹⁵ De 1952 a 1976, o Instituto de Alta Cultura (IAC) foi o organismo do Ministério da Educação Nacional de Portugal responsável pela condução da política cultural, de divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro e de investigação científica durante o Estado Novo. Substituiu o Instituto para a Alta Cultura, criado em 19 de maio de 1936, e, antes, a Junta de Educação Nacional (JEN), de 16 de janeiro de 1929. Cf. “Decreto-Lei n.º 38680”. *Diário da República*, n.º 61, Série I de 17/3/1952, p. 415-419. [Consult. 24 jun. 2019]. Disponível em: www.fct.pt/historia/docs/DecretoLei38680_1952.pdf.

¹⁶ *Ibidem*, p. 416.

na manutenção dos interesses geopolíticos de Portugal e como um precioso reforço externo para a manutenção do próprio regime.

Sem ser objetivo desse artigo o desenvolvimento destas questões, importa referir a participação das universidades num momento em que também se intensificaram as visitas presidenciais de ambos os países. O que é concretizado nos títulos de *Doutor Honoris Causa*: os brasileiros Café Filho (1955) e Juscelino Kubitschek (1960) receberam pela Universidade de Coimbra; o presidente português Craveiro Lopes pela Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, e pela USP (1957), proposta que foi vivamente contestada pelos exilados portugueses sediados na capital paulista¹⁷.

Essas visitas também estavam inseridas em práticas simbólicas ricas de significado político, como aconteceu com a evocação do Brasil nas comemorações cívicas portuguesas e com a participação portuguesa nas festas cívicas brasileiras, nomeadamente nas celebrações dos Centenários. Em mais um exemplo, no ano de 1954, são duas as festividades no Brasil com relevante participação portuguesa: o Tricentenário da Restauração Pernambucana e o IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo. No caso deste, além da ativa participação de intelectuais brasileiros e portugueses antissalazaristas, houve uma intensa negociação com o governo português, apostado em garantir, contra a crescente visibilidade e prestígio de muitos dos exilados, a presença de escritores e estudiosos escolhidos e indicados pelas instituições oficiais. E essa não era a primeira vez que o Estado Novo de Portugal enviava, através do já citado IAC, “missões intelectuais ou culturais” constituídas por artistas e estudiosos que, se não eram estritamente agentes de propaganda do regime (nem todos faziam a sua defesa abertamente), representavam valores e o tipo de intelectual que lhe interessava promover.

¹⁷ SILVA, Douglas Mansur da – *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro, 1956-1974*. Lisboa: ICS, 2006. (Coleção Estudos e Investigações n.º 42). p. 62.

É verdade que aquela instituição também apoiou viagens pontuais de alguns acadêmicos que se impunham pela sua valia científica, ou que, possuindo esta, depois de uma fase de oposição, tinham silenciado o seu oposicionismo. Foi esse o caso de Vitorino Nemésio, de Hernâni Cidade e de Orlando Ribeiro, entre outros.

Não surpreende, assim, que a afirmação do papel dos exilados e das suas articulações com os seus companheiros brasileiros tenha sido indissociável das repercussões das lutas políticas no interior do campo intelectual, com relevo para o do mundo acadêmico, muito polarizado e influenciado pela ação das “missões estrangeiras”. Nesse sentido, um dos vários episódios abordados pela correspondência demonstra a intensidade e o jogo de bastidores dessa conflitualidade, precisamente na conjuntura em que, finalmente, Joaquim de Carvalho viu concretizado o seu sonho de visitar o Brasil.

(In)confidências em torno da vida universitária

Como já referido, o professor catedrático da UC, Joaquim de Carvalho, também participa desse movimento de portugueses ao Brasil como professor visitante da USP. Mas, se a viagem de 1953 era enquadrável nos objetivos visados pelas “missões culturais” oficiais, ela também possuía uma individualidade e uma especificidade que não passaram despercebidas – boa parte resultante da necessidade que houve de contornar resistências oriundas do interior do regime ditatorial português. Por isso, se o convite oficial partiu da USP, mais especificamente do professor de Filosofia João Cruz Costa, o desencadear do processo e o apoio que recebeu também não foram alheios a movimentações de um grupo de intelectuais brasileiros assumidamente antissalazaristas¹⁸.

¹⁸ DIAS, Débora – “Joaquim de Carvalho e a missão portuguesa no Brasil”. In PAULO, Heloísa (org.) – *Migrações e Exílios no Mundo Contemporâneo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra [no prelo].

Porém, ainda que colateralmente, por ele também passaram as conflitualidades que brotaram da formação e afirmação do novo campo universitário brasileiro, nas suas disputas internas e também nos posicionamentos existentes em relação a Portugal. Toda essa conjuntura faz com que uma análise mais profunda do “caso da viagem” de Carvalho tenha que pressupor o tipo de conexões que então existiam entre a cultura e o poder político.

Entre os episódios registrados pela correspondência que manteve com Cruz Costa, muitos estão longes dos registros oficiais. Um exemplo é oferecido por Joaquim de Carvalho na viagem de retorno a Portugal (1953), quando, na paragem em Salvador, se apressou a escrever ao amigo para o informar de um encontro com o português Antônio de Medeiros Gouveia, então secretário do IAC. Segundo Carvalho, ele deixou o contato de Cruz Costa com Medeiros para fazer a ponte entre o português e o jornalista Paulo Duarte, em São Paulo. Sabendo que Costa estava interessado em angariar apoios para a realização do II Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros¹⁹, previsto para o ano seguinte na capital paulista, Carvalho aproveitava a oportunidade para abrir portas em Portugal a investigadores brasileiros que poderiam ser apoiados pelo IAC (especificamente a Lineu de Camargo Schützer e Lourival Gomes Machado). No entanto, por se tratar de um representante oficial do governo, e dado o perfil antissalazarista de Cruz Costa, parecia necessário recomendar ao seu correspondente e amigo cuidado no trato, incluindo freios a possíveis *gracinhas* contra o regime. Diz Carvalho:

¹⁹ A interferência direta da política de Estado nos colóquios luso-brasileiros é analisada por Maria de Fátima Ribeiro, que aponta essa característica desde a instituição da série em 1950. O I Colóquio realizou-se em Washington como parte das comemorações do sesquicentenário da Biblioteca do Congresso norte-americano, em copromoção com a Vanderbilt University. Mais do que meros anfitriões, os Estados Unidos tornaram-se participantes privilegiados dos demais eventos. Já a organização do II Colóquio, em São Paulo, foi proposta oficialmente pelo presidente do Conselho de Ministros de Portugal, Oliveira Salazar, ao Itamaraty (RIBEIRO, 2003).

Ontem, no Rio dei ao Dr. Medeiros de Gouveia um cartão de apresentação p si. Nele lhe peço q o apresente ao Paulo Duarte a quem ele queria explicar o q há oficialmente acerca do colóquio luso-brasileiro, e ainda q o apresente a Lourival e a Schültze, p^a. o ciceroniarem ai. Falei-lhe deles como merecedores de bolsas p^a. Portugal; eles q se não deem por achada, mas preparem o terreno como puderem, com prudente discricção. Ele é do Governo; tome, pois, cuidado em não o ferir com as gracinhas do seu feitio, tanto mais q eu pintei o seu cartaz bem pintado²⁰.

Na resposta, Cruz Costa duvidava que o contato se fizesse, justamente porque o representante do IAC seria informado, por outras fontes, do seu posicionamento político. Demais, também duvidava que, por causa do ambiente político brasileiro, de crescente oposição a Getúlio Vargas, o Colóquio se viesse a realizar, uma vez que outros eventos previstos já estavam cercados por *receios*, ou seja, segundo Cruz Costa, *ainda muita água suja vai correr*:

Nada recebi do Dr. Medeiros de Gouveia. Disse-me o senhor que ele tinha tendencias para a “gandaia”, como cá se diz... Mas – pelo geito – é dos gandaios sérios... Pois lá o levarei, muito circunspecto, ao Paulo. O que eu não creio é que ele me procure, sabem todos, muito bem, das minhas opiniões e informá-lo-ão. Verá. O certo, porém, é que ele chegou no fim de um periodo de euforia para certa gente. A cousa está a mudar e continua na mudança. Neves da Fontoura passou para a oposição. Ainda atenuada mas já oposição. Em S. Paulo, oposição e, logo, oposição em Minas. Mudou a atmosfera e até o tal simpósio, na sua “conclusão”, teve certo receio... Retornamos, rapidos, a 1945. Paulo Duarte, pelo geito, passou a conselheiro importante (confidencialmente e com reservas) do Governador. E, o secretariado, mesmo no que ele tinha ainda de “verde”, está demissionário. A critica, a mais livre e desabusada, dizendo verdades que deviam ser ditas, está solta e livre. E, os velhos, os antigos, desacreditados. Mas, ainda muita agua suja vai correr²¹.

²⁰ BFF-USP – Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa. Salvador, 12/6/1953, fl.1(frente e verso).

²¹ AFJC – Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho. São Paulo, 20/7/1953, fl.1 e 2.

Por meio do relato, Joaquim de Carvalho não só recebia informações seguras acerca dos bastidores da política paulista – Paulo Duarte estava então próximo ao governador de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez – como possuía uma fonte que lhe permitia ler nas entrelinhas e compreender o insinuado. O oposto também acontecia. No desenrolar dos acontecimentos, o professor de Coimbra revelou ao amigo outros interesses na ação do representante do IAC em São Paulo, agora ligados à indicação de um professor, chancelado pelo regime português, para a Cadeira de Língua e Literatura Latina da USP. Substituiria o então titular, Urbano Canuto Soares, que chegara de Portugal em 1939 para lecionar na Universidade. Essa operação era descrita, assim, a Cruz Costa, em agosto de 1953:

Já lhe apareceu o Medeiros de Gouveia? Aqui para nós, confidencialmente: ele tem o propósito de conseguir que, pelo acordo, a Faculdade aceite um candidato para a vaga que o Canuto abrirá. O que fará em troca, não sei, mas o q lhe digo tenho-o por certo”²².

Frente à demora da resposta do amigo (saberiam, mais tarde, que o atraso se deu à interceptação da correspondência), Carvalho tornou a indagar acerca das iniciativas de Medeiros de Gouveia. Na carta de 14 de agosto de 1953, Cruz Costa respondia que o secretário do IAC não havia entrado em contato com ele. “Virá?...”. Tinha dúvidas. No entanto, ia noticiando que outros professores tinham chegado por meio de acordos diplomáticos, não mais para regerem cátedras, como antes, mas como professores visitantes ou para intervenções pontuais. Entre os “vários conferencistas estrangeiros” que estavam na USP, convidados pelo Itamaraty, incluía-se o professor de Direito, José Belleza dos Santos, então reitor da Universidade de Coimbra. Na sequência, em 11 de setembro de 1953, Cruz Costa tornava a expressar seu ceticismo quanto

²² BFF-USP – Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa. Salvador, 15/8/1953, fl.1 e 2.

ao encontro com o emissário do IAC, além de sublinhar as vantagens em não travar *gentilezas* com um nome ligado ao regime em Portugal. Para ele, baseado em conversa com o próprio Canuto, e por saber das expectativas dos assistentes da Faculdade, Medeiros de Gouveia não teria sucesso na indicação do substituto.

O retorno ao tema, por parte de Joaquim de Carvalho, reitera o seu interesse no desfecho da negociação entre o Instituto de Alta Cultura e a USP, mas também sugere curiosidade em saber se Medeiros Gouveia seguiu sua indicação ou não. Na carta de 8 de outubro de 1953, o professor lamenta que os jornais portugueses já dessem o acordo por selado, o que, do seu ponto de vista, seria danoso para as trocas de conhecimento entre acadêmicos dos dois países: por um lado, a indicação de professores portugueses acabaria por ser chancelada pelo regime, mas, por outro lado, também seria natural que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras defendesse seus nomes próprios e se opusesse à indicação externa.

O professor Urbano Canuto Soares ainda ficaria mais um ano na USP e o caso se resolveu sem a indicação do IAC. Como Cruz Costa esperava, não foi procurado por Medeiros de Gouveia. Entretanto, uma nova negociação se desenvolvia, agora movida pela proposta do IAC para se criar, em São Paulo, uma cadeira de Estudos Portugueses e, em troca, outra de Estudos Brasileiros, em Coimbra. Novamente, levantou-se a polêmica acerca da prerrogativa do governo português na indicação de nomes para o Brasil. Na sessão do Conselho Universitário da USP, de 20/11/1953, foi finalmente celebrado o Convênio Cultural com o Instituto de Alta Cultura de Portugal e, com ele, a criação do Instituto de Estudos Portugueses em São Paulo. No entanto, o acordo gerará novas disputas tanto na FFCL-USP, como em Coimbra.

Sem poder desenvolver aqui este outro episódio, cabe reforçar que as advertências e juízos intercambiados por Costa e por Carvalho sobre os personagens, contribuem para a questão de fundo que é a de conhecer melhor as incidências das conflitualidades político-ideológicas nos

intercâmbios culturais luso-brasileiros do período, bem como as lógicas que operam nas suas rupturas e continuidades.

Referências Bibliográficas

- CAMPOS, Ernesto de Souza – *História da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Edusp, 1954. 582 p. ISBN 978-8531408151.
- CÂNDIDO, Antônio – “Prefácio”. In LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (orgs.) – *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*. São Paulo: Editora Unesp/Edusc, 2003. ISBN 85-7139461X. p. 15-20.
- CATROGA, Fernando – “A Universidade Portuguesa e as Universidades Europeias”. In NETO, Vítor (coord.) – *República, Universidade e Academia*. Coimbra: Almedina, 2010. ISBN 978-9724047348. p. 91-164.
- DIAS, Débora – “Joaquim de Carvalho e a missão portuguesa no Brasil”. In PAULO, Heloísa (org.) – *Migrações e Exílios no Mundo Contemporâneo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra [no prelo].
- ÉSTHER, Angelo Brigato – “A Universidade Brasileira: Tensões, Contradições e Perspectivas em sua Trajetória”. In NETO, Vítor (coord.) – *República, Universidade e Academia*. Coimbra: Almedina, 2010. ISBN 978-9724047348. p. 165-182.
- ÉSTHER, Angelo Brigato – “Discursos e percursos identitários da Universidade brasileira na Primeira República (1889-1930)”. *Revista de História das Ideias*. Coimbra: IHTI/FLUC. v. 33 (2012), p. 421-461. ISBN 9783387009583.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque – “A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968”. *Educar em Revista*. Curitiba: Editora UFPR. ISSN 0104-4060. n. 28 (2006). p. 17-36.
- LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (orgs.) – *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*. São Paulo: Editora Unesp/Edusc, 2003. 233 p. ISBN 85-7139461X.
- LIMONGI, Fernando – “Mentores e clientela da Universidade de São Paulo”. In MICELI, Sérgio (org.) – *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/Idesp, 1989. ISBN 8585408359. vol. I, p. 111-187.
- MATE, Cecília Hanna – *Tempos modernos na escola. Os anos 30 e a racionalização da educação brasileira*. Bauru: Edusc; Brasília: INEP, 2002. 182 p. ISBN 978-8574601588.
- PANDOLFI, Dulce (org.) – *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. 348 p. ISBN 978-8522502837.
- PAULO, Heloísa – “Um olhar sobre a oposição e o exílio no Portugal de Salazar: 1949-1969”. In PAULO, Heloísa (coord.) – *Memória das oposições (1927-1969)*. Coimbra: Minerva Editora, 2010. ISBN 978-9727982714. p. 177-186.
- RIBEIRO, Maria de Fátima Maia – “IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros: malhas de sombras e silêncio que o império tece...”. In LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (orgs.) – *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*. São Paulo: Editora Unesp/Edusc, 2003. ISBN 85-7139461X. p. 28-38.

SILVA, Douglas Mansur da – *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro, 1956-1974*. Lisboa: ICS, 2006. 162 p. (Coleção Estudos e Investigações n° 42). ISBN 978-9726711759.

Fontes

Biblioteca Florestan Fernandes da Universidade de São Paulo (BFF-USP) – Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Salvador, 12/6/1953 e 15/8/1953.

Arquivo Familiar Joaquim de Carvalho (AFJC) – Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 20/7/1953.

(Página deixada propositadamente em branco)

**LETRADOS E ARTISTAS EM *O ANO BIOGRÁFICO
BRASILEIRO (1876)*, DE JOAQUIM MANOEL
DE MACEDO**

**ERUDITES AND ARTISTS IN *BRAZILIAN
BIOGRAPHIC ANNUAL (1876)*, BY JOAQUIM
MANOEL DE MACEDO**

Adjovanes Thadeu Silva de Almeida

ORCID: 0000-0002-1618-4153

Resumo

A presente comunicação pretende discutir a presença de indivíduos ligados aos assuntos culturais na obra *O ano biográfico brasileiro*, de Joaquim Manoel de Macedo. No livro, escrito em 1876 com o objetivo de participar da Exposição Internacional da Filadélfia, o autor procurou explicar a trajetória histórica brasileira aos estrangeiros. Assim, por meio de uma espécie de biografia coletiva, composta pelos “fatos relevantes” da vida de 365 personagens, o autor destacou sua interpretação acerca dos principais acontecimentos da história pátria, desde os primórdios da ocupação portuguesa até à Guerra do Paraguai.

Palavras-chave: Ano Biográfico Brasileiro; intelectuais; Joaquim Manoel de Macedo; prosopografia.

Abstract

This paper intends to discuss the presence of individuals related to cultural affairs in the work *Brazilian Biographical Annual* by Joaquim Manoel de Macedo. In the book, written in 1876 with the objective of participating in the International Exhibition of Philadelphia, the author sought to explain the Brazilian historical trajectory to foreigners. Thus, by means

of a kind of collective biography, composed of the “relevant facts” of the life of 365 characters, the author highlighted his interpretation of the main events of his homeland’s history, from the beginnings of the Portuguese occupation to the Paraguayan War.

Keywords: Brazilian Biographical Annual, intellectuals, Joaquim Manoel de Macedo, prosopography.

O autor preocupou-se, nesta obra, em construir uma narrativa que realçasse a ligação direta entre os períodos imperial e colonial; assim, ele destacou a presença de personagens vinculados ao processo de ocupação e efetivação do domínio português sobre o território americano; a partir de então, para além de biografias de personagens vinculados à administração (colonial e oitocentista), Joaquim Manoel de Macedo escreveu sobre intelectuais que estiveram presentes no espaço luso-brasileiro desde os primórdios da colonização. Ao longo do texto, percebe-se a tentativa de construir uma Memória Nacional, muitas vezes a despeito de lacunas significativas na trajetória do biografado (por exemplo, a ausência das datas de nascimento e óbito): à lembrança de que o biografado teria existido, corresponde o esquecimento da época em que este viveu e o que teria feito, comprovadamente, de relevante. Portanto, escreveu um livro cuja grande preocupação foi a elaboração de uma memória que assinalasse a existência de um Brasil católico, português e branco, no qual o Império se constituía no herdeiro legítimo destas tradições.

O que para nós é difícil perceber é que os grandes feitos e obras de que são capazes os mortais, e que constituem o tema da narrativa histórica, não são vistos como parte, quer de uma totalidade ou de um processo abrangente; ao contrário, a ênfase recai sempre em situações únicas e rasgos isolados. Essas situações únicas, feitos ou eventos, interrompem o movimento circular da vida biológica. O tema da História são essas interrupções – o extraordinário, em outras palavras. (...) No início

da História Ocidental, a distinção entre a mortalidade dos homens e a imortalidade da natureza, entre as coisas feitas pelo homem e as coisas que existem por si mesmas, era o pressuposto tácito da Historiografia. (...) se os mortais conseguissem dotar suas obras, feitos e palavras de alguma permanência, e impedir sua imperecibilidade, então essas coisas ao menos em certa medida entrariam no mundo da eternidade e aí estariam em casa, e os próprios mortais encontrariam seu lugar no cosmo, onde todas as coisas são imortais, exceto os homens. A capacidade humana para realizá-lo era a recordação, Mnemósine, considerada portanto como mãe de todas as demais musas¹.

Ao longo do texto, Macedo associou os assuntos culturais, em relação ao período colonial, como uma das bases da Civilização, e, muitas vezes, recebendo apoio decisivo do Estado (como na instalação das Academias dos Seletos e dos Esquecidos). Neste sentido, ele procurou destacar que a presença portuguesa em terras americanas não se deu apenas por meio de atividades econômicas ou militares ou administrativas, mas também por meio da difusão da cultura europeia.

Assim, esta aproximação entre o poder político e os assuntos culturais apareceram, por exemplo, quando Macedo se referiu aos Vice-Reis, considerando-os protetores e propagadores da Cultura, seja, por exemplo, com o Conde de Sabugosa, definido pelo autor como um indivíduo a quem: “deveu-lhe (...) a capital do Brasil (Salvador) alguma proteção aos poucos cultivadores das letras que havia, e o primeiro ensaio de propaganda literária na América portuguesa (...) Academia dos Esquecidos”²; seja com Luiz de Vasconcellos e Souza, considerando-o “potente alavanca de progresso, e fonte de civilização da capital do Brasil”³.

¹ ARENDT, Hannah – *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1988. p. 72, 104, 105.

² MACEDO, Joaquim Manoel de – *O Ano Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tip. e lit. do Imperial Instituto Artístico, 1876. vol. 1, p. 296.

³ MACEDO, Joaquim Manoel de – *O Ano Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tip. e lit. do Imperial Instituto Artístico, 1876. vol. 3, p. 121.

Porém, antes de mais nada, em que consistia ser um “letrado” para o século XIX? Baseando-se no *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Antonio de Moraes Silva (edição de 1877/78), podemos observar que o entendimento da sociedade brasileira do Oitocentos acerca dos termos LETRADO, LITERATO e LITERÁRIO consistia em:

LETRADO, A, s. adj. Que sabe letras, que teve estudos; de ordinário se entende dos advogados e juristas (...) LITERATO, A, adj. (do Lat. “literatus”, “a”, “um”) Que professa letras, dado a vida literária (...) LITERÁRIO, A, adj. (do Lat. “literarius”, “a”, “um”) Que respeita as letras, ciências, estudos, erudições. (...) os homens doutos ... homens dados as letras (...)⁴.

Ainda em relação à Cultura, os membros do clero destacaram-se no período colonial, não apenas através da catequese, mas também por meio de seus esforços na literatura e/ou arte sacra. De fato, muitos religiosos procuraram unificar as ações intelectual e “concreta”, assim influenciando a colônia, tentando aliar dois dos principais fundamentos da Civilização presentes no *Ano Biográfico*: a Cultura e a Religião católica; poderíamos destacar, dentre outros: Santa Rita Durão (autor de *Caramuru*); frei Francisco Xavier de Santa Thereza, o qual foi “membro da Academia Real de História”⁵; além do frei Francisco Solano, autor dos “desenhos de todas as plantas que se encontram na ‘Flora Brasileira’ (de frei Veloso)”⁶, do padre Antônio Nunes de Cerqueira (membro da “Academia dos Seletos”), e do frei José Pereira de Sant’Anna (membro da Inquisição, e confessor de D. Maria I - rainha de Portugal).

Além destes, Macedo destacou, no período colonial, especialmente, Bartolomeu Lourenço de Gusmão (membro da Academia Real de História Portuguesa): “de suas experiências físicas concluiu Bartolomeu

⁴ SILVA, Antônio de Moraes – *Dicionário da Língua Portuguesa*. 7ª ed. Lisboa: Tip. de J. G. de Souza Neves, 1877/1878. vol. 2, p. 17, 29.

⁵ MACEDO – Op. Cit., 1876, vol. 1, p. 320.

⁶ *Ibidem*, p. 176.

Lourenço a possibilidade da navegação aérea (...) e inventou (...) uma máquina, que o faria voar pelo espaço”⁷; e Domingos Caldas Barboza, que, viajando pela Itália, fora: “recebido na Arcádia de Roma (...) Coube-lhe também a honra de ser um dos fundadores e presidente da ‘Nova Arcádia’ de Lisboa.”⁸

Por sua vez, o autor enfatizou o papel daqueles religiosos que procuraram catequisar as populações ameríndias, destacando sua importância na consolidação da dominação portuguesa:

A bela e imensa região do sul da América, que um feliz acaso patenteou aos olhos de Cabral, abriu um vasto e brilhante teatro aos triunfos do catolicismo. Não foi por certo à espada dos seus guerreiros que a coroa portuguesa deveu principalmente a conquista de um mundo, que pertencia ainda ao gentilismo: foram os prodígios e os milagres da cruz, que fazendo brilhar a luz da verdade, e espalhando por toda parte os germens da civilização, quebraram as flechas do índio, e asseguraram o poder do Europeu⁹.

Baseando-nos na citação supra, é possível perceber a importância dispensada por Macedo ao catolicismo, entendido por ele como essencial à conquista e colonização da América portuguesa, e, portanto, ao estabelecimento da Civilização; para ele, importantes na conquista do Brasil foram Nóbrega e Anchieta, e não apenas Mem de Sá e outros.

Ainda em relação à religiosidade católica no período colonial, poderíamos destacar, dentre outros biografados pelo autor: José de Anchieta, Antônio de Sá (que foi secretário-geral da Companhia de Jesus, em Roma), e, em particular, 2 personagens, quais sejam: D. Pedro Fernandes Sardinha (1º bispo do Brasil, e que, vítima de um naufrágio, foi morto e devorado por indígenas), “dizendo-se que o infeliz bispo (...)

⁷ MACEDO, Joaquim Manoel de – *O Ano Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tip. e lit. do Imperial Instituto Artístico, 1876. vol. 2, p. 428.

⁸ MACEDO – Op. Cit., 1876. vol. 3, p. 379.

⁹ *Ibidem*, p. 489.

foi mártir”¹⁰ e D. Frei Antônio do Desterro, que “acabou merecendo na sua diocese o nome de Mestre dos Bispos do seu século”¹¹.

Além destes religiosos, Joaquim Manuel de Macedo também destacou frei Antônio da Piedade, que, “animado de espírito apostólico saiu a missionar (...), penetrou em vastos sertões e conseguiu atrair ao catolicismo e ao caminho da civilização gentio numeroso, que reuniu aldeado”¹².

Fica nítido, no trecho supra, a preocupação do autor em associar a religiosidade católica ao processo civilizacional: civilizar e catequizar, processos paralelos e que, juntos, asseguravam a dominação portuguesa sobre parte das terras americanas.

Os assuntos culturais, mesmo sob o período colonial, não permaneceram exclusivamente sob monopólio eclesiástico. Assim, um grupo expressivo de indivíduos não pertencentes à Igreja Católica, destacaram-se na propagação das artes e da literatura. Com efeito, o autor destacou, entre outros: Manoel Dias (“o Romano”), o qual, “sem ter sido – um gênio – foi ao menos, e isso é já muito, considerável e efetivo elemento civilizador do Brasil, como hábil mestre de desenho e da pintura”¹³; assim como Gonçalves Soares da França, que foi “o homem, que entre poucos, naquele século ainda de trevas para o Brasil, à força de estudo, e com triunfos de inteligência, soube tornar-se fonte de luz”¹⁴.

O autor, talvez até por sua dupla função na intelectualidade brasileira monárquica (membro do IHGB e professor de História do Colégio Pedro II), destacou, entre os documentos da cultura brasileira a “carta de Pero Vaz de Caminha”, fazendo uma cronologia da viagem da esquadra de Pedro Álvares Cabral; de fato, para Macedo, a carta relativa ao Descobrimento “é o mais antigo, é o primeiro documento histórico, é o

¹⁰ MACEDO – Op. Cit., 1876, vol. 2, p. 214-215.

¹¹ *Ibidem*, p. 198.

¹² MACEDO – Op. Cit., 1876, vol. 3, p. 331.

¹³ MACEDO – Op. Cit., 1876, vol. 1, p. 134.

¹⁴ MACEDO – Op. Cit., 1876, vol. 3, p. 333.

auto solene do descobrimento, é a primeira palavra da história do Brasil. (...) Pero Vaz de Caminha e o Brasil não se podem separar; prenderam-se ambos à ‘Cruz de Porto Seguro’”¹⁵.

Convém destacar, por sua vez, que, na experiência colonial ocorrida na América portuguesa, existia um espaço muito limitado para a atuação intelectual; assim, diversos letrados participaram dos quadros administrativos do território como, por exemplo, Vicente Coelho de Seabra, que, em 1788

acabava de escrever os seus ‘Elementos de Química’ (...) o primeiro (livro) que em português se escreveu depois do grande desenvolvimento e dos progressos que deveu a química aos sábios franceses que tanto a elevaram na última metade do século decimo oitavo¹⁶.

O autor citou, ainda, Diogo Gomes Carneiro, que fora “nomeado pelo rei (para ser o) cronista geral do Brasil”¹⁷, assim como Bento Teixeira Pinto, que, “na ordem cronológica é (...) o primeiro literato e poeta que nasceu no Brasil”.¹⁸ Além destes, mereceram destaque em *O Ano Biográfico*, durante o período colonial, entre outros: João de Brito e Lima (membro da Academia dos Esquecidos); Mathias Aires Ramos da Silva Eça, que o autor considerava “celebre naturalista, e (...) literato notável”¹⁹, mas cuja biografia resumia-se a uma página em uma data arbitrariamente escolhida por Macedo; Antônio José da Silva (o “Judeu”), e Antônio de Moraes Silva, que

foi homem distinto, iminente na primeira fila dos representantes da civilização do seu tempo no mundo português, ninguém pode ainda hoje negar-lhe a merecida glória de primeiro lexicógrafo da língua portuguesa, (...) Para a memória esclarecida do ilustre brasileiro Antô-

¹⁵ MACEDO – Op. Cit., 1876, vol. 2, p. 2-3.

¹⁶ MACEDO – Op. Cit., 1876, vol. 1, p. 61-62.

¹⁷ *Ibidem*, p. 174.

¹⁸ MACEDO – Op. Cit., 1876, vol. 2, p. 63.

¹⁹ *Ibidem*, p. 47.

nio de Moraes Silva basta o seu ‘Dicionário da Língua Portuguesa’ (1ª edição: 1789)²⁰.

É interessante observar que Macedo procurou destacar os primeiros “historiógrafos” do Brasil, citando Sebastião da Rocha Pitta, o qual, “para a civilização do seu século a sua ‘História da América Portuguesa’ é monumento, de que o Brasil se deve ufanar. (...) é o pai da história, (...) senão pôde ser o sol, foi pelo menos a brilhante aurora da História do Brasil”²¹; e, em particular, Pero de Magalhães Gondavo,

o primeiro que escreveu obra, embora de acanhadas proporções, historiando o descobrimento desta terra por Pedro Álvares Cabral, e dando informações sobre os costumes dos índios, e sobre a história natural do país. (...) Gondavo foi o venerando obreiro da civilização que lançou a primeira pedra nos fundamentos da história do Brasil²².

Ao mesmo tempo, para Macedo, a maior contribuição da Colônia para o Império residiu na Cultura (entendida como patrimônio artístico e científico), símbolo visível (e verificável) da Civilização. Na Cultura, estava a relevância do Brasil-Colônia, seja na publicação de obras como a “Conquista Espiritual do Oriente”, do frei Paulo da Trindade, relativo à “conversão dos infiéis desde o Cabo da Boa Esperança até as mais remotas ilhas do Japão”²³, ou na instalação da “Academia dos Seletos” por Gomes Freire de Andrade, conde de Bobadela, a qual

tem um direito e um dever na história do Brasil. (...) O dever de gratidão á Gomes Freire de Andrade (...) O direito de honorifica memória do mais nobre empenho do cultivo e do desenvolvimento da civilização da pátria, colônia rica (mas) explorada (...) pela metrópole desamorável e avarenta²⁴.

²⁰ *Ibidem*, p. 330.

²¹ *Ibidem*, p. 11.

²² MACEDO – Op. Cit., 1876, vol. 1, p. 535-536.

²³ *Ibidem*, p. 120.

²⁴ *Ibidem*, p. 138.

Mas a Cultura também se relaciona com a religiosidade católica no texto de Macedo. Assim, os aspectos mais visíveis da fé (por exemplo, a criação de conventos e igrejas e a administração eclesiástica) mereceram destaque, como, por exemplo, “em 1765 instituiu-se a irmandade dos Passos, Joanna (de Gusmão) entrou para ela, e a ‘3 de Julho de 1767’ obteve provisão para erigir na igreja do ‘Menino Deus’ a capela do Senhor dos Passos”²⁵; o catolicismo apareceu novamente quando da biografia de frei Pedro Palácios, fundador da “capela de Nossa Senhora da Penha [a qual] foi a pedra fundamental de próximo futuro convento da mesma invocação, que veio a ser o manancial de luzes e de instrução”²⁶; ou, ainda, quando se referiu a D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castello Branco (bispo do Rio de Janeiro e membro da Inquisição), o qual “chamou pela Pastoral de 11 de Março de 1775 um e outro clero a exame de teologia moral e teve que vencer a desobediência das corporações religiosas”²⁷.

Enfim, Macedo deixa explícito que a Cultura foi o aspecto mais relevante do passado colonial.

Mas o *Ano Biográfico* não se restringiu ao período colonial, abrangendo também as experiências da Corte Joanina em terras americanas e o período imperial. Assim, em relação ao período 1808/1821, Macedo destacou a biografia de religiosos, como por exemplo, frei José da Costa Azevedo e Antônio Pereira de Souza Caldas, uma “vastíssima inteligência, (um) grande poeta, padre virtuoso e sábio, admirável orador sagrado”²⁸, além de D. Manoela de Santa Clara e D. Rita do Sacramento; observe-se, outrossim, a preocupação do autor em demonstrar o papel do catolicismo enquanto um elemento aglutinador na época, realçando a continuidade com o período colonial.

²⁵ MACEDO – Op. Cit., 1876, vol. 2, p. 281.

²⁶ *Ibidem*, p. 6.

²⁷ MACEDO – Op. Cit., 1876, vol. 1, p. 316.

²⁸ MACEDO – Op. Cit., 1876, vol. 2, p. 271.

Por outro lado, Macedo destacou, também, personagens como Francisco de Lemos de Faria Sobrinho (conde de Arganil e bispo de Coimbra, tendo sido um dos membros da comissão nomeada pelo marquês de Pombal para reformar esta Universidade), assim como Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha e Alexandre Rodrigues Ferreira, a quem “o império do Brasil honra como gloria sua o nome deste seu ilustre filho”²⁹. Este último (naturalista e membro do Estado Metropolitano) representou um tipo de intelectual bastante comum não apenas sob o Período Reinol, mas, também durante a Colônia e o Império: sua atuação não se restringiu às “letras”, mas também participou de funções administrativas expressivas no aparato estatal.

No que se refere ao Império, Joaquim Manoel de Macedo, novamente, destacou a presença dos “homens de letras” na história contemporânea; com efeito, ele destacou todos aqueles que se dedicam a produzir uma vida literária (poetas, naturalistas e artistas), além de alguns membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Outro biografado destacado por Macedo foi o fundador do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro (Seignot Plancher), além de toda uma plêiade formada por intelectuais das mais variadas áreas (com especial atenção aos médicos-literatos, seus colegas de formação e ocupação), e, obviamente, o IHGB. Dentre os biografados que atuaram nos assuntos culturais durante a monarquia brasileira, o autor destacou, entre outros: Casimiro José Marques de Abreu, que foi poeta romântico, cujas poesias Macedo considerava “cheias de sentimento, doçura e melancolia, e sem dúvida prometiam ou asseguravam grande poeta lírico”³⁰, assim como João Caetano dos Santos, que foi ator dramático extremamente famoso na época, ou, ainda, os poetas Luiz José Junqueira Freire e Manoel Antônio Álvares de Azevedo.

²⁹ MACEDO – Op. Cit., 1876, vol. 3, p. 102.

³⁰ MACEDO – Op. Cit., 1876, vol. 1, p. 16-17.

Entretanto, não podemos esquecer que o grande empregador de intelectuais do período era o Estado, dentre estes, destacamos: Francisco Freire Alemão, que foi médico, naturalista e membro do IHGB; Antônio Gonçalves Dias, que foi literato, professor do Colégio Pedro II e membro do IHGB; também Joaquim Caetano da Silva foi médico, professor do Colégio Pedro II e membro do IHGB, e, “em 1851 o dr. Silva leu durante algumas sessões no Instituto extensa memória sobre os limites do Brasil com a Guiana Francesa conforme o sentido exato do artigo 8º do tratado de Utrecht”³¹; além de Manoel Ferreira Lagos, médico, literato e membro do IHGB, e que “deixou avultado número de manuscritos, muitos deles únicos, outros raríssimos, todos interessantes: o governo os comprou, e fez recolher à Biblioteca Pública Nacional”³²; e Francisco Manoel da Silva, que foi músico e compositor, “autor do hino nacional do Brasil”³³.

Mesmo no Brasil independente, Joaquim Manoel de Macedo destacou a presença dos personagens vinculados à Igreja Católica; destes, podemos destacar o padre Luiz Gonçalves dos Santos, que foi historiador e membro do IHGB, também conhecido como “Padre Perereca”, e o frei Francisco de Mont’Alverne, que foi sócio honorário do IHGB. Igualmente, o autor citou, ainda, o frei Antônio de Santa Gertrudes, que foi pregador régio, e D. Manoel Joaquim da Silveira (Conde de S. Salvador), que fora arcebispo de Salvador, tendo sido nomeado Conde por D. Pedro II. Entretanto, Macedo não esqueceu de mencionar a administração sacra, e, por extensão, o regime do Padroado, onde,

por Decreto de 23 de Fevereiro de 1839 (D. Manoel Rodrigues de Araújo – Bispo Conde de Irajá) foi escolhido pelo regente em nome do Imperador para bispo do Rio de Janeiro, sendo esta eleição con-

³¹ MACEDO – Op. Cit., 1876, vol. 2, p. 529.

³² MACEDO – Op. Cit., 1876, vol. 3, p. 306.

³³ *Ibidem*, p. 559.

firmada pelo Santo Padre Gregório XVI por Bula de 23 de Dezembro do mesmo ano³⁴.

Por fim, cabe uma indagação: qual o “peso”, em *O Ano Biográfico Brasileiro*, dos biografados cuja cultura consistia em sua efeméride principal?

Observando-se as 365 biografias do anuário, identificamos 130 personagens cuja principal ocupação estava associada aos assuntos culturais. A maior parte destes encontrava-se no período colonial (84), enquanto a fase joanina teve o menor quantitativo (13, embora, ressalte-se, fora, também, o mais breve de todas as etapas do livro), ao passo que no Império foram 33 biografados.

Conclusão

Joaquim Manoel de Macedo, em *O Ano Biográfico Brasileiro*, construiu a própria Caravana de Heróis, onde a cada dia correspondia um biografado imortalizado por suas atitudes únicas, destemidas e/ou intelectualmente relevantes.

Ainda em relação ao IHGB³⁵, podemos perceber sua importância no cenário cultural do período 1838 (ano de sua fundação) e 1876 (edição de *O Ano Biográfico*): com efeito, vários dos biografados associados aos assuntos culturais e “contemporâneos” de Macedo (isto é, que atuaram a partir do Período Regencial) participaram, em alguma medida, do Instituto Histórico, como por exemplo, Baltazar da Silva Lisboa,

³⁴ *Ibidem*, p. 580.

³⁵ Para uma análise mais detalhada da atuação do IHGB, ver: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal – *Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1995. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado – “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. v. 1, n. 1 (1988), p. 5-27.

considerado um dos “mais ilustres representantes das letras e das ciências no Brasil, na primeira metade do século décimo nono”³⁶.

O autor entendia a História como guia a ensinar as futuras gerações, e os personagens importantes se destacariam “como exemplo e farol”³⁷ a ser seguido. Por fim, Macedo considerava *O Ano Biográfico Brasileiro* uma “galeria exclusivamente dedicada a brasileiros ilustres já finados”³⁸ e, conseqüentemente, produziu uma representação; ao tratar apenas dos mortos, abordou-os (os biografados) em sua totalidade, imortalizando o que considerava relevante. Da mesma forma, ele também reforçou os aspectos de continuidade entre a Colônia e o Império, além de enfatizar a Cultura como uma das “heranças” maiores da Colonização portuguesa.

Referências Bibliográficas

- ARENDDT, Hannah – *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1988. 348 p. ISBN 978-85-273-0117-6
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal – “Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial”. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. ISSN 0101-4366. n. 388 (1995), p. 459-613.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado – “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Estudos Históricos* [Em linha]. v. 1, n. 1 (1988), p. 5-27. [Consult. 22 maio 2015]. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935>. ISSN 2178-1494.
- MACEDO, Joaquim Manoel de – *O Ano Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tip. e lit. do Imperial Instituto Artístico, 1876. vol. 1. 563 p.
- MACEDO, Joaquim Manoel de – *O Ano Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tip. e lit. do Imperial Instituto Artístico, 1876. vol. 2. 565 p.
- MACEDO, Joaquim Manoel de – *O Ano Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tip. e lit. do Imperial Instituto Artístico, 1876. vol. 3. 645 p.
- SILVA, Antônio de Moraes – *Dicionário da Língua Portuguesa*. 7ª ed. Lisboa: Tip. de J. G. de Souza Neves, 1877/1878. vol. 2.

³⁶ MACEDO – Op. Cit., 1876, vol. 1, p. 24.

³⁷ *Ibidem*, p. 165.

³⁸ MACEDO – Op. Cit., 1876, vol. 2, p. 405.

(Página deixada propositadamente em branco)

**EDMUNDO O’GORMAN Y LA INVENCION
DE AMÉRICA. PRODUCCION Y SUBJETIVACION
DE UNA IDEA DE AMÉRICA DE SIGLO XX
EDMUNDO O’GORMAN AND THE INVENTION OF
AMERICA. PRODUCTION AND SUBJECTIVATION
OF AN IDEA OF 20TH-CENTURY AMERICA**

Zuélika Martínez-Jiménez Pretelini

ORCID: 0000-0003-1984-2809

Resumo

Na produção de subjetividades dentro da tradição e modernidade da América Latina aparece, muito antes das teorias da descolonização, a necessidade de uma resposta à questão: o que é a América? Edmundo O’Gorman tenta responder com referência à análise do “encontro” com a América que surge sob os olhos de Cristóvão Colombo e dos diferentes atores do século XVI, que “inventam” uma maneira de inserir esse “novo mundo” no mundo da tradição ocidental. O resultado será uma invenção, algo que o Ocidente nomeia de sua posição geográfica, ideológica e histórica, originando descrições que, embora desconcertadas, permeiam a história cultural do presente americano, e que não deixam de ser uma invenção, a invenção da América; uma invenção que hoje tentamos substituir por descrições reais, próprias, presentes e atuais. **Palavras-chave:** invenção; Latinoamérica; Edmundo O’Gorman; historiografia latinoamericana.

Abstract

In the production of subjectivities within the tradition and modernity of Latin America, the need for an answer to the

question “what is America?” arises, long before the theories of decolonization. Edmundo O’Gorman seeks to answer it using as reference the analysis of the “encounter” with America that appears under the eyes of Christopher Columbus and the different actors of the 16th century, who invent a way to insert that “new world” in the horizon of the Western tradition. The outcome will be an invention, something that the West names from its geographical, ideological and historical position, resulting in descriptions that, although disconcerted, permeate the cultural history of the American present. It is, nevertheless, an invention, the invention of America; one that today we try to substitute with real, proper, present and current descriptions. **Keywords:** invention; Latin America; Edmundo O’Gorman; Latin American historiography.

PRIMERA PARTE

Edmundo O’Gorman

Edmundo O’Gorman nació en 1906 y vivió hasta el año 1995. Pensar su vida y obra es una tarea de análisis de principio a fin de siglo XX en México, Latinoamérica y también Europa, pues sus grandes maestros fueron exiliados españoles que llevaron consigo sus ideas filosóficas e historiográficas a América.

El siglo XX de México fue convulso como lo fue en todo el mundo.

Al inicio de éste tuvimos nuestra revolución que desencadenó la posibilidad de tratar las causas sociales en papel: reformas y artículos de una constitución que cambió el modo de operar la educación, las tierras, el mundo agrícola, y sentó las bases de nuestra revolución indus-

trial y nuestro crecimiento tecnológico¹. Ofrecimos nuestra ayuda a Estados Unidos a la vez que se creaba la Confederación Regional Obrera. Se creó el Banco de México; el partido de la Revolución fue mutando en el transcurso del siglo hasta convertirse en un monopolio y, según Vargas Llosa, en la “dictadura perfecta”.

Le dimos asilo a León Trotsky y fue asesinado en nuestro país. Se nacionalizó el petróleo, Roosevelt se disgustó con México y nos perdonó gracias a indemnizaciones; le dimos asilo político los refugiados españoles, se nacionalizó la banca, creamos un cine de altos vuelos; nos convertimos en un país bueno para migrar y vivir tras las dos grandes guerras en Europa.

Se devaluó el peso varias veces, nuestros indios se levantaron en Chiapas, ganó finalmente la alternancia política y dejó el mando el partido aquel de la Revolución que se supo mantener en el poder por todo un siglo.

Ése es el siglo de O’Gorman, el siglo de México en medio del momento más intenso de todas las épocas, el siglo XX.

Para Iberoamérica también fue complejo. El poder criollo tuvo como consecuencia las desigualdades sociales y la opresión sobre los indios; se concreta la hegemonía estadounidense, nuestros países se industrializan de manera lenta y se recurre a la importación y exportación de productos de Estados Unidos.

Los años en los que Europa vivía la peor de sus guerras, en Iberoamérica estábamos contrayendo una deuda con Estados Unidos que, al mutar la economía agrícola hacia la industrial, generó miles de obreros que iban del campo a las ciudades, lo cual agudizó las diferencias sociales, que es el problema más profundo y complejo de resolver en nuestra región.

¹ SÁNCHEZ SUSARREY, Jaime – “Siglo XX mexicano”. *Letras libres* [En línea]. n. 20 (2000). [Consult. 27 oct. 2018]. Disponible em: <https://www.letraslibres.com/mexico/siglo-xx-mexicano>.

En el siglo de O’Gorman, después de la primera mitad, se firma un Acuerdo Latinoamericano de Libre Comercio, Kennedy trata de apoyar a Latinoamérica, más tarde se crea el Mercosur con la integración económica de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay; estalla la Revolución Cubana, se suscitan las dictaduras, el populismo, los líderes carismáticos, y distintos golpes de estado. Y así, de manera bastante general, como resume Mario Hernández Sánchez-Barba en el título de su texto, *Iberoamérica en el siglo XX: dictaduras y revoluciones*, éstas modelaron el siglo XX latinoamericano².

Edmundo O’Gorman, quien tenía muy próxima la herencia familiar criolla, pudo no sólo dedicarse a actividades propias de la aristocracia mexicana de inicio de siglo, sino que ésta también definió su relación con el mundo y con la historia.

O’Gorman fue hijo de un irlandés residente en México, pintor e ingeniero de minas, Cecil Crawford O’Gorman, y su madre Encarnación O’Gorman fue hija del primer cónsul británico en México, Charles O’Gorman, y de una hermana de Leona Vicario, quien es considerada una de las grandes promotoras y hacedoras de la independencia de México en 1821.

Josefina Zoraida Vázquez, quien conoció personalmente y como amigo a Edmundo O’Gorman, relata que diez años después de terminar la Escuela Libre de Derecho, decidió estudiar en la Universidad Nacional Autónoma de México la Maestría en Historia. Tiempo después fue profesor en la misma institución académica y le llamaban “el monstruo” por poner siempre en apuros a los “tradicionalistas”.

Para los años cincuentas, las posturas de O’Gorman, su perfil historiográfico, así como su teoría de la historia eran total y absolutamente modernas. Rompían todo tipo de tradición histórica y creaban una nueva escuela de historiadores que Iberoamérica no conocía aún.

² HERNÁNDEZ SÁNCHEZ-BARBA, Mario – *Iberoamérica en el siglo XX: dictaduras y revoluciones*. México: Editorial Anaya, 1988.

“Hacia finales de la década de 1940 la Academia empezó a mostrarse menos rígida. En 1956 fue electo Arturo Arnáiz y Freg que propició el ingreso de académicos como Alfonso Teja Zabre, Francisco de la Maza, Justino Fernández y Jesús Reyes Heróles e incluso el gran heterodoxo Edmundo O’Gorman”³.

En 1951 obtiene el título de Doctor en Historia en la misma universidad. La llegada del exilio español a México durante 1939 traería consigo a quien fuese su maestro y gran amigo José Gaos, quien llevó a México el pensamiento, vida y obra de Ortega y Gasset, así como de Heidegger, influencia que descubriremos claramente en todas sus obras, pues podríamos decir que el eje rector de la obra de O’Gorman será la consistencia y la importancia de la definición del “ser americano”.

En 1932, junto a Justino Sarmiento, fundan la editorial “Alcancía”, que era una pequeña imprenta en el *garage* de la casa de los O’Gorman y de donde salieron varias *plaquettes* y algunos poemas del mismo Edmundo, así como otros textos interesantes y sumamente contemporáneos para la época.

Su primer libro *Historia de las divisiones territoriales de México* (1937), fue publicado con motivo del XXV aniversario de la Escuela Libre de Derecho, sin embargo, su radical cambio y profundización en los temas que trabajaría el resto de su vida, así como el cruce entre filosofía e historia, lo daría en sus tesis de maestría y doctorado tituladas respectivamente: *Crisis y porvenir de la ciencia histórica* y *La idea del descubrimiento de América*.

Ésta última, antecedente directo del texto al que hacemos referencia.

Además de ser profesor de la Facultad de Historia de la Universidad Nacional de México, se desempeñó como subdirector del Archivo General de la Nación durante diez años.

³ VÁZQUEZ, Josefina Zoraida – “Cincuenta y tres años de las Memorias de la Academia Mexicana de la Historia”. *Historia Mexicana* [En línea]. v. 50, n. 4 (2001, abr./jun.), p. 715. [Consult. 31 oct. 2018]. Disponible em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=60050405>.

Como profesor investigador algunas de sus aportaciones importantes a la academia fueron, por ejemplo, oponerse a hacer historia de manera acumulativa o enumerativa, entablar el diálogo entre filosofía e historia, la creación de una cátedra llamada Geografía Histórica General y Euroamérica; elaboró planes de estudio, dictaminó y formó profesores. Su labor académica fue de un compromiso inagotable.

De igual forma perteneció a la academia de lenguas y fue profesor invitado en distintas instituciones. Edmundo O’Gorman, pintor como su hermano, arquitecto también, historiador, escritor, filósofo, en fin, encarna precisamente la modernidad y la tradición de la tarea historiográfica, así como al intelectual de siglo XX con una producción subjetiva que rompió todos los esquemas posibles, asegurando que América fue inventada, no descubierta; tiempo después, su trabajo también se ha convertido en una tradición que otros luchan por superar.

SEGUNDA PARTE

La invención de América

El texto *La invención de América* fue escrito en 1940, publicado en 1958 y su segunda edición fue publicada en 1977.

Álvaro Matute, en su texto *La teoría de la historia en México 1940-1968*, considera que la historiografía mexicana de estas décadas es la continuación de la escuela alemana de siglo XIX ya que ésta viaja de Ortega y Gasset y Heidegger a José Gaos, éste último exiliado español, maestro de historiadores en México; la corriente historiográfica más intensa en México fue la antipositivista⁴.

⁴ MATUTE, Álvaro (comp.) – *La teoría de la historia en México, 1940-1968*. México: FCE, 2015. p. 2.

El texto que fragmenta la historia de la historiografía y que rompe todas las hipótesis en referencia a Iberoamérica tenía ya varios antecedentes en el mismo autor.

En 1940 O’Gorman prologa el texto *Historia natural y moral de las indias*, de Joseph de Acosta; en 1942 se publica *Fundamentos de la Historia en América*; en 1947 *Crisis y porvenir de la ciencia histórica*, y finalmente en 1951 aparece *La idea del descubrimiento de América*, tesis con la cual perfila su investigación a la historia de las ideas⁵.

En 1958 se publica *La idea de la invención de América*, que en esa primera edición subtítulo *El universalismo de la cultura de occidente*.

Fundamentales en la reflexión de Iberoamérica que produce O’Gorman están: *La supervivencia política novohispana* (1967), *Meditaciones sobre el criollismo* (1970), *La incógnita de la llamada “Historia de los indios de la Nueva España” atribuida a fray Toribio de Molina* (1982), *Destierro de sombras. Luz en el origen y culto de Nuestra Señora de Guadalupe del Tepeyac* (1986) y *México, el trauma de su historia* (1977)⁶.

O’Gorman siempre mantuvo como eje para escribir historia que ésta debe tener reflexión creativa y no sólo apegarse a dogmas⁷ y lo fundamenta en la 2ª edición del texto de 1977 donde nos hace saber que desde sus “subjetividades”, la historia de la historia va cambiando con el tiempo y con la reflexión.

La importancia de *La invención de América. El universalismo de la cultura de occidente*, se resume en la misma respuesta que le dio

⁵ VÁZQUEZ, Josefina Zoraida – “México ha perdido a dos de sus historiadores: Edmundo O’Gorman (1906-1995) y Luis Weckmann (1923-1995)”. *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas – Anuario de Historia de América Latina* [En línea]. v. 33, n. 1 (1996), p. 1-8. [Consult. 29 oct. 2018]. Disponible em: <https://www.degruyter.com/downloadpdf/j/jbla.1996.33.issue-1/jbla-1996-0103/jbla-1996-0103.pdf>.

⁶ *Ibidem*.

⁷ VILLEGAS MORENO, Gloria – “Edmundo O’Gorman”. Facultad de Filosofía y Letras UNAM. [Consult. 26 oct. 2018]. Disponible em: <http://www.filos.unam.mx/sobre/emeritos/edmundo-ogorman/>.

O’Gorman al periódico “El País” cuando se le preguntó qué ocurrió en México tras la publicación del libro, a lo cual él respondió “Sembré el caos”⁸.

El epígrafe tanto a la 1ª como a la 2ª edición es de Martin Heidegger:

Sólo lo que se idea se ve
Pero lo que se idea es lo que se inventa
Aus der Erfahrung des Denkens, 1954

El título tal como aparece en las dos ediciones después de la portada y al inicio del texto es “El proceso de la invención de América”.

Dividido en XXIII apartados, Edmundo O’Gorman va tejiendo los hilos de la verdadera historia del encuentro que tuvo Colón con una masa de tierra que erróneamente pensó que era Japón, en Asia, y su equívoco duró hasta su muerte pues falleció pensando que estaba en lo cierto.

En el sistema del mundo conocido en 1492, reflexiona O’Gorman, “no hay ningún ente que tenga el ser de América”⁹.

Colón intentaba cruzar el océano en dirección oeste para llegar a los litorales orientales de lo que se pensaba era una sola isla, la tierra.

Según la física de Aristóteles, nos recuerda O’Gorman, esto era posible pues según la forma esférica que él suponía que la tierra tenía, al salir a occidente se podía alcanzar oriente, el oriente del *orbis terrarum*; al llegar a tierra, Colón se percató de que es más corta la distancia esperada y más largo entonces el territorio analizado, y como a los reyes de España les era conveniente arriesgarse a pesar de que los cálculos y las hipótesis de Colón no eran plausibles, cedieron a sus peticiones.

Colón, desde el primer viaje, debió haber observado su error, sin embargo, él quería ver Asia y es lo que pensó hasta el final de sus días.

⁸ SORELA, Pedro – “El historiador que descubrió la “invención” de América”. *El País. Cultura* [En línea]. Madrid, 30 de octubre de 1986. [Consult. 25 oct. 2018]. Disponible em: https://elpais.com/diario/1986/10/30/cultura/531010806_850215.html.

⁹ O’GORMAN, Edmundo – *La invención de América*. 4ª ed. México: FCE, 2006. p. 79.

La corona prepara una armada y la envía con Colón al segundo viaje con la idea de organizar la “colonia” y, a su vez, inmediatamente se trata con la Santa Sede la obtención de un título legal que les amparara el derecho de la ruta, es decir, de los mares y las tierras que Colón acababa de explorar; O’Gorman nos describe cómo fueron descritas estas tierras en la “bula *inter caetera*” del 3 de mayo de 1493, en la cual el Papa Alejandro VI indica la pertenencia de los Reyes de Castilla y Aragón de “las islas y tierras firmes” que se encontraban en las “partes occidentales del Mar Océano hacia los Indios”, con lo cual entendemos que se sigue en la creencia que estas tierras podrían ser asiáticas.

Después de ello vendrá más tarde el Tratado de Tordesillas en la “bula *Dudum siquidem*”, que cambiaría los límites de los territorios portugueses y españoles.

Pedro Mártir parece ser el único que empieza a dudar de la posible “otra mitad de tierra” no conocida hasta ahora, dice. Sin embargo, tampoco es capaz de asegurar nada pues podría ser que Colón tuviese razón y lo que hubiese encontrado fuese otra ruta a las Indias, aún y todo empieza a usar la expresión “*Novus Orbis*”, dada la duda geográfica existente y la posibilidad de que estos territorios fuesen un descubrimiento extra al existente “*Orbis terrarum*”.

Así que para Colón el desafío siguiente sería encontrar el paso al Océano Índico, lo cual indicaría que esa masa de tierra encontrada pertenecía a Asia.

En septiembre de 1493 parte de Cádiz al segundo viaje, que fue un fracaso pues todo cuanto había prometido a los reyes fue imposible: debido a que Colón sólo podía ver lo que él quería ver, hizo que la tripulación firmara bajo juramento que lo hallado no era una isla y que ahí vivía gente con “conocimientos políticos” y que “conocen el mundo”¹⁰.

El regreso fue terrible: llegaron a Jamaica, circunnavegaron la isla, Colón trató de pasar a la isla de San Juan Puerto Rico para tomar esclavos.

¹⁰ *Ibidem*, p. 98.

vos, pero al parecer alguna peste les tomó por sorpresa y debido a su estado de salud grave lo llevaron a La Villa de la Isabela donde lo esperaba su hermano, la rebelión de la colonia y el hambre de toda su tripulación.

La corona decide entonces enviar a Juan Aguado para espiar las acciones de Colón en 1495. El tercer viaje zarpó de Sanlúcar de Barrameda en 1498. Colón se propuso navegar hacia el sur hasta topar con la tierra que el Rey de Portugal tenía claro que existía, y después buscar el paso al Océano Índico.

Colón llegó esta vez a la Isla que llamó De la Trinidad, pero le pareció que la población era más blanca y que estaba en el extremo meridional del *Orbis Terrarum*; al entrar en el Golfo de Paria de Venezuela, se dio cuenta que estaba en aguas dulces y esto le hizo saber que la masa de tierra encontrada era de tamaño continental, sin embargo, Colón se negaba a aceptarlo.

Varios exploradores fueron con la idea de reconocer la zona. Estas exploraciones en conjunto revelaron la existencia de la Costa Atlántica septentrional de América del Sur desde Panamá y Colombia hasta el extremo oriental de Brasil. Sin embargo, se seguía pensando que ese litoral pertenecía a Asia y que ya había sido dibujado por Martín de Bohemia y Enrico Martelo.

O’Gorman subraya “El sentido del ser de las tierras que se habían hallado desde que Colón hizo su primer viaje seguía dependiendo de la localización del paso al Océano Índico”¹¹; para O’Gorman, la enunciación que da paso al ser de las cosas debe ser y contener un concepto definido al menos para el que enuncia, si esto no fuese así, las cosas no pueden ser, existir.

Como bien dice el autor, la historia no ha sido buena ni para Colón ni para Vesputio; al primero se le atribuye el “Descubrimiento de América”, y a Vesputio se le acusa de haberse autoatribuido la hazaña de Colón.

¹¹ *Ibidem*, p. 116.

Lo que ha terminado por contar es la carta de Vespucio intitulada *Mundus Novus*, en la cual acierta a que existe un mundo alterno a los descritos por los cartógrafos de la época.

Colón inicia el viaje con la idea de que había dos masas de tierra y regresa con la seguridad de que era una sola. Vespucio, sin embargo, creyó siempre que era una sola la extensión terrenal y regresa pensando que eran dos.

Estas hipótesis tan distintas hicieron que Vespucio tuviese la razón; la otra tierra que él describe es el “Nuevo Mundo”.

La isla de la tierra como único lugar del hombre quedó descartada. Para Vespucio, al norte encontraríamos una sola tierra, Europa, al oriente Asia y al sur quedaba un Nuevo Mundo.

Tal vez el parteaguas es la descripción de Vespucio de su segundo viaje en el cual asegura que existe una masa de tierra que va de polo a polo y se encuentra a medio camino entre Europa y Asia. Con ello, dice O’Gorman, “surge la necesidad de concederle un sentido propio a esa entidad que está allí reclamando su reconocimiento y un ser específico que la individualice”¹².

Aquí aparecerán dos documentos que servirán para concederle ser a América: la *lettera* de Vespucio en traducción latina y el mapamundi de Waldseemüller, los cuales se integraron en un sólo folleto titulado *Cosmographiae Introductio* y fue publicado en 1507 por la Academia de Saint Dié.

Ahí se indica que existe una cuarta porción de tierra que puede llamarse Tierra de Américo o América.

Para O’Gorman la invención de América se suscita como un proceso ideológico.

La segunda edición de *La invención de América*, la cual aparece en 1971, es actualizada por Edmundo O’Gorman añadiéndole a éste 3 ensa-

¹² O’GORMAN, Edmundo – *El proceso de la invención de América*. San Diego: FCE, 1998. p. 134.

yos, 2 previos al principal que hemos referido, y uno más. La intención del autor a través del tiempo como siempre lo indicó era demostrar que la historiografía va cambiando también según los tiempos y las reflexiones del autor, y esto se cumple en su obra dado que el mismo texto fue creciendo en explicación y argumentación.

Así, *El proceso de la invención de América* terminó siendo un libro de 4 grandes apartados:

1. Historia y crítica de la idea del Descubrimiento de América
2. El horizonte cultural
3. El proceso de la invención de América
4. La estructura del ser de América y el sentido de la historia americana

El texto desde el principio asegura de manera contundente que “no puede incurrirse de ninguna manera en el error de decir que América fue descubierta”, pues documentalmente hablando, y como nos lo demuestra en el tercer apartado, esto no es un hecho, es la interpretación de un hecho.

Después de un arduo análisis lógico de las posibles hipótesis que podrían llevar a la conclusión de que Colón descubrió América, O’Gorman define de manera bastante sencilla, y con un aparato de constitución lógica que, si entendemos que “el ser de las cosas no es algo que ellas tengan de por sí, sino algo que se les concede u otorga”, entonces asumimos que la materia que hoy conocemos como América estuvo ahí siempre pero sólo fue “América”, con ese nombre, desde el momento en que se le concedió esa significación y continúa “dejará de serlo el día en que por algún cambio en la actual concepción del mundo, ya no se le conceda”¹³.

La explicación de esta acepción debe entenderse desde la fenomenología husserliana pues Colín base en ello entendemos que nadie puede descubrir algo que no conoce ni imagina, ni algo que no busca. A este

¹³ O’GORMAN – *La invención...* Op. Cit., p. 50.

hecho por tanto debe adjudicársele otro tipo de concepto, “invención”, por ejemplo.

Para Husserl la vida consciente es intencional, comprenderemos con mayor acierto que si Colón no tenía la intención necesaria para el hallazgo de un continente otro, no hay conciencia y por lo tanto no es algo que haya tenido existencia en él.

La invención de América se da desde el momento en el que, estando ahí ese trozo de tierra, aún sin ser conocido completamente ni del todo por quien lo ha nombrado así, se le aplica un nombre y a partir de ese momento se le interpela en la dirección histórica de irse haciendo con ese nombre dado.

Edmundo O’Gorman asegura que la negación de la palabra “descubrimiento” tiene la ventaja de restituirse de manera positiva por medio de un tejido histórico que podrá narrarse desde distintas perspectivas y en distintos modos, y no sólo desde ese lugar aprendido en el cual la mayoría asegura que América fue descubierta.

La segunda parte del texto, “El horizonte cultural”, inicia con el epígrafe que da fe y testimonio de la traza fenomenológica de O’Gorman y pertenece a Juan David García Vaca

*... el mundo nuestro es invento, creación, improvisación, ocurrencias,
geniales, aventura, éxito.
Antropología filosófica contemporánea, 1957*

Ni las cosas ni los sucesos son seres en sí mismos, sino que su ser depende del sentido que se les conceda dentro del marco de referencia de la imagen que se tenga acerca de la realidad de ese momento, apunta O’Gorman. Esto nos deja con la realidad precedente y clara de la búsqueda del hombre durante los XV siglos en los cuales dentro de la tradición occidental se pregunta por su lugar en el cosmos.

La causa misma por la cual se habita el cuestionamiento del “descubrimiento” *versus* “invención” se deduce de la ruta previa trazada y como continuación de la patrística, heredera del pensamiento romano

católico, que reclamaba la tierra como el lugar que había puesto Dios para de manera providencial darle cauce a la creación del hombre que él mismo puso también en esa tierra para un fin específico que será mostrar su gloria.

La idea de América y la argumentación de su invención o descubrimiento parten de la idea de “historia universal” heredera también de la tradición helenística de los universales y los particulares, es decir, tiene su raíz en occidente y pertenece a esta tradición.

Ahondando en la tradición cultural que continúa Colón, el autor encuentra que la que fue válida para éste fue la contenida en el texto *Los libros de Esdras* que mantenía la hipótesis de que la tierra era una isla y que tenía una proporción con el mar de seis a uno. Ésta fue aceptada por Roger Bacon y transmitida a Colón vía el cardenal Pedro de D’Ailly¹⁴.

Por otro lado, está la conciliación del ámbito científico y el religioso. Éste último definía que aunque el océano tuviese otros mundos, si es que estos existieran, el *orbis terrarum* y no el *orbis alterius* era el único creado por Dios para ser habitado por el hombre¹⁵.

De igual manera estaba la hipótesis de que la única franja habitable de esa isla que se consideraba la tierra era la ubicada en el norte, llamada *orbis terminum*, que terminaba en el círculo ártico y en el sur en el Trópico de Cáncer.

En resumen, y a modo de poner en orden tanto la tradición helenística y cristiana del mundo que se asumía como verdadera, la tierra no se entendía como un todo homogéneo, pero sí se concebía como un mundo tripartita en el cual cada parte tenía un horizonte histórico diferente y un orden jerárquico ascendente de tal modo que en la parte más baja se ubicaba África, sobre ésta, Asia y en la cima Europa, ésta última, según ellos, la más perfecta y acabada a nivel geográfico, histórico y espiritual.

¹⁴ *Ibidem*, p. 24.

¹⁵ O’GORMAN – *El proceso...* Op. Cit., p. 26.

Es bajo este horizonte cultural que debemos entender el encuentro de Colón, su equívoco y la hipótesis propuesta por O’Gorman de sustituir la idea de un descubrimiento por el de una invención.

La cuarta y última parte del texto de O’Gorman se titula “La estructura del ser de América y el sentido de la historia americana”.

Tras este encuentro, el hombre se autodefine como un ser que no está encarcelado a su destino y al territorio que le ha dejado Dios, sino que se reconoce para ese momento como el dueño del universo. El hombre, dice O’Gorman, “deja de ser un ente predeterminado en un universo inalterable para concebirse como un ser abierto, el habitante de un mundo hecho por él, a su semejanza y su medida”¹⁶.

Con esto se inicia el proceso de una nueva visión del mundo y con ello la construcción de un nuevo sentido del hombre.

La siguiente tarea fue entender las semejanzas y las diferencias entre la criatura que habitaba las tierras halladas y el hombre europeo, esto, como dice O’Gorman, haría transparente para ellos (en su tradición) la estructura del “ser americano”.

No era sencillo considerar América como la cuarta parte de la tierra, se debía por todos los medios demostrar que la vida indígena americana podía arroparse en el paradigma cristiano, concediéndoles el rango de “civilizaciones”. Esta tesis la encontramos en la *Apologética historia sumaria* de Bartolomé de las Casas la cual es descrita por Edmundo O’Gorman como un formidable alegato en favor de las culturas americanas.

Con esta hipótesis, el ser americano no podía ser confinado a no recibir de Europa su cultura, sino que se procedió a darle la posibilidad de ser “otra Europa”. He aquí la invención del ser americano del siglo XVI, como equitativo del ser europeo; aprendiz y copia a imagen y semejanza de aquel.

¹⁶ O’GORMAN – *La invención...* Op. Cit., p. 57.

El concepto que se conforma dadas esas premisas es el de dos modos de una misma sustancia, una en potencia y otra en acto, el antiguo y el nuevo mundo, América y Europa, con lo cual queda de manifiesto el ser de América que sería para el mundo renacentista la identificación y réplica de Europa con la idea de perpetuar su historia y la voluntad divina también.

Sin embargo, hablar del ser americano como una imitación del ser europeo fue no sólo una invención, sino que, como apunta O’Gorman, fue un anhelo que no trascendió a pesar de que el “criollo” como tal “ensayó un nuevo Adán americano, [y] sólo logró constituirse en un tipo peculiar del español, pero español, al fin y al cabo”.

El derrumbe de la colonia implicó una mudanza en el modelo; al terminar la colonia, el modelo de imitador, o criollo, queda a un lado por la construcción de un ser americano que no fue lo que era y será apenas lo que se fue construyendo con todas las características dadas, incluyendo la influencia occidental.

A esa nueva entidad territorial y ontológica que aparece con este surgimiento le llama O’Gorman Euro América.

La invención de América nos abrió la puerta para entrar en un mundo ontológico posible desde la filosofía geopolítica histórica, que es lo que el presente nos invita a desempolvar en estos tiempos confusos, excluyentes, y necesitados justamente, más que nunca, de inclusión.

Referencias Bibliográficas

- ALEMANY BAY, Carmen; ARACIL VARÓN, María Beatriz (eds.) – *América en el imaginario europeo. Estudios sobre la idea de América a lo largo de cinco siglos*. San Vicente del Raspeig, España: Publicaciones de la Universidad de Alicante, 2009. 192 p. ISBN 978-84-7908-997-9.
- HERNÁNDEZ SÁNCHEZ-BARBA, Mario – *Iberoamérica en el siglo XX: dictaduras y revoluciones*. México: Editorial Anaya, 1988. 127 p. ISBN 8420729531.
- MATUTE, Álvaro (comp.) – *La teoría de la historia en México, 1940-1968*. México: FCE, 2015. 358 p. ISBN 6071627362.

- O'GORMAN, Edmundo – *El proceso de la invención de América*. San Diego, USA: FCE, 1998. 87 p. ISBN 968-16-550-60.
- O'GORMAN, Edmundo – *La invención de América*. 4ª ed. México: FCE, 2006. 256 p. ISBN 607-16-030-05.
- O'GORMAN, Edmundo et al. – *Colón en la Biblioteca Nacional de México: Homenaje a Edmundo O'Gorman. Conferencias*. México: Instituto de Investigaciones Bibliográficas UNAM, 1992. 125 p. ISBN 968-36-2578-9
- RABASA, José – *Inventing America. Spanish historiography and the formation of eurocentrism*. Norman, USA: University of Oklahoma Press, 1993. 281 p. ISBN 080612539X.
- SÁNCHEZ SUSARREY, Jaime – “Siglo XX mexicano”. *Letras libres* [En línea]. n. 20 (2000). [Consult. 27 oct. 2018]. Disponible em: <https://www.letraslibres.com/mexico/siglo-xx-mexicano>. ISSN 1405-7840.
- SORELA, Pedro – “El historiador que descubrió la “invención” de América”. *El País. Cultura* [En línea]. Madrid, 30/10/1986. [Consult. 25 oct. 2018]. Disponible em: https://elpais.com/diario/1986/10/30/cultura/531010806_850215.html. ISSN 1576-3757.
- VÁZQUEZ, Josefina Zoraida – “Cincuenta y tres años de las Memorias de la Academia Mexicana de la Historia”. *Historia Mexicana* [En línea]. v. 50, n. 4 (2001, abr./jun.), p. 709-718. [Consult. 31 oct. 2018]. Disponible em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=60050405>. ISSN 0185-0172.
- VÁZQUEZ, Josefina Zoraida – “Don Edmundo O'Gorman y la historiografía mexicana”. In *Homenaje a Edmundo O'Gorman*. México: Facultad de Filosofía y Letras UNAM, 2003. S/ISBN. p. 59-63.
- VÁZQUEZ, Josefina Zoraida – “México ha perdido a dos de sus historiadores: Edmundo O'Gorman (1906-1995) y Luis Weckmann (1923-1995)”. *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas – Anuario de Historia de America Latina* [En línea]. v. 33, n. 1 (1996), p. 1-8. [Consult. 29 oct. 2018]. Disponible em: <https://www.degruyter.com/downloadpdf/j/jbla.1996.33.issue-1/jbla-1996-0103/jbla-1996-0103.pdf>. ISSN 2194-3680.
- VÁZQUEZ, Josefina Zoraida – *Nuestros maestros*. México: UNAM, 1992. Tomo I. 257 p. ISBN 968-33-2298-4.
- VILLEGAS MORENO, Gloria – “Edmundo O'Gorman”. In *Setenta años de la Facultad de Filosofía y Letras*. México: Facultad de Filosofía y Letras UNAM, 1994. p. 454-457. [Consult. 26 oct. 2018]. Disponible em: <http://hdl.handle.net/10391/3234>. ISBN 968-36-3898-8.

(Página deixada propositadamente em branco)

**LA INTELLECTUALIDAD “PROSOVIÉTICA” EN
ESPAÑA. CARLOS TUYA Y LA SUPERACIÓN DEL
CAPITALISMO DESARROLLADO (1973-1983)¹
THE ‘PRO-SOVIET’ INTELLECTUALS IN SPAIN.
CARLOS TUYA AND THE OVERCOMING OF THE
DEVELOPED CAPITALISM (1973-1983)**

Víctor Peña González

ORCID: 0000-0002-0092-9579

Resumo

Dentro da corrente dos comunistas espanhóis pró-soviéticos, um intelectual distanciou-se do ano de 1973 até seu abandono da política em 1983. Carlos Tuya e seu pensamento constituem uma das figuras centrais do projeto político pró-soviético na Espanha. Ao longo deste artigo, veremos como esse pensamento foi forjado (que era a espinha dorsal do projeto pró-soviético), sua evolução e seu contexto e, acima de tudo, em que consistia. Como figura preeminente da *intelligentsia* pró-soviética, o trabalho de Carlos Tuya propôs uma forma atualizada e revolucionária de desenvolver o socialismo em um país desenvolvido, com estruturas econômicas típicas do capitalismo monopolista estatal e um tipo de Estado que evoluiu da ditadura nacional-católica de Franco a uma democracia parlamentar comparável ao resto dos regimes políticos europeus.

¹ El presente trabajo se inscribe en el Proyecto de Investigación “Del antifranquismo a la marginalidad: disidencias políticas y culturales en la Transición Española” (HAR2016-79134-R), concedido por el Ministerio de Economía y Competitividad del Gobierno de España, al cual se adscribe la convocatoria de “Ayudas para contratos predoctorales para la formación de doctores 2017”.

Palavras-chave: espanhóis pró-soviéticos; intelectualidade; capitalismo desenvolvido; revolução; Carlos Tuya.

Abstract

Within the pro-soviet communist Spanish trend, an intellectual distanced himself from 1973 until his retirement from politics in 1983. Carlos Tuya and his thoughts constitute one of the central figures of the pro-soviet political project in Spain. Throughout this paper, we will address how this thought was forged (which was the backbone of the pro-soviet project), its evolution and context and, above all, what it consisted of. As a pre-eminent figure of the pro-soviet intelligentsia, the life's work of Carlos Tuya proposed an updated and revolutionary way towards socialism in a developed country, one with typical economic structures of state monopoly capitalism and a kind of State that evolved from Franco's national-catholic dictatorship to a parliamentary democracy comparable to the rest of the European political regimes.

Keywords: Spanish pro-soviets; intellectuals; developed capitalism; revolution; Carlos Tuya.

La corriente prosoviética surge en el seno del comunismo occidental tras las rupturas por la invasión soviética de Checoslovaquia en 1968. En España la primera organización adscrita a esta línea ideológica surge en 1970, pero no es hasta 1973 cuando una tendencia surja en el seno del PCE, como corriente interna, en oposición a los métodos poco democráticos en la realización del VIII Congreso, así como en la relación de la dirección del Partido con las bases en ciertos sectores de Madrid (movimiento estudiantil) y Valencia (Comité Provincial); y sobre todo, en oposición a los cambios programáticos, estratégicos y tácticos llevados a cabo en el VIII Congreso (septiembre de 1972).

Esta corriente interna, autodenominada Oposición de Izquierda del PCE (OPI) llegará a contar con un millar de miembros en su momento de máxima expansión², ejerciendo como presión ideológica a la línea política de la dirección del partido. La OPI llegó a acumular prestigio en importantes sectores del PCE³, lo que suponía un reto a la autoridad de la dirección, quienes comenzaron entre 1975 y 1976 un proceso de expulsiones y congelaciones de la militancia, administrando las sanciones de forma selectiva, de manera que la expulsión de los elementos más concienciados de OPI provocase la ruptura más suave posible en el partido. Esta ruptura obligada con el PCE se dio finalmente en abril de 1977, constituyéndose la OPI en partido político bajo la denominación de Partido Comunista de los Trabajadores, contando al menos con 300 militantes en ese momento, lo que muestra los efectos de la acción punitiva de la dirección del PCE sobre estos disidentes.

OPI-PCT fue una organización, desde el primer momento, que contaba con escasos medios económicos y poca experiencia de aparato, lo que contribuyó a que no se generase una estructura de partido firme sino hasta su constitución como partido político. En su composición militante podemos valorarla como una organización dominada por profesionales liberales, con un gran peso de la formación intelectual de sus miembros, ejecutada a través de su órgano *La Voz Comunista*, de publicación mensual. Esta reducción del elemento obrero a su mínima expresión provocó críticas por parte de Santiago Carrillo, acusando a la OPI como “intelectualoides”⁴, a pesar del reconocimiento del trabajo ideológico desde ciertos sectores del PCE⁵.

² Entrevista con José Guerrero, 10 de abril de 2017, Tudela de Duero.

³ Entrevista con Carlos Tuya, 14 de marzo de 2017, Madrid. Entrevista con Héctor Maravall, 13 de marzo de 2017, Madrid.

⁴ MOLINERO, Carme; YSÀS, Pere – *De la hegemonía a la autodestrucción: El Partido Comunista de España (1956-1982)*. 1ª ed. Barcelona: Crítica, 2017. p. 83-86.

⁵ Entrevista con Luis Cabo, 4 de mayo de 2017, Madrid.

LA FRAGUA DE UN REVOLUCIONARIO

Desde las primeras reuniones constitutivas de OPI, un periodista madrileño formado en Barcelona y que había vivido el mayo francés en París, afiliado al PCE desde el comienzo de la década de 1970, comenzó a liderar OPI dado sus profundos “conocimientos librescos” del marxismo-leninismo. Su nombre era Carlos Delgado González, *nom de guerre* Carlos Tuya. Tuya liderará la organización hasta su desaparición oficial en mayo de 1982, cuando su partido, entonces denominado PCEU, se disuelve en el seno de un movimiento de recuperación y unificación del Partido Comunista⁶. El PCEU había surgido en mayo de 1980 de la unidad con el PCE (VIII-IX) de Eduardo García; unidad efímera que nunca llegó a materializarse realmente y que, tras varios desencuentros y el desacuerdo en la línea política a llevar a cabo tras el golpe de Estado del 23-F (1981), produjo la ruptura del PCEU en dos organizaciones homónimas.

Una vez disuelta la organización en el Partido de Recuperación y Unificación Comunista (PRUC), Carlos Tuya seguirá participando como representante del mismo, coadyuvando notablemente en la formulación de las tesis políticas de esta plataforma de confluencia comunista, que en 1983 pasará a denominarse Movimiento de Recuperación y Unificación del Partido Comunista (MRUPC) al incorporar a un importante sector del proletariado madrileño, encabezado por Fidel Alonso (entonces secretario general de las CC. OO. de Madrid). La pluma de Carlos Tuya también se dejará notar en las tesis elaboradas por el MRUPC, pero en octubre de 1983, ante los movimientos que empezaban a producirse en la corteza del PCE por parte de Ignacio Gallego, Carlos Tuya y algunos

⁶ *Unificación. Portavoz de las Comisiones Preparatorias del Congreso de Unificación de los Comunistas*, núm. 6, mayo 1982.

de sus colaboradores dejarían de lado el proceso de unidad comunista ese mismo mes⁷, abandonando la política.

Estamos, por tanto, ante una década de producción política y de generación de un proyecto de construcción del socialismo en un país de capitalismo desarrollado, alternativo al propuesto por el eurocomunismo, que apostaba por la colaboración con el campo socialista, y que tomaba importantes lecciones de los procesos revolucionarios portugués y chileno. Este proyecto debía estar necesariamente vinculado de manera íntima al análisis del Estado franquista y el desarrollo del capitalismo español, del que se derivaba la alternativa política, es decir, el tipo de proceso revolucionario que España debería atravesar para desembocar en el socialismo.

En los análisis de OPI-PCT, se concebía que la burguesía española había llevado a cabo su tarea histórica pendiente (los objetivos estructurales de la revolución democrática-burguesa en el argot de la cosmovisión comunista) bajo la tutela de la dictadura franquista, la cual había ejercido como actor centralizador de la producción en favor del capital monopolista, generando unas bases débiles, atomizadas y, en general, unas condiciones de subdesarrollo de la economía española⁸. Esta labor del Estado franquista, en contradicción con la burguesía nacional por la “forma de dominio”⁹, había permitido una penetración profunda del capital extranjero, fundamentalmente norteamericano pero también

⁷ PÉREZ SERRANO, Julio – “Orto y ocaso de la izquierda revolucionaria en España (1959-1994)”. In QUIROSA-CHEYROUZE Y MUÑOZ, Rafael (coord.) – *Los Partidos en la Transición: las organizaciones políticas en la construcción de la democracia española*. 1ª ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 2013. p. 272.

⁸ PEÑA GONZÁLEZ, Víctor – “Los partidos prosoviéticos ante la Transición. El ejemplo de la OPI-PCT”. In AA.VV. – *Las otras protagonistas de la Transición. Izquierda radical y movilizaciones sociales*. Madrid: FSS Ediciones, 2018. p. 1038.

⁹ Forma y sistema de dominio designaban dos conceptos para definir la forma política del dominio burgués sobre el resto de la sociedad (dictadura fascista, bonapartismo, democracia burguesa, etc.) y el sistema de dominio que se remonta al antagonismo fundamental en las relaciones de producción a través de la contradicción capital-trabajo.

europeo, lo cual desencadenó una gran dependencia exterior de la economía española¹⁰.

El proyecto de Carlos Tuya se centraba, en el tramo final del franquismo, en una “salida democrática” a la dictadura, que fuese a la vez el fin de la forma y del sistema de dominio de la burguesía. Se imponía así una democracia que se diferenciaba de la propuesta reformista en su radicalidad; Tuya relacionaba así su propio proyecto con la vinculación leninista y maoísta respecto de la cuestión democrática (Mao con la “Nueva Democracia” obrera y Lenin con los jacobinos franceses)¹¹. La “salida democrática al franquismo (...) antioligárquica y antimonopolista” suponía, en definitiva, “la única combinación hoy por hoy revolucionaria de la lucha anticapitalista y las reivindicaciones democráticas en su conjunto”¹². La oposición a la oligarquía y al monopolismo era la diferencia fundamental con la estrategia del PCE, estableciendo la frontera de los acuerdos y pactos políticos en dos bloques diferenciados: de un lado, el Estado franquista y la oligarquía (burguesía monopolista); del otro, el conjunto de la clase trabajadora, la pequeña burguesía y la burguesía no monopolista, otorgando así al antifranquismo un contenido concreto, revolucionario. Esta defensa de la vertiente democrática de los revolucionarios españoles era defendida al considerar “un suicidio” la “revolución *directamente* socialista”¹³; se haría necesaria una etapa intermedia que llevase lo más lejos posible la democracia, de forma que el límite democrático estuviese lo más cercano posible al socialismo (“una democracia auténtica que abra la vía hacia el socialismo”¹⁴). Esta idea queda sintetizada en estas palabras de octubre de 1973:

¹⁰ OPI – *Problemas fundamentales de la revolución española*. 1975. Archivo personal de María Jesús Garrido Romero y Josu Ramos Sánchez. p. 2.

¹¹ *Ibidem*, p. 4-5.

¹² *Ibidem*, p. 5.

¹³ *Ibidem*, p. 45.

¹⁴ *Ibidem*, p. 34.

La política del ala revolucionaria [OPI], consecuente con sus nuevos presupuestos, propugna como salida al franquismo, una Democracia Nueva, profunda que no solo da la libertad al pueblo, sino que destruye el poder político, económico y social de la oligarquía, contrarestando la resistencia furiosa de la oligarquía a su desaparición¹⁵.

Esta destrucción del poder monopolista se concretaba en la nacionalización de los monopolios y la creación de un poder basado en las clases populares. Pero la destrucción del poder monopolista no es posible sin destruir “el instrumento fundamental del dominio oligárquico”¹⁶, es decir, el ejército franquista; el aparato militar sería sustituido por la “organización democrática” de las clases populares que tomarían las armas para defender la revolución antifranquista. Un reflejo de lo que por entonces Carlos Tuya prefiguraba para España estaba sucediendo en Portugal, donde había irrumpido “una verdadera democracia, una democracia basada en las masas populares y con una estrategia antimonopolista [...] irreconciliable con la oligarquía”¹⁷, donde además la dirección revolucionaria del PCP impedía la formación de una aristocracia obrera que sirviera como muro de contención de los designios populares.

La defensa de la revolución tiene pues, dos pilares: la construcción del ejército popular y la defensa de un programa democrático radical que aglutine a las formaciones revolucionarias en torno a una Unidad Democrática de Izquierdas que fortalezcan las organizaciones populares y creen las que todavía no existen; esta es la formación del poder de las clases populares. Pero, ¿cómo se manifiesta este poder popular? Por un lado, necesariamente con la hegemonía obrera del proceso de transición política (en cuya tarea es fundamental el uso de las CCOO como organización de masas de los trabajadores, pero no como sindicato), lo cual dota de sentido revolucionario al proceso. Por otro lado,

¹⁵ *Ibidem*, p. 10.

¹⁶ *Ibidem*, p. 18.

¹⁷ *Ibidem*, p. 16.

la “democratización” del ejército viene más detallada en sus críticas al proceso chileno (octubre de 1973), donde se da una idea más clara de cómo se daría tal creación del ejército democrático: “organizar a los soldados, de reagrupar a los obreros y campesinos en uniforme, que hubieran podido ser el mejor freno al golpe militar”¹⁸.

En diciembre de 1974 la OPI difundía un manifiesto con este programa del pueblo, que debía hacer suyo el PCE, y que recogía la formación de un gobierno provisional revolucionario que destruyese el aparato burocrático-militar del Estado franquista y nacionalizase todas las propiedades del Movimiento Nacional y del Sindicato Vertical, así como los monopolios y la banca, una subida indeterminada de salarios y pensiones, una reforma agraria abstracta bajo el lema de “la tierra para quien la trabaja”, la universalización y gratuidad de la educación, la descolonización de los territorios protectorados por España y la autodeterminación a través de referéndum de las nacionalidades históricas (vasca, catalana y gallega), la anulación de todos los acuerdos internacionales suscritos por la dictadura y la libertad necesaria para convocar, por sufragio universal, las elecciones a una asamblea constituyente de la cual emanase el gobierno del pueblo y que elaborase la nueva constitución.

LA MADURACIÓN DEL PROYECTO LENINISTA

A partir del paso de OPI a Partido Comunista de los Trabajadores (PCT), es decir, de corriente interna del PCE o ala revolucionaria del mismo a partido político independiente, se da una maduración del proyecto, que pasa de una etapa formativa a una profundización de sus presupuestos, a un afianzamiento amparado en la concreción de algu-

¹⁸ *Ibidem*, p. 66.

nas propuestas, pero también en la ampliación de la base filosófica que lo sustenta.

Si bien durante la primera etapa el pensamiento de Carlos Tuya (un pensamiento colectivo materializado en el programa y dirección estratégica de la organización a la cual representa) es expresado a través del órgano *La Voz Comunista*, cuyos principales artículos fueron recogidos en el libro *Problemas fundamentales de la revolución española* (1975); durante esta segunda etapa estas publicaciones periódicas se verán atravesadas fundamentalmente por dos publicaciones: *Aspectos fundamentales de la revolución española* (1977), una actualización de las tesis de la organización y *La función histórica del Estado y la democracia* (1980), una propuesta estratégica de cara a la unidad comunista.

Es en esta segunda fase de maduración cuando Carlos Tuya elimina el etapismo (una rémora de la herencia del pensamiento del PCE) de su proyecto, entendiendo el régimen democrático resultante de la revolución en curso como “democracia antioligárquica y antimonopolista”, en tanto que régimen que se transformaría en el socialismo sin etapas, donde la hegemonía proletaria del proceso sería una condición *sine qua non* para ello. Esta diferenciación no era solo una cuestión de profundidad; siguiendo las tesis del materialismo dialéctico, este aumento cuantitativo producía un salto cualitativo que convertía a esta democracia de hegemonía proletaria en la forma histórico-concreta de realizar la revolución socialista¹⁹.

CC. OO. era una pieza inextricable del puzle político que Carlos Tuya formaba para lograr la hegemonía obrera en el proceso de transición a la democracia, lo cual iba a transformar esencialmente el proceso político en un proceso revolucionario. Esto era posible al entender que las CC. OO. se habían generado y desarrollado como forma histórico-concreta de democracia directa de los trabajadores, capaz de desarrollar una

¹⁹ PEÑA GONZÁLEZ – Op. Cit., p. 1.040.

estatalidad alternativa de clase²⁰. Incluso parte de su partido entendió la posibilidad de que las CC. OO. jugasen el papel que los soviets jugaron en la revolución rusa²¹ (alineándose con las opiniones trotskistas en boga), no así el propio Tuya²².

A la cuestión del poder Carlos Tuya le dedicó buena parte del año 1979, concentrado en teorizar sobre la conquista del Estado por parte del proletariado. Esta se daría por sustitución de la hegemonía burguesa por la obrera, es decir, en la medida en que esta avanzaba, la hegemonía burguesa retrocedía; este proceso tenía, en la concepción “tuyista”, un reflejo en la construcción estatal: “la hegemonía solo se realiza a nivel del sistema estatal, estructurándose como Estado frente al Estado, y conquistando, a través y gracias a esta estructuración estatal de las clases asalariadas, la fortaleza estatal del sistema”²³.

Así, en la medida en que se desarrolla el contrapoder obrero, el Estado burgués se descomponía. Esta creación del sistema estatal alternativo, al margen del Estado burgués y contraponiéndose a él, disolviéndolo en la dinámica de lucha de clases²⁴, supone la espina dorsal de la vía al socialismo en un país de capitalismo desarrollado para Carlos Tuya.

También es en esta segunda etapa cuando puntualice otras cuestiones como el carácter del Estado, de burgués como se reconocía durante su liderazgo de OPI²⁵, a un Estado con contenido burgués y no burgués en esencia, al entender que el Estado era una institución heredada por la

²⁰ TUYA, Carlos – *Aspectos fundamentales de la revolución española*. 1ª ed. Madrid: PCT, 1977. p. 126-127.

²¹ Entrevista con José Guerrero, 10 de abril de 2017, Tudela de Duero.

²² Entrevista con Carlos Tuya, 14 de marzo de 2017, Madrid.

²³ TUYA, Carlos – *La función histórica del Estado y la democracia*. 1ª ed. Madrid: Akal, 1980. p. 61.

²⁴ “La lucha de clases siempre es, finalmente, lucha de estados en el seno de una sociedad en crisis” (TUYA – *La función...* Op. Cit., p. 75). Esta radicalización de la centralidad del problema del poder le lleva a Carlos Tuya a determinar que toda la teoría marxista es una teoría del Estado.

²⁵ OPI – Op. Cit., p. 66.

burguesía y no edificada por ella²⁶. En el desarrollo de esta cuestión la lectura de Miliband y las críticas a Poulantzas jugarán un protagonismo determinante. En este período Carlos Tuya realiza a su vez una defensa del sistema de partido único (al entender que la pluralidad política era innecesaria e indeseable durante la revolución socialista) y de la burocracia estatal, no como clase separada de la sociedad, sino como “el pueblo en funciones administrativas”²⁷, considerando este cuerpo de administradores como una tarea necesaria en la labor de sustitución estatal. Estas dos defensas, probablemente las más débiles teóricamente de su obra, deben ser interpretadas más como un guiño a sus aliados prosoviéticos más intransigentes (con quienes pronto se fusionará en el PCEU) que como el desarrollo consecuente de su línea política.

En este sentido, la mayor crítica a los sistemas del socialismo real que realiza nuestro protagonista es sobre el carácter clasista de la distribución, que se mantenía en los países socialistas generando una nueva forma de estratificación social que calificaba como *status*. La solución de esta cuestión era considerada como la “tarea social más importante del socialismo”, y debía encontrarse entendiendo la producción como una “relación de cooperación vinculada a la abundancia”²⁸.

EL FINAL DEL CAMINO: LA DEMOCRATIZACIÓN

En 1980 se abre un nuevo ciclo para Carlos Tuya y su partido, de orientación leninista pero adscrita a la corriente prosoviética, al fusionarse junto al PCE (VIII-IX), prosoviéticos convencidos que ponían el énfasis de la revolución a nivel internacional, es decir, en la defensa a ultranza de la URSS. Los pormenores de tal desencuentro se han anali-

²⁶ TUYA – *La función...* Op. Cit.

²⁷ *Ibidem*, p. 79.

²⁸ *Ibidem*, p. 186-187.

zado en otro lugar, pero la unión de ambos partidos dejó huella aun tras la separación de ambas formaciones. En noviembre de 1981 los partidarios de Carlos Tuya publicaron las tesis del partido, básicamente similares a las ya publicadas años atrás, pero incorporando un mayor énfasis en el antiimperialismo²⁹. La experiencia del intento de golpe de Estado el 23-F marcó un antes y un después a la hora de valorar el peso que el imperialismo tenía en España, conjugándola con las críticas a la reforma política y a la acción de la oligarquía. Así, una valoración más profunda de la dependencia exterior redobla los esfuerzos de Tuya por defender la paz, la solidaridad internacional y la neutralidad entre bloques (algo impensable unos meses atrás, cuando aún no se había producido la fractura del PCEU).

Sí se da, sin embargo, un cambio cualitativo en su valoración del problema del poder, es decir, de la conquista del Estado. Mientras que hasta 1980 Tuya valora la hipótesis de la estatalidad alternativa, ahora apuesta por la tesis opuesta: “se transforma mediante una amplia democratización de sus instituciones, la ampliación de libertades públicas y la participación directa de los trabajadores en las tareas de gobierno y la administración”³⁰. Esta transformación en su pensamiento se debe, en primer lugar, a la transformación que sufre desde 1976 las CC. OO., reconvertida en sindicato al uso, en la medida en que se trataba, en su forma original, del elemento central en estado embrionario de la estatalidad alternativa. Pero solo podemos explicarla si entendemos el impacto que generó en la conciencia de Carlos Tuya el intento de golpe de Estado del 23-F, y el riesgo real que vislumbraba para la estabilidad democrática. Así, en una publicación de 1982 su organización propondrá la creación de Comités de Defensa de la Democracia con “el obje-

²⁹ *La Voz Comunista*, año 2, núm. 3, noviembre 1981.

³⁰ *Ibidem*, p. 49.

tivo de depurar, reestructurar y democratizar el Estado y sus aparatos, fundamentalmente armados”³¹.

En el último documento extenso de elaboración teórica en el que participó Carlos Tuya, se añadía un especial interés por democratizar el ámbito de la información dentro de la transformación estatal³². Asimismo, en este documento encontramos la explicación al cambio drástico que se produce en el proyecto prosoviético en la construcción del socialismo en un país desarrollado: el “objetivo fundamental” es ahora “consolidar y desarrollar un sistema de plenas libertades” ante la amenaza golpista, que “han puesto en evidencia no sólo la peligrosidad de la persistencia de los elementos franquistas en los aparatos de Estado, sino la debilidad de las libertades democráticas”³³.

Pero junto a la democratización estatal se halla el problema clave sobre el poder en España: Es la ‘cuestión autonómica’ la piedra de toque de toda la problemática política” en tanto que afecta a la estructuración del Estado³⁴. La solución dada era el reconocimiento de la autodeterminación “para nuestras nacionalidades” así como la “Unidad Federal” libremente aceptada y formas de autogobierno y autonomía escogidas por cada nacionalidad. Ambos aspectos componían dos vertientes de una misma realidad: la resolución de lo que Carlos Tuya entendía era la contradicción principal, esto es, la ruptura del poder de la oligarquía como inicio de la revolución.

El proyecto prosoviético continuó avanzando, pero desde octubre de 1983 lo hizo sin las innovaciones que Carlos Tuya pudiera realizar ya que, a partir de la incorporación de Ignacio Gallego a la formación del

³¹ UNIFICACIÓN – *Convertir la crisis en cambio político y transformación social*. Madrid: Comisiones Preparatorias del Congreso de Unificación de los Comunistas, 1982. p. 94.

³² MRUPC – *Por una democracia sin monopolios hacia el socialismo*. 1ª ed. Madrid: MRUPC, 1983. p. 47.

³³ *Ibidem*, p. 46-48.

³⁴ UNIFICACIÓN – *Convertir...* Op. Cit., p. 42.

nuevo partido comunista (que nacería en enero de 1984), Tuya abandonaría la política, dejando para el proceso de unidad la ideación de su proyecto.

CONCLUSIONES

Diez años de elaboración teórica, unida a la praxis política que como dirigente realizó Carlos Tuya, lo convirtieron de alguna manera en el intelectual orgánico de los comunistas prosoviéticos españoles³⁵, a pesar de no auto-referenciarse jamás de este modo. Las diferentes obras en las que trabajó, en ocasiones encorsetadas (o ampliadas) por el compromiso colectivo, se caracterizan a la vez por la concreción de sus propuestas políticas y por la solidez de sus principios filosóficos.

Ello no elimina las lagunas que pudieran darse, como la abstracción sobre el papel de las fuerzas armadas durante la revolución o el cambio drástico que se produce en la cuestión del asalto al Estado. Y es que no podemos desligar cada elaboración concreta de su contexto. La primera etapa, de formación de su pensamiento, está claramente orientada hacia la dirección política que debería llevar el PCE; hacia ese objetivo se materializó también la praxis de OPI. Entre 1977 y 1980 se produce una etapa de reflexión ante la derrota que genera la parte más rica de la teoría de Tuya, matizada por la necesidad de supervivencia política de su partido, que para no desaparecer hubo de adscribirse en la corriente prosoviética con magros resultados.

Pero es, sin duda, tras la experiencia del golpe de Estado del 23-F cuando más realista se vuelven las propuestas prosoviéticas, cuando ante el peligro real de involución los análisis teóricos aterrizan y proponen soluciones factibles e inmediatas a dar por una fuerza política existente, que solo debía coaligarse para obtener unos resultados cuya desembo-

³⁵ Entrevista con Luis Cabo, 4 de mayo de 2017, Madrid.

cadura en el socialismo era contingente³⁶. Sin embargo, la brusca desaparición política de Carlos Tuya privó a los prosoviéticos de su mejor intelectual, que no llegó a participar de la constitución del partido comunista que más cerca estuvo de rivalizar con el PCE.

Referencias Bibliográficas

- MOLINERO, Carme; YSÀS, Pere – *De la hegemonía a la autodestrucción: El Partido Comunista de España (1956-1982)*. 1ª ed. Barcelona: Crítica, 2017. 512 p. ISBN 978-84-16771-38-7.
- PEÑA GONZÁLEZ, Víctor – “Los partidos prosoviéticos ante la Transición. El ejemplo de la OPI-PCT”. In AA.VV. – *Las otras protagonistas de la Transición. Izquierda radical y movilizaciones sociales*. Madrid: FSS Ediciones, 2018. ISBN 978-84-87218-23-1. p. 1035-1044.
- PÉREZ SERRANO, Julio – “Orto y ocaso de la izquierda revolucionaria en España (1959-1994)”. In QUIROSA-CHEYROUZE Y MUÑOZ, Rafael (coord.) – *Los Partidos en la Transición: las organizaciones políticas en la construcción de la democracia española*. 1ª ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 2013. ISBN 978-84-9940-629-9. p. 249-291.
- TUYA, Carlos – *Aspectos fundamentales de la revolución española*. 1ª ed. Madrid: PCT, 1977. 205 p. ISBN 978-84-85170-17-3.
- TUYA, Carlos – *La función histórica del Estado y la democracia*. 1ª ed. Madrid: Akal, 1980. 191 p. ISBN 978-84-73394-87-1.

Fuentes

- La Voz Comunista*, año 2, núm. 3, noviembre 1981.
- MRUPC – *Por una democracia sin monopolios hacia el socialismo*. Madrid: MRUPC, 1983. 63 p.
- OPI – *Problemas fundamentales de la revolución española*. 1975. Archivo personal de María Jesús Garrido Romero y Josu Ramos Sánchez.
- Unificación. Portavoz de las Comisiones Preparatorias del Congreso de Unificación de los Comunistas*, núm. 6, mayo 1982.
- UNIFICACIÓN – *Convertir la crisis en cambio político y transformación social*. Madrid: Comisiones Preparatorias del Congreso de Unificación de los Comunistas, 1982. 96 p.

³⁶ MRUPC – Op. Cit., p. 61.

Entrevista con Luis Cabo, 4 de mayo de 2017, Madrid.

Entrevista con José Guerrero, 10 de abril de 2017, Tudela de Duero.

Entrevista con Carlos Tuya, 14 de marzo de 2017, Madrid.

Entrevista con Héctor Maravall, 13 de marzo de 2017, Madrid.

**ARTE CONTEMPORÂNEA NO
CONTEXTO IBERO-AMERICANO
CONTEMPORARY ART IN THE
IBERO-AMERICAN CONTEXT**

Michelle Sales

ORCID: 0000-0003-1589-4003

Resumo

Este texto tem como interesse central estruturar pelo campo das artes, ainda que de modo inicial e parcial, a relação embrionária entre o projeto que constitui a modernidade e a história do colonialismo no espaço ibero-americano, tema que tem sido trazido à baila pela produção de artistas diaspóricos provenientes de países em cujo passado colonial em comum circulam corpos, memórias e afetos como Brasil e Portugal. Há um interesse tácito de revisão histórica da modernidade, a partir do olhar sobre as obras dos artistas que serão aqui analisados, e que acaba por impor uma revisão histórica do próprio colonialismo no espaço ibero-americano. Por outro lado, pensar a memória do colonialismo no espaço ibero-americano impõe, entretanto, um problema geopolítico de redefinição de fronteiras que nos obriga a incluir o trânsito negro no Atlântico de pessoas escravizadas, sequestradas de países tão diferentes entre si como Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, entre outros. Neste ensaio optaremos por incluir, por isso, alguns artistas angolanos diaspóricos, radicados em Portugal, além de portugueses afrodescendentes. A temporalidade escolhida é a produção artística realizada a partir dos anos de 2000.

Palavras-chave: pós-colonial; decolonial; arte contemporânea.

Abstract

This paper has as its central interest to structure through the field of the arts, albeit in an initial and partial way, the embryonic relationship between the project that constitutes modernity and the history of colonialism in the Ibero-American space. This theme has been brought up by the production of diasporic artists from countries in whose common colonial past circulate bodies, memories and affections, such as Brazil and Portugal. There is a tacit interest in the historical revision of modernity, from the perspective of the works of the artists that will be analyzed here, which eventually imposes a historical revision of colonialism itself in the Ibero-American space. On the other hand, reflecting on the memory of colonialism in the Ibero-American space imposes, however, a geopolitical problem of redefining borders that forces us to include the black transit in the Atlantic of enslaved people, kidnapped from countries as different from each other as Angola, Mozambique, Guinea Bissau, among others. In this essay, we will choose to include, therefore, some diasporic Angolan artists based in Portugal, as well as Afro-descendent Portuguese. The chosen period is the artistic production made in the 2000s.

Keywords: post-colonial studies; decolonial; contemporary art.

Matriz colonial de poder e a recusa do pensamento pós-colonial

O fim do colonialismo como estrutura de poder econômico, político e cultural não impediu, entretanto, que formas orgânicas ao modo de pensar e sentir europeus permanecessem ativos e extremamente vivos nas antigas colônias mundo afora. Esse entendimento, a visão de que é questão do século XXI romper com o projeto ocidental de glo-

balização cujo lastro é o percurso da Modernidade/Colonialidade tem ativado, em diferentes níveis, reações contrárias ao imperialismo ocidental, movimentando desde organizações civis, movimentos sociais e coletivos artísticos na América Latina a partir dos anos de 2000, mas não só.

A teoria decolonial que irá se estruturar a partir dos anos de 1990 nos Estados Unidos por intelectuais latinos ali estabelecidos radicaliza a crítica em relação aos estudos pós-coloniais e pós-estruturalistas a partir do argumento fundado no eurocentrismo destas correntes de pensamento. Autores como o peruano Aníbal Quijano e o argentino Walter D. Mignolo elaboram o termo Matriz Colonial de Poder (MCP) para pensar um outro tipo de enfrentamento ao que eles chamam de “colonialismo interno”. Segundo Mignolo,

Entendo a MCP como uma estrutura de gerenciamento (composta de domínios, níveis e fluxos) que controlam e afetam todos os aspectos e trajetórias das nossas vidas. Se observarmos as transformações da MCP desde sua formação no século 16, veremos mutações (em vez de mudanças) na continuidade da orientação discursiva ou narrativa da modernidade e da civilização ocidentais: nos séculos 19 e 20, do cristianismo (católico ou protestante) ao secularismo, liberalismo e marxismo (em outras palavras, da missão cristã à missão civilizatória); e do “progresso” no século 19 ao “desenvolvimento” na segunda metade do século 20¹.

Em continuidade e concordância ao pensamento de Walter D. Mignolo, o pensamento decolonial impôs uma ruptura à lógica da teoria pós-colonial pois quer afirmar não apenas a crise da modernidade, como projeto universal de civilização que está decadente, mas também apresentar a ideia de que o projeto global de ocidentalização do mundo entrou em colapso a partir da força reativa que tem surgido em várias partes do mundo e que reverbera no campo da arte. Ainda segundo Mignolo,

¹ MIGNOLO, Walter – “Coloniality is far from over, and so must be decoloniality”. *Afterall* [Em linha]. London: Central Saint Martins. v. 43 (2017, Spring/Summer), p. 40. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/full/10.1086/692552>.

A ocidentalização do mundo não é mais possível, porque um número cada vez maior de pessoas está resistindo a ser integrada nela. Ao contrário, as pessoas começam a reexistir. Isso significa imaginar um modo de viver suas /nossas vidas em vez de doar nossos corpos e nosso tempo a corporações, nossa atenção e nossa inteligência à insuportável mídia dominante, e nossa energia aos bancos (...) Respostas de diferentes tipos e níveis têm se tornado visíveis, incluindo o aparecimento de projetos de des-ocidentalização (...)².

Tais projetos de desocidentalização implicam novas conexões translocais entre movimentos civis, movimentos sociais e coletividades artísticas não previstas no jogo da globalização, forças que têm atuado do lado de dentro, mas para fora do jogo global da ocidentalização do mundo, numa onda de desglobalização, em profundas conexões translocais e em redes capazes de criar sinergia entre grupos diaspóricos e comunidades locais fortemente assentadas em seus territórios.

De volta à crítica ao projeto da modernidade, como forma de poder inerente a este, o colonialismo constituiu no plano da ficção, da imagem e da cultura delírios de superioridade e supremacia europeia, legitimados pela visão eurocêntrica que se afirma como pensamento *universal*. A vasta produção imagética que sustenta e cria o imaginário do colonialismo reforça ao longo dos séculos valores que subalternizaram, racializaram e tornaram periféricos povos nativos, originários da América Latina, bem como negros escravizados e afrodescendentes. São essas as vozes ocultas pelo projeto da modernidade que ora no século XXI “retornam”, surgindo como “novos atores sociais” a partir das lutas de libertação nacional, das lutas antirracistas, e também das disputas pelo território, lugar constituidor da cultura nativa afro-ameríndia. Dessas lutas, retomam o posto narrativo e a produção simbólica de suas culturas e invadem o campo das artes.

² *Ibidem.*

Sobre o pensamento pós-colonial

A suposta universalidade da modernidade arrasou consigo todos os saberes e culturas locais, ancestrais, comunitárias e não industriais ligadas aos antigos povos originários ou às comunidades periféricas do mundo contemporâneo, erguendo um significativo epistemicídio de forma sistemática e organizada. A estrutura social que consolida a supremacia branca ocidental como sistema político não nomeado impõe, segundo o filósofo afro-americano Charles Mills em *The racial contract* (1997), um Estado racial e um sistema jurídico racial, e determina um tipo de sociedade em que o caráter estrutural do racismo consagra hegemonias e subalternizações racialmente demarcadas. O que é entendido como periférico, subalterno ou marginal revela-se como um importante aparato, um constructo social amplamente demarcado pelo biopoder³, um tipo de poder regulador de vidas e também das ficções e das representações acerca da vida do “outro”.

O contexto pós-II Guerra Mundial, as guerras de libertação nacional em África nos anos de 1950, nomeadamente a Guerra Colonial de Argélia contra o imperialismo francês, ampliaram a dimensão do pensamento e da teoria pós-colonial a partir de nomes como Aimé Césaire, Frantz Fanon e Albert Memmi. É válido afirmar, entretanto, que é possível encontrar autores e pensadores pós-coloniais anteriores a esse período, tendo em conta a forte produção literária na América Latina do século XIX, momento em que vivíamos já um período pós-colonial *avant la lettre* no Brasil e em outros países.

Queremos ressaltar que se depreende do termo *pós-colonial*, de agora em diante, duas vertentes: a primeira diz respeito ao processo de descolonização dos países do “Terceiro Mundo” na segunda metade do século XX e quer dizer por isso libertação, emancipação e independência

³ FOUCAULT, Michel – *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002.

do imperialismo e do colonialismo – tardio se pensarmos que, apenas em 1975, as antigas colônias portuguesas em África tornaram-se livres, logo após o 25 de Abril. As lutas pela independência em África na segunda metade do século XX atribuíram à cultura um forte teor anticolonial, tendo em conta que o processo de descolonização política e econômica não poderia completar-se sem uma descolonização profunda de corpos e mentes. Teve atuação definitiva o intelectual pan-africanista Amílcar Cabral, referência imprescindível que ajudou a estruturar um pensamento pós-colonial para países periféricos como Cabo Verde e Guiné-Bissau, mas não só.

A outra vertente, diz respeito à forma com a qual *pós-colonialismo* refere-se a uma ampla corrente epistêmica, intelectual e política com forte influência no mundo anglo-saxão e de suas antigas colônias, uma área interdisciplinar que agrega vários saberes das Humanidades, desde a crítica literária aos Estudos Artísticos.

Nos anos de 1980, surgem os *subaltern studies* que começaram a ganhar visibilidade fora da Índia, sobretudo através de autores tais como Partha Chatterjee, Dipesh Chakrabarty e Gayatri Chakravorty Spivak. Esta última autora publica um importante artigo em 1985, também convertido já em clássico do pensamento pós-colonial: “Pode o subalterno falar?”, com forte crítica ao pensamento pós-estruturalista de Deleuze e Foucault e que traz novos desafios à teoria crítica feminista.

O grupo indiano tornou-se indispensável na crítica ao pensamento pós-colonial, pois foi o primeiro que apontou para o pós-colonialismo como um movimento intelectual e político com forte ressonância epistemológica. Foram os indianos que começaram a consolidar a ideia de que o colonialismo não é somente um fenômeno político ou econômico, mas um acontecimento cuja dimensão epistêmica está ligada ao próprio nascimento das Ciências Humanas. Ciências, estas que

Criaram um imaginário sobre o mundo social do “subalterno” (o oriental, o negro, o índio, o camponês) que não somente serviu para legitimar o poder imperial no nível econômico e político, mas também con-

tribuiu para criar os paradigmas epistemológicos dessas ciências e gerar identidades (pessoais e coletivas) dos colonizadores e colonizados⁴.

Radicado nos Estados Unidos, o grupo Modernidade/Colonialidade traz novas questões ao debate pós-colonial nos anos de 1990, com forte crítica ao pós-colonialismo, uma vez que toda história de luta e emancipação política e cultural da América Latina estava omissa nos trabalhos anteriores, e lançam a teoria decolonial. Entre os mais conhecidos, Walter Dignolo e Aníbal Quijano são vozes contundentes em relação à necessidade de revisão epistemológica dos estudos pós-coloniais e o consequente descolamento dos autores europeus ou anglo-saxões. Além disso, os latinos impõem um “giro decolonial”, ou seja, uma revisão epistemológica profunda capaz de romper com as matrizes eurocêntricas e criar novas bases de conhecimento latino-americano, preparadas para, por exemplo, integrar os saberes marginalizados pelo conhecimento científico tradicional. Enquanto a trajetória do pensamento pós-colonial na Europa impõe uma agenda que refere a uma certa historicidade do colonialismo (antes e depois), a decolonialidade busca romper de forma mais sistemática com o eurocentrismo.

Uma das ideias-chave do grupo, a “colonialidade do poder”, expõe que as relações de colonialidade não terminaram com o fim do colonialismo e, por isso, as mentalidades continuam a ser colonizadas na América Latina, ainda nos séculos XX e XXI. Além disso, o grupo consolida uma forte crítica ao projeto da modernidade ao associá-lo diretamente ao colonialismo e suas perversas práticas: escravidão, extrativismo, patriarcado.

Para o grupo latino-americano, a ideia de que para romper com a estrutura da modernidade/colonialidade é necessário uma ruptura

⁴ CASTRO-GÓMEZ, Santiago – “Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da ‘invenção do outro’”. In LANDER, Edgardo (org.) – *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 20.

ampla com os mecanismos de uma sociedade patriarcal de matriz moral conservadora cristã/católica acompanha, no campo da cultura e das artes, uma irrupção de novas vozes nas décadas subsequentes e traz novas frentes de atuação ao pensamento pós-colonial/decolonial em consonância com o movimento LGBT, os estudos *queer* e a quarta onda do feminismo internacional.

O campo das artes

A discussão pós-colonial é relativamente recente, em termos de visibilidade, no contexto dos países de língua oficial portuguesa, como Brasil e Angola. Com percursos marcadamente muito distintos, a arte contemporânea em Angola e no Brasil tem permitido dar a ver o trabalho de inúmeros artistas cuja obra toca questões relativas ao passado e à memória colonial, marcadamente a partir dos anos de 2000. Em Portugal não será diferente. Apesar de crescente o interesse científico e cultural por parte das instituições culturais portuguesas da temática pós-colonial, destaco aqui os seguintes programas surgidos no século XXI: “Réplica e Rebelia” (2006), “O Estado do Mundo (2006-2007), “Distância e Proximidade (2008)”, “Africa.cont” (2009) e “Próximo Futuro (2009-2011)”, todas realizadas pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Ao lado de iniciativas institucionais como as apontadas acima, surge também uma produção artística independente e autoral, movida pelo fluxo migratório de Angola para Portugal, sobretudo durante a Guerra Civil em Angola (1975-2002). Não cabe neste artigo explorar de maneira mais aprofundada os inícios da produção contemporânea das artes visuais em Angola, entretanto, é importante referir que grande parte dos artistas que hoje despontam como nomes imprescindíveis para a compreensão da arte contemporânea em Angola surgem ou adquirem visibilidade sistemática com a iniciativa da Fundação Sindika Dokolo e a Trienal de Luanda a partir de 2007. Um dos primeiros artistas que irá despontar

neste contexto “pós-colonial português” é o angolano Yonamine Miguel cuja instalação *Tuga Suave* (2008) trago algumas imagens abaixo:

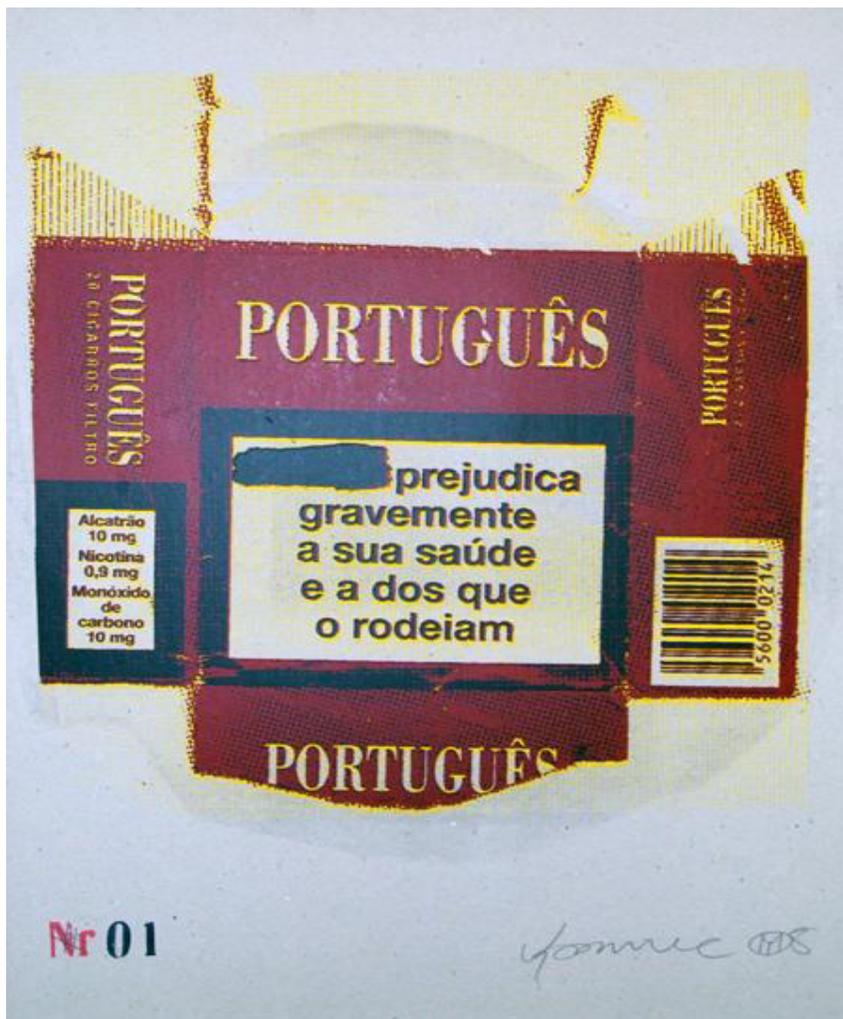


Fig. 1: *Português prejudica*, serigrafia sobre cartão, Yonamine, Galeria 3+1, Lisboa, 2008. Fonte: imagem de divulgação.

Em toda instalação, o artista enfrenta o tema do apagamento. Apagamento que pode ser lido como uma cicatriz consequente do processo de colonização portuguesa nos países africanos, mas também de um

apagamento subjetivo, identitário que Yonamine nos chama a atenção quando toca no tema das migrações e dos trânsitos culturais originados no refluxo pós-colonial da Europa contemporânea.

No maço de cigarro, “português prejudica gravemente a sua saúde e a dos que o rodeiam”, Yonamine transforma, de maneira sarcástica, a orientação geral de consumo num enfrentamento e toca o cerne político da lusofonia, consequência “natural” do colonialismo: a língua portuguesa. A metáfora trazida pela imagem quer revelar um olhar opositor não só para a língua, mas também para “o mundo que o português criou” num claro posicionamento anticolonial. Essa exposição de Yonamine confronta também, a meu ver, o projeto em curso de fins dos anos de 1990 que configurou a CPLP, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, cuja intenção é fomentar um espaço cultural e político de trocas em nome de uma suposta “irmandade linguística”. Cicatriz do passado colonial, a língua torna-se um espaço de luta e contestação cultural e política através do trabalho de Yonamine. Além disso, a ideia de que “português prejudica gravemente a sua saúde” faz alusão, ou tem como lastro, a luta anticolonial de pensadores como o médico Frantz Fanon, que defendeu sempre o pensamento de que o colonialismo causa danos crônicos, por vezes irreversíveis, à saúde mental dos colonizados.

Ao lado do apagamento, *Tuga Suave* também fala de certo acúmulo. As pilhas de jornais e as telas que sobrepõem diferentes camadas de informação revelam o caldeirão cultural de um país marcado pelo passado colonial. Assim, como é visível no percurso artístico de muitos artistas brasileiros, o hibridismo, a superposição, a colagem e o uso de técnicas variadas tornam o trabalho de Yonamine um eco natural da mestiçagem cultural em que o artista está inserido, como comenta Luiz Camillo Osório:

A própria forma de apresentação do trabalho fala do que é próprio ao mestiço. O todo é diferente da mera soma das partes e estas permanecem vivas dentro do todo. Várias peças distintas se misturam e se tornam uma só, sem perder seus traços particulares e sem recusar

uma nova unidade temporária. Os jornais espalhados pela galeria e as serigrafias disseminadas nas paredes são a liga da exposição, dando o carácter de instalação à obra. A imagem gravada nas serigrafias é a de um congresso africano após as guerras coloniais. Entremeando-as aparecem outras serigrafias alterando frases contidas em maços de cigarro onde se lê coisas do tipo “Português prejudica gravemente sua saúde e a dos que o rodeiam”. O humor ácido e a crítica ferina surgem também em um vídeo projectado dos dois lados de uma tela, na qual o artista colou uma notícia abordando a imigração. De um lado, vemos a imagem do próprio artista diante de uma parede de jornais que se incendia e, de outro, uma mão esfregando uma folha de jornal, como se quisesse apagar ou limpar a notícia⁵.

Há um clima geral neste trabalho de Yonamine que confronta o passado colonial, as lutas de libertação e o presente caótico contemporâneo que sugere o convívio harmonioso entre ex-colonos e ex-colonizados no tal mundo lusófono. O título geral do trabalho de 2008, *Tuga Suave*, faz alusão a um tipo de pensamento ainda muito recorrente no imaginário popular português acerca do colonialismo: a ideia de que o tipo de colonização realizada por Portugal foi um colonialismo brando, que se dedicou às misturas, uma ocupação que acabou por entremear afetos e trocas culturais de forma “natural”. *Tuga Suave* é um confronto direto com os tais “brandos costumes” de António Salazar, é uma menção direta ao passado colonial, como comentei, mas também ao apagamento sistemático das culturas e identidades negras ao longo do processo colonial, como foi explicitado por diferentes pensadores africanos como o guineense Amílcar Cabral, para quem a luta pela libertação nacional era substancialmente um embate contracultural.

O pensamento luso-tropicalista de Gilberto Freyre, aliado às políticas conservadoras em relação às ex-colônias africanas, permitiram que a violência inerente ao colonialismo estivesse obscurecida através de um olhar míope que escondeu o racismo e o escândalo da colonização durante séculos. A lusofonia, a cultura “lusófona” dos países “lusófonos”

⁵ OSÓRIO, Luiz Camilo – “Yonamine”. *Buala* [Em linha]. 12/04/2010. [Consult. 10 jan. 2019]. Disponível em: <http://www.buala.org/pt/cara-a-cara/yonamine>.

têm, por isso, como lastro essa violência, a imposição da língua, a normatização da fala, dos corpos e dos imaginários. Por isso, também é a língua como matriz de poder e resíduo do colonialismo que permeia trabalhos distintos da artista portuguesa Grada Kilomba e da artista brasileira Jota Mombaça que são aqui abordados.

O trabalho artístico de Grada Kilomba é alimentado, em grande parte, pela escrita e pela trajetória acadêmica da artista. A publicação de *Plantation Memories* em 2010 pela editora alemã Unrast antecipa, no formato acadêmico, boa parte da produção artística a partir daí.

Grada participa da 32ª Bienal de Arte de São Paulo com o trabalho *The desire project*, uma obra instalativa cuja centralidade estética está na palavra e é dividida em três partes: “While I walk”, “While I speak”, “While I write”. Considerada uma das obras políticas mais fortes da Bienal de 2016, o trabalho de Grada repõe a questão central do pensamento pós-colonialista sobre quem pode falar, parafraseando o texto de Spivak dos anos de 1980, e atualizando a pergunta da escritora indiana ao questionar também “Sobre o que podemos falar?”

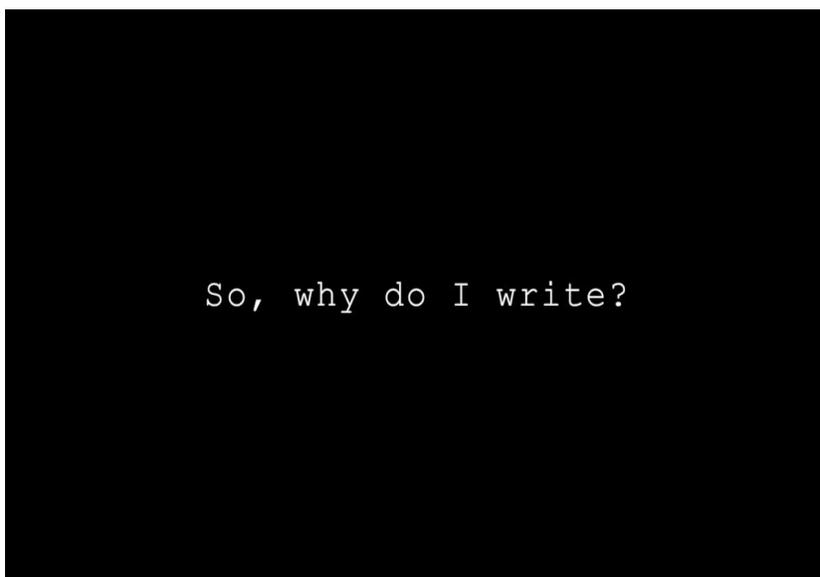


Fig. 2: Fotograma de *The Desire Project* [O projeto desejo], 2015-2016.

Como em *Plantation Memories*, Grada percorre espaços de sua memória pessoal e de infância para reconstruir, de maneira performativa, uma voz interdita e silenciada. Seu trabalho tem na experiência individual, de construção própria do *self*, da identidade, o lugar privilegiado de análise das marcas permanentes do colonialismo e do racismo.

O trabalho referido da Bienal no Brasil dá origem à exposição *Secrets to Tell* (MAAT, 2018), cuja metáfora que permeia o trabalho é a imagem da escrava Anastácia, familiar ao público brasileiro, tendo sido esta convertida numa espécie de divindade ou entidade, que pode interceder pela vida dos negros e negras em sofrimento. Grada Kilomba invoca sua memória familiar para contar da relação com esta imagem/entidade:

Na sala de estar da minha avó, havia uma imagem da Escrava Anastácia por cima do sofá, no lado esquerdo da parede. Todas as sextas-feiras, nós colocávamos uma vela, uma flor branca, um copo de água limpa, e uma tijela de café fresco – sem açúcar. A minha avó costumava contar como Escrava Anastácia tinha sido encarcerada numa máscara, por falar palavras de emancipação durante a escravatura, e eu, dizia a minha avó, dever-me-ia sempre lembrar dela⁶.

⁶ KILOMBA, Grada – *Secrets to Tell*. Lisboa: Fundação EDP, 2018. p. 7.



Fig. 3: Exposição *Secrets to Tell*, MAAT, Lisboa, 2018.

A imagem da escrava Anastácia com uma máscara em sua face circunda o trabalho de Grada Kilomba desde seu texto acadêmico mais conhecido *Plantation Memories*, não só porque reclama um olhar opositivo interseccional para a arte, mas também porque a artista portuguesa parte de cicatrizes pessoais, memórias familiares e de sua própria subjetividade marcada pelo racismo para construir um percurso autoral e independente através de sua obra. A máscara sempre repõe o interdito, as vozes silenciadas e as histórias não narradas, sacrificadas pelo colonialismo e porque, segundo Grada,

The mask, therefore, raises many questions: Why must the mouth of the Black subject be fastened? Why must she or he be silenced? What could the Black subject say if her or his mouth were not sealed? And what would the white subject have to listen to? There is an apprehensive fear that if the colonial subject speaks, the colonizer will have to listen. She/he would be forced into an uncomfortable confrontation with 'Other' truths. Truths that have been denied, repressed and kept quiet, as secrets. I do like this phrase "quiet as it's kept." It is an expression of the African Diasporic people that announces how someone is

about to reveal what is presumed to be a secret. Secrets like slavery. Secrets like colonialism. Secrets like racism⁷.

Também é pela força da palavra que se estrutura o percurso da artista brasileira trans Jota Mombaça. Parto da análise da exposição *A gente combinamos de não morrer*, realizada em Lisboa em 2018 no EGEAC e inspirada na obra homônima da escritora negra Conceição Evaristo *Olhos d'Água*. Fazem parte da exposição as obras *Mundo=Ferida*, *A ferida colonial ainda dói*, *Volume 6*, *O mundo é meu trauma* e *Não vão*, além da *performance* em homenagem à travesti brasileira Gisberta, assassinada no Porto em 2006 por um grupo de jovens portugueses.



Fig. 4: *A gente combinamos de não morrer*, Jota Mombaça, EGEAC, Lisboa, 2018. Fonte: imagem da autora.

A questão decolonial no trabalho de Jota Mombaça encontrou um percurso sólido de reivindicação de direitos que acompanha diferentes movimentos sociais no Brasil como o movimento LGBTQueer e também o movimento negro. Assim como em Grada Kilomba, há na

⁷ KILOMBA, Grada – *Plantation Memories. Episodes of everyday racism*. 2ª ed. Berlin: Unrast Verlag, 2010. p. 20.

produção artística de Jota o interesse na construção de uma visão de mundo interseccional capaz de relacionar diversos níveis de opressão ao corpo, tais como gênero, raça e sexualidade. Mais uma vez, o texto de Spivak “Pode o subalterno falar?” é recuperado e também atualizado, dando origem ao texto ensaístico de Jota “Pode um cu mestiço falar?”, acrescentando ao projeto decolonial rupturas que envolvem o imaginário colonizador de opressão sobre os corpos e sobre as sexualidades.

Recupero aqui uma entrevista que a artista cedeu ao grupo de pesquisa África nas Artes (CAHL/UFRB), na ocasião da Conferência “Ecos do Atlântico Sul”, realizado pelo Instituto Goethe, em Salvador, em 2018. Quero partir de um ponto específico desta entrevista, na fala da artista sobre a autodefinição e os desdobramentos da questão identitária no mundo das artes. Reclamar para si uma autodefinição, no caso de Jota, “artista bicha, nordestina, não binária”, que foge às definições normativas que o mundo da arte dispõe, e, em contrapartida, reagir à hiperdefinição da sua prática artística, abordando temas e questões que estão para muito além do binômio raça-gênero. Um esforço ambivalente e “violento”, uma tentativa de performar outras experiências, outras vidas e outros mundos – que não aqueles que o cotidiano e o imaginário cisheteronormativo preveem, inclusive para a própria experiência estética.

Chamo a atenção para essa resistência à hiperdefinição como força de travessia em direção a novos horizontes pós-coloniais ou decoloniais diante de um mundo em crise, ou seja, como uma forma de atravessar o caos político-social em que vivemos, e fazer perdurar agendas progressistas contidas na luta identitária tão presente na obra de Jota, mas não só:

Tem um duplo movimento. Auto-definir, para reclamar um lugar historicamente apagado e um lugar tendencialmente subsumido pelas narrativas hegemônicas e ao mesmo tempo lutar contra a hiper-definição, lutar contra a hiper-circunscrição do meu trabalho a uma zona muito

pequena quando na verdade eu estou interessado em muitos outros assuntos que excedem essas minhas definições⁸.

Acho que esse duplo movimento é um ponto importante para ser desenvolvido enquanto pensamento estratégico para uma atitude decolonial, enquanto artista brasileira, mas não só. A questão que Jota levanta, de forma muito habilidosa, não é a de simplesmente marcar uma fala enquanto corpo negro-bicha-nordestina, mas também (e principalmente) a partir daí produzir um lugar de enunciação que gera por si “violência”, ou como ela prefere definir, *redistribui a violência*. Violência em oposição aqui à ideia de segurança – e por segurança me refiro ao desejo incontido da consciência branca em preservar sua vida em detrimento de outras, e capaz de erguer literalmente um mundo sólido a seu favor em detrimento do outro racializado e periférico.

É a “língua bifurcada”, a inteligência malandra, pouco óbvia, da ironia e do sarcasmo tão presente na cultura popular brasileira que é resgatada no projeto de Jota, não só como estética de criação, mas como forma de resistência e existência política para corpos e vidas negras – constantemente em jogo e em risco.

A complexidade da vida em risco e das estratégias racistas da necropolítica⁹ dos Estados exige uma reconfiguração das agendas que buscam representatividade e o não apagamento. Em que sentido? Segundo Jota é preciso consolidar o fato de que “a visibilidade não nos protege”, é preciso entender os espaços de enunciação de corpos negros, trans e subalternizados como espaços de potência de atuação no mundo de forma pouco óbvia:

não ser silenciada e ainda assim não ser completamente traduzida.
Incorporar uma forma de resistência que está nessa ambiguidade, nessa

⁸ ÁFRICA NAS ARTES – “[parte 1] Autodefinição” [Registo vídeo]. *Youtube* [Em linha]. 2/10/2018 (3:18 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vztLjfYPYs>.

⁹ MBEMBE, Achille – *Necropolítica*. 3ª ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

opacidade. Chegou a hora, já passou da hora talvez de reivindicar também junto com o direito à visibilidade, ao direito à representatividade, o direito à opacidade¹⁰.

Conclusões Parciais

É importante retomar aqui novamente o percurso de como essa “agenda pós-colonial” insere-se no contexto artístico “lusófono” e vou recomençar para referir o caso português pela exposição de 2006 *Réplica e Rebeldia*. Esta exposição, comissariada por António Pinto Ribeiro e financiada pelo Instituto Camões, reuniu 35 artistas provenientes do Brasil, Angola, Moçambique e Cabo Verde. Uma das primeiras exposições de artes plásticas que traz consigo a ideia ou o desejo de cooperação internacional entre países “lusófonos” e que, após a abertura em Maputo, esteve disponível para visitaçào nos outros países que compõem o catálogo.

O título por si levanta uma série de questões: ao colocar a ideia de réplica, o curador sugere (e sustenta textualmente) que a arte africana, em seus inícios, foi muito devedora da arte europeia, tendo funcionado quase sempre como uma tentativa de cópia (quase sempre mal feita), um pouco à maneira como a educação no campo das artes pensa o processo de aprendizagem do ofício das artes – através da repetição da feitura de cópias e moldagens de obras artísticas europeias.

A rebeldia só viria depois, numa segunda fase. Numa fase em que, supostamente, os artistas “lusófonos” virariam de costas para essas referências europeias. Entretanto, pensar a construção de uma cultura nacional a partir da rebeldia, sabendo que os países africanos ex-colonizados apenas muito recentemente após a descolonização é que conseguiram efetivamente organizar estruturas e instituições nacionais

¹⁰ ÁFRICA NAS ARTES – Op. Cit.

(parcialmente) livres da dominação colonial, coloca novamente no centro a matriz europeia – que está lá para ser negada. A exposição de António Pinto Ribeiro não consegue fugir a essa encruzilhada pós-colonial – que parte sempre da centralidade cultural europeia, seja para reivindicá-la, desconstruí-la ou criticá-la. Mesmo tendo servido à promoção de artistas africanos até então marginalizados no circuito global das artes (como o Yonamine que abre esse texto, por exemplo), é uma curadoria que não foge à tentação eurocêntrica e de uma certa perspectiva ainda colonial. Tem o mérito de ter sido uma das primeiras exposições a sinalizar que, também do ponto de vista artístico, temos aqui um grave problema no que diz respeito às práticas culturais que são produzidas entre as ex-colônias ou entre a antiga “metrópole” e suas ex-colônias.

De 2006 para cá, a crítica em relação à atitude colonialista dos museus e dos curadores tem-se tornado inadiável, centralizando a questão de quem narra, quem ocupa a centralidade do posto narrativo e tornando-se, por isso, incontornável a presença de vozes marginalizadas de artistas e curadores negros ou afrodescendentes ao redor do mundo em diversas instituições de arte, mas sobretudo na Europa, onde o tema das restituições de obras africanas obtidas por pilhagem durante o período colonial também está em cima da mesa.

Tal agenda tem invadido, da mesma forma, as instituições brasileiras, caso do MASP e também da Pinacoteca de São Paulo que, no ano de 2018, lançaram “o ano da arte negra” no Brasil. Cumpriu uma enorme função histórica, por exemplo, a Exposição *Histórias Afro-Atlânticas* que reuniu uma seleção de 450 trabalhos de 214 artistas, do século XVI ao XXI, em torno dos “fluxos e refluxos” entre a África, as Américas, o Caribe, e também a Europa, como também foi fundamental a exposição individual da artista Rosana Paulino, *A Costura da Memória*, também em 2018. Ambas exposições sinalizam uma viragem no campo das artes, um furo no bloqueio causado durante séculos pelo projeto de embranquecimento da sociedade brasileira.

Os três artistas aqui analisados operam um trânsito cultural feito até então de modo muito rarefeito entre Brasil, África e Portugal. É importante lembrar que Yonamine já expôs no Brasil no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro e na Caixa Cultural do Rio de Janeiro, que Jota Mombaça esteve em diferentes instituições portuguesas e brasileiras entre artistas negros afrodescendentes no Brasil e em Portugal e que, enquanto escrevo essas linhas, a exposição *Desobediências Poéticas*, de Grada Kilomba, está em cartaz na Pinacoteca de São Paulo (2019). Parece haver, talvez de forma inaugural, uma sinergia de forças no campo das artes do espaço “lusófono” que reverbera questões que rompem com velhos paradigmas coloniais de memória e representação.

Do início do século XXI para cá, não apenas no Brasil, mas ao redor do mundo, cada vez mais artistas negros, afrodescendentes, subalternos pós-coloniais e decoloniais conseguem efetivamente roubar o posto narrativo que sempre lhes foi negado e ocupar a centralidade da cena artística, redefinindo novos parâmetros da função social do artista em pleno cenário de caos sócio-político-ambiental em que vivemos.

Referências Bibliográficas

- CASTRO-GÓMEZ, Santiago – “Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da ‘invenção do outro’”. In LANDER, Edgardo (org.) – *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. ISBN 987-1183240. p. 80-87.
- FOUCAULT, Michel – *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002. 160 p. ISBN 978-8585936488.
- KILOMBA, Grada – *Plantation Memories. Episodes of everyday racism*. 2ª ed. Berlin: Unrast Verlag, 2010. 151 p. ISBN 978-3-89771-485-4.
- KILOMBA, Grada – *Secrets to Tell*. Lisboa: Fundação EDP, 2018. 120 p. ISBN 978-972890944-4.
- MBEMBE, Achille – *Necropolítica*. 3ª ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p. ISBN 978-8566943504.
- MIGNOLO, Walter – “Coloniality is far from over, and so must be decoloniality”. *Afterall* [Em linha]. London: Central Saint Martins. v. 43 (2017, Spring-Summer), p. 38-45. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/full/10.1086/692552>. ISSN 2156-4914.

MOMBAÇA, Jota – “Pode um cu mestiço falar?”. *Medium* [Em linha]. 7/01/2015. Disponível em: <https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mestico-falar-e915ed9c61ee#.ehlvoax43>.

OSÓRIO, Luiz Camilo – “Yonamine”. *Buala* [Em linha]. 12/04/2010. [Consult. 10 jan. 2019]. Disponível em: <http://www.buala.org/pt/cara-a-cara/yonamine>.

Vídeos

ÁFRICA NAS ARTES – “[parte 1] Autodefinição” [Registo vídeo]. *Youtube* [Em linha]. 2/10/2018 (3:18 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vztLjfjYPYs>.

(Página deixada propositadamente em branco)

**TRADIÇÃO E MODERNIDADE NA MEMÓRIA
FÍLMICA SOBRE O IMPÉRIO COLONIAL
PORTUGUÊS (1940-2018)**
**TRADITION AND MODERNITY IN FILMIC
MEMORY ABOUT THE PORTUGUESE
COLONIAL EMPIRE (1940-2018)**

Jorge Seabra

ORCID: 0000-0002-6087-0302

Resumo

Este texto aplica os conceitos bobbianos de “tradição” e “modernidade” à ficção cinematográfica portuguesa sobre o império colonial, produzida entre 1940, data da primeira obra sobre o tema, e 2018, ano em que surgiu a última com o mesmo tipo de assunto. Deste confronto entre “tradição”, entendida como “é bom aquilo que dura”, e “modernidade”, compreendida como “é bom aquilo que muda”, verifica-se que existe um longo convívio na ficção cinematográfica entre os dois conceitos. No caso da “tradição” prolonga-se para além do fim do império colonial (1974), já em relação à “modernidade” surge antes do ocaso do império. Ou seja, são dois conceitos que convivem duravelmente ao longo de 78 anos, reforçado ainda pela intensa e obsessiva produção dos cineastas portugueses, apresentando a média estatística de uma obra por ano entre 1940 e 2018.

Palavras-chave: memória fílmica; cinema e tradição; cinema e modernidade; cinema e império.

Abstract

This text applies the bobbian concepts of “tradition” and “modernity” to Portuguese cinematographic fiction about the co-

lonial empire, produced between 1940, the date of the first work on the subject, and 2018, the year in which the last one appeared with the same type of subject. From this confrontation between “tradition”, understood as “what lasts is good”, and “modernity”, understood as “what changes is good”, it appears that there is a long coexistence in cinematographic fiction between the two concepts. In the case of “tradition”, it extends beyond the end of the colonial empire (1974), whereas in relation to “modernity”, it appears before the demise of the empire. In other words, these are two concepts that have coexisted for 78 years, further reinforced by the intense and obsessive production of Portuguese filmmakers, presenting the statistical average of one work per year between 1940 and 2018.

Keywords: film memory; cinema and tradition; cinema and modernity; cinema and empire.

Na linha do pensamento de Norberto Bobbio, vamos assumir neste texto a palavra *tradição* com uma semântica que remete para o pensamento conservador, pressupondo “uma conceção estática da história: é bom aquilo que dura”, e o termo *modernidade* com uma significação revolucionária, cujo dinamismo radica na ideia de que “é bom aquilo que muda”¹.

Em segundo lugar, salientar que a produção global apresentada pela ficção cinematográfica portuguesa sobre o império colonial é o tema mais obsessivamente tratado pelos realizadores nacionais desde que surgiu a primeira obra sobre o assunto. Entre 1940, ano da primeira ficção, *O feitiço do império* (Ribeiro, 1940) e 2018, data de *Peregrinação*

¹ BOBBIO, Norberto – “Estado”. In *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: INCM, 1989. vol. 14, p. 239-246.

(Botelho, 2018), ao longo de 78 anos, verifica-se a realização média de uma obra por ano, no qual a produção existente depois da queda do Estado Novo já supera a que foi efetuada durante o tempo de Salazar e Caetano.

A tradição e o destino coletivo

A tradição aparece-nos na ficção cinematográfica tendo sempre subjacente a defesa e a manutenção do império, de acordo com o princípio anteriormente referido de que “é bom aquilo que dura”. Esta ideia desdobra-se em três características nucleares, que são: a) a existência de personagens que assumem a missão civilizadora como destino coletivo; b) a visão paradisíaca sobre os territórios de além-mar; e finalmente, c) a existência de regressos felizes dos territórios coloniais.

Relativamente às personagens que representam a defesa do destino coletivo ultramarino, fazem-no como se fosse uma missão, ao serviço da qual a vida é um valor irrelevante, aspetos que se enquadram nos temperamentos épicos e trágicos² (Augé, 1994), para os quais a luta e a sobredeterminação dos valores nacionais é prioritária.

Chaimite (Canto, 1953) é seguramente das primeiras obras onde aquele perfil se manifesta, nomeadamente através de Mouzinho de Albuquerque (Jacinto Ramos) e Paiva Couceiro (Jorge Brum do Canto), personagens que caminham ao longo da narrativa indiferentes ao perigo que as rodeia, apresentando-se ainda determinados a fazer cumprir a lei colonial que representam junto dos africanos revoltados no território moçambicano.

² AUGÉ, Marc – “Heróis”. In *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: INCM, 1994. vol. 30, p. 128-148.

Na mesma linha, Luís Vaz (António Vilar), em *Camões* (Barros, 1946), reergue a bandeira impropriamente descaída no mastro, depois de um combate com os mouros em defesa de uma praça marroquina, e em resultado do qual vai ficar sem uma das vistas, perda que é desvalorizada pelo protagonista, face ao que fora mantido na posse das forças lusas.

Também o soldado Salvador (Miguel Guilherme) de *Non, ou a vã glória de mandar* (Oliveira, 1990), agora tendo já como «tempo da história» a guerra colonial³, defende que é o patriotismo que o leva a estar ali a defender pelas armas aquilo que designa como “território português”. Ou então Forza Leal (Adriano Luz), em *A costa dos murmúrios* (Cardoso, 2004), tendo também como pano de fundo o mesmo conflito da narrativa anterior, que atua e doutrina os seus subordinados em nome da lei colonial instituída, não obstante o perfil sádico e racista que ostenta.

Relativamente à visão paradisíaca dos territórios ultramarinos, é uma ideia que se constrói cruzando narrativas onde subjaz harmonia entre colonos e colonizados, que coexistem pacificamente, nas quais o trabalho é um fator produtivo e desmobilizador de conflitos, ou ainda através das memórias de tempos felizes vividos nos territórios. Todas essas obras confluem, em conjunto, não obstante a distância temporal que por vezes existe entre si, para a afirmação dos espaços coloniais como lugares paradisíacos, que devem ser mantidos e geridos proativamente pelos agentes coloniais.

Refiram-se, a título de exemplo, o enaltecimento do desenvolvimento colonial que *O feitiço do império* apresenta (Ribeiro, 1940); as boas relações laborais entre brancos e africanos presentes em *Chaimite* (Canto, 1953); o valor construtivo do trabalho e simultaneamente fator desmobilizador da guerrilha colonial em *O Zé do burro* (Ferreira, 1971); a coexistência pacífica entre portugueses e macaenses, em finais do século

³ SEABRA, Jorge – *Cinema. Tempo, memória, análise*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014b. p. 284.

XIX, que *Amor e dedinhos de pé* desenvolve (Rocha, 1992); o convívio pacífico entre cabo-verdianos e portugueses que *Ilhéu de contenda* exprime, em 1964, com a guerra colonial a decorrer na Guiné (Lopes, 1995); e, para finalizar, a evocação dos tempos felizes que Aurora (Laura Soveral) viveu no Monte Tabu, também em pleno período da guerra colonial moçambicana (Gomes, 2012).

Quanto às obras que têm subjacente regressos do Ultramar, atendendo à importância ideológica que o império colonial tinha para a identidade do Estado Novo, é estranho que apenas nos surja uma obra onde o retorno seja concebido como algo feliz, especialmente devido à evolução adquirida pelas personagens relativamente ao momento em que partiram.

O caso surge-nos em *29 irmãos* (Fraga, 1965), com Ilídio (José de Castro) a regressar da guerra colonial e à aldeia que o viu partir, protagonizando o salvamento de uma criança de morrer afogada, através da aplicação das técnicas de sobrevivência que aprendera no Ultramar, ante a passividade geral das gentes da aldeia, como se estivessem perante o irremediável. É nesse ato de agir de forma diferente, relativamente aos demais, que deduzimos a evolução do regressado, inferindo-se que a participação no conflito o tornou mais forte e habilitado para a vida, representando uma experiência positiva para a personagem e, no limite, não fora a sua ida para a guerra e o seu comportamento perante a dramática situação seria idêntica à dos restantes, do qual resultaria o falecimento da infeliz.

Deste modo, nas narrativas em que a tradição está presente, os territórios ultramarinos são concebidos como fazendo parte da missão civilizadora lusa, com personagens, quais heróis-guerreiros, que lutam e defendem esse destino como se fosse uma missão vital; os espaços coloniais são projetados numa lógica de harmonia entre agentes coloniais e colonizados, onde a paz e o desenvolvimento em benefício de todos são recordados de forma nostálgica mas feliz, ou como algo a manter na posse portuguesa; finalmente, apenas encontramos

uma obra que define a experiência ultramarina como algo enriquecedor para os retornados.

A modernidade como superação crítica da tradição colonial

Falar de modernidade a partir do cinema português com referente colonial, é sinónimo de narrativas onde surge a consciência e a reflexão sobre as consequências causadas pela existência do império, entendido como território que se estende para além do espaço natural de origem. Habitualmente são narrativas sombrias, nas quais a trilogia anteriormente referida, sobre as personagens, os territórios e os retornos, é concebida de forma diferente, podendo estar subjacente alguma crítica ao pensamento colonial, hipótese que, no entanto, não deve ser assumida como linear.

Agora os heróis são personagens que transportam angústias pessoais, que sentem o peso da separação e da mobilização para a guerra colonial, são frágeis, já não se distinguem pela coragem e pela nobreza do serviço pátrio, pelo contrário, é a assunção da sua condição humana, com dúvidas, incertezas e receios que os distinguem. Caldas Xavier (Augusto de Figueiredo), um dos heróis de *Chaimite*, morre deixando a família abandonada e sem apoio; João (João Mota), em *O mal-amado* (Silva, 1971), vive angustiado pela possibilidade de ser mobilizado para o conflito ultramarino; Ilídio, o mesmo que salvou a rapariga do afogamento em *29 irmãos*, apesar de regressar feliz à sua terra e à noiva, não esquece o *stress* das operações militares, que relata de forma tensa aos amigos e familiares da aldeia, narrando a operação que levou à tomada do Monte da Pedra Verde; furriel Augusto (Luís Lucas), em *Um adeus português* (Botelho, 1985), é uma personagem que carrega o peso da solidão e da separação da família no palco longínquo da guerra colonial, espaço onde virá a encontrar a morte; é também alferes Cabrita (Luís Miguel Cintra) que, em *Non, ou a vã glória de mandar* (Oliveira,

1990) conjuntamente com os seus colegas, reflete sobre a insensatez da guerra, na qual virá a perecer a 24 de abril de 1974; ou ainda a angústia do alferes Gaio (Marco de Almeida), em *20,13* (Leitão, 2006), por estar a cumprir um serviço militar de que discorda.

Como se percebe, a angústia dos heróis, apesar de ser dominante em narrativas de cariz oposicionista relativamente ao Estado Novo, também está presente em obras que são próximas daquele regime, casos de *Chaimite* e *29 irmãos*, pelo que, interessando-nos o que é transversal e não aquilo que as cinde, o que queremos salientar é o facto de estas personagens se apresentarem com características comuns, onde a angústia, o medo, a incerteza e a solidão dominam.

Relativamente aos territórios, aos agentes coloniais ou colonizados, surgem personagens que regridem civilizacionalmente com a partida para África, como é o caso de Bernardo Costa (Vasco Santana), em *O Costa de África* (Mendes, 1954), surgindo numa curta passagem por Lisboa com uma rudeza e agressividade notórios em relação aos familiares e amigos, com um racismo evidente em relação aos africanos, concebendo ainda a mulher como um bem material descartável⁴. Na mesma linha do perfil anterior, emerge também o colono corrupto que, sob o manto prestigiado das funções empresariais e de ações sociais que pratica, dedica-se de forma criminosa e ilícita ao tráfico de diamantes, observável na obra de Artur Semedo, *Malteses, burgueses e às vezes...* (Semedo, 1971), uma narrativa carregada de ironia sobre o colonialismo português.

Contudo, paralelamente a esta visão sombria sobre os agentes e os territórios coloniais, aparece durante o Estado Novo uma nova tendência, que aceita as consequências do império como facto irreversível na história portuguesa, anunciando uma perspetiva que contesta a superioridade racial e civilizacional que sempre caracterizou o discurso do regime. É o

⁴ SEABRA, Jorge – *África nossa. O império colonial na ficção cinematográfica portuguesa (1945-1974)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014a. p. 284.

caso de *Nojo aos cães* (Macedo, 1970), obra de cariz muito experimental de António de Macedo, com um momento em que é advogada de forma genuína a defesa da multirracialidade, sem as finalidades político-ideológicas que o Estado Novo teorizou longamente, ou ainda de *Índia* (Faria, 1972), cujo enredo se baseia num relacionamento amoroso entre raças diferentes, no caso entre um europeu e uma indiana.

Finalmente, nas narrativas sobre o retorno existe uma acusação latente sobre o império, como se este fosse a razão profunda de angústias pessoais e familiares, derivadas do cumprimento de obrigações impostas pelas opções políticas do Estado. *Mudar de vida* (Rocha, 1966), realizado em plena guerra colonial, é o primeiro exemplo que gostaríamos de trazer à discussão como exemplo gerador de infelicidade sentimental e profissional. Adelino (Gerardo del Rey) regressa da guerra colonial com uma incapacidade física, que o obriga a mudar de profissão e, simultaneamente, a desistir do amor de Júlia (Maria Barroso) apesar da manutenção do vínculo afetivo entre ambos. Ou seja, o império e as opções políticas do Estado surgem aqui a sobredeterminar a vida individual, obrigando os cidadãos a lutarem por um desígnio que lhes foi imposto, do qual derivam consequências físicas e sentimentais irreversíveis, que academicamente não existiriam se essa imposição não fizesse parte daquele tempo.

Após o fim do conflito, começam a emergir narrativas sobre os desequilíbrios emocionais, como é o caso do *stress* pós-traumático, derivado da vivência de situações de grande intensidade física e emocional, entre as quais podemos referir *Inferno* (Leitão, 1999) e *Os imortais* (Vasconcelos, 2003) onde, em ambos os casos, nos deparamos com a incapacidade dos veteranos de guerra em regressarem a um padrão de vida normal, necessitando do convívio com a violência, ou acabando com a vida como forma de superação das dificuldades quotidianas.

Tradição e modernidade em coexistência

Definidos os campos por onde a *tradição* e a *modernidade* se expressam na ficção cinematográfica portuguesa sobre o império colonial, terminamos com duas notas que nos permitem enquadrar globalmente estes dois conceitos, contribuindo também para uma outra forma de olhar e interpretar o tema aqui em apreço.

Em primeiro lugar, verificamos que existe uma longa durabilidade da tradição. Aprioristicamente, seria admissível que esta visão declinasse com a emergência da guerra colonial a partir de 1961, nomeadamente após a perceção do impacto social que a mobilização militar começou a suscitar na sociedade portuguesa, raciocínio que, no entanto, não é validado pela ficção produzida. *O Zé do burro* (Ferreira, 1971), já no final do regime de Salazar e Caetano ou, depois de 1974, em pleno período democrático e após a ascensão à independência dos territórios, *Amor e dedinhos de pé* (Rocha, 1992), *Ilhéu de contenda* (Lopes, 1995), esta última realizada por um cabo-verdiano, ou ainda *Tabu* (Gomes, 2012), em todas elas persiste uma visão que remete para o princípio bobbiano da tradição.

A obra de Eurico Ferreira, é uma narrativa que traduz literalmente o princípio “é bom aquilo que dura”, porque pelos valores do trabalho se elimina um foco de guerrilha em plena guerra colonial. Esta obra, para além de traduzir o princípio de Bobbio, é próxima do regime, conservadora por esse facto, assente na ideia da manutenção dos territórios na posse portuguesa. Porém, as restantes, se revelam permeabilidade ao passado colonial, à tradição, portanto, não se situam numa linha saudosista de regresso ao passado, remetendo antes para um tempo feliz que os protagonistas das histórias viveram, facto que não deixa de colocar hipóteses interpretativas curiosas e interessantes que não fazem parte do objeto deste texto. *Amor e dedinhos de pé* desenvolve a narrativa num tempo diegético de plena harmonia entre portugueses e macaenses, *Ilhéu de contenda* desenrola a intriga num contexto de paz entre

brancos e cabo-verdianos, em plena guerra colonial e, finalmente, em *Tabu*, igualmente durante o conflito ultramarino, acompanhamos o passado feliz de uma história de amor proibida. Ou seja, o que interessará relevar é que, não obstante o fim do império, persiste o aparecimento de narrativas onde o tempo colonial é evocado com estórias felizes, o que não quer dizer estarmos perante perspectivas neocoloniais. Antes significará que aquele período continua a ser potencialmente apetecível para os criadores cinematográficos nacionais ou de países de língua portuguesa, cruzado eventualmente de algum saudosismo, não do conceito político “colonial” mas de estórias onde a felicidade era um dado existente, que eventualmente contrastará com o «tempo do discurso»⁵, onde porventura será dominante alguma melancolia.

A segunda nota conclusiva que gostaríamos de salientar é a coexistência da modernidade e tradição antes e depois de 1974. Como vimos, a tradição está presente na filmografia para além do que seria expectável, não só nas obras que acabámos de salientar mas também em outras, casos de *A costa dos murmúrios* ou de *Non, ou a vã glória de mandar*. Já em relação à modernidade, que neste texto atribuímos uma semântica de mudança relativamente ao pensamento colonial, se aceitarmos como natural a plena assunção da ideia depois de 25 de abril de 1974, já poderemos considerar surpreendente, e de alguma forma vanguardista, que esta ideia seja exposta filmicamente antes de 1974, atendendo particularmente ao contexto censório em vigor no tempo. Referimo-nos em relação às obras de António de Macedo, *Nojo aos cães* (1970) e de António Faria, *Índia* (1972), que em nossa opinião inauguram, antes do fim do Estado Novo, uma nova faceta sobre o tema, onde a assunção e a superação do paradigma colonial ainda em vigor no tempo anunciam precocemente aquilo que por vezes é designado como pós-colonialismo.

⁵ SEABRA – Op. Cit., 2014b, p. 284.

Deste modo, ante a existência fílmica da *modernidade* durante o Estado Novo e a persistência da *tradição* após 25 de abril de 1974, importa afirmar que a revolução daquele ano não representa qualquer interrupção na produção ficcional sobre os dois conceitos. Mais do que a rutura parece-nos que a continuidade produtiva é mais interessante e estimulante de analisar. Em reforço desta questão, a média estatística de uma obra anual desde 1940 até à atualidade, tem também um significado incontornável que radica, mais uma vez, na ideia de que o 25 de Abril não representa uma rutura com a produção fílmica do passado, mas antes uma necessidade, agora num outro quadro político, de continuar a refletir sobre o significado do império na consciência coletiva portuguesa.

O império colonial integrou o território português de 1415 a 1974. É um passado que continua presente na ficção cinematográfica e terá futuro a avaliar pela tendência. Este duplo olhar, onde *tradição* e *modernidade* convivem, obriga o investigador a não analisar por reação, nomeadamente em relação aos 48 anos de vida coletiva impostos pelo Estado Novo. Enquanto facto institucional e político multissecular, com mais de seiscentos anos como realidade histórica, deverá ser entendido como algo duravelmente marcante na memória e consciência coletivas, sobre o qual o cinema continuará a fornecer novas reflexões.

Referências

Bibliográficas

- AUGÉ, Marc – “Heróis”. In *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: INCM, 1994. ISBN 972-270-717-5. vol. 30, p. 128-148.
- BOBBIO, Norberto – “Estado”. In *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: INCM, 1989. ISBN 972-270-092-8. vol. 14, p. 215-275.
- SEABRA, Jorge – *África nossa. O império colonial na ficção cinematográfica portuguesa (1945-1974)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014a. 427 p. ISBN 978-989-26-0842-6.

SEABRA, Jorge – *Cinema. Tempo, memória, análise*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014b. 129 p. ISBN 978-989-26-0697-2.

Filmográficas

- BARROS, Leitão de – *Camões. Erros meus, má fortuna, amor ardente*. António Lopes Ribeiro, 1946.
- BOTELHO, João – *Um adeus português*. Instituto Português de Cinema, 1985.
- BOTELHO, João – *Peregrinação*. Ar de filmes, 2017.
- CANTO, Jorge Brum do – *Cbaimite. A queda do império vátua*. CINAL, 1953.
- CARDOSO, Margarida – *A costa dos murmúrios*. Filmes do Tejo, 2004.
- FARIA, António – *Índia*. António Faria, 1972.
- FERREIRA, Eurico – *O Zé do burro*. FILMLAB, 1971.
- FRAGA, Augusto – *29 irmãos*. CINEDEX, 1965.
- GOMES, Miguel – *Tabu*. O Som e a Fúria, 2012.
- LEITÃO, Joaquim – *Inferno*. ICAM, 1999.
- LEITÃO, Joaquim – *20,13*. MGN Filmes, 2006.
- LOPES, Leão – *Ilhéu de contenda*. Fundação Calouste Gulbenkian, ICC, IPACA, 1995.
- MACEDO, António de – *Nojo aos cães*. António de Macedo, 1970.
- MENDES, João – *O Costa de África*. Felipe de Solms, 1954.
- OLIVEIRA, Manoel de – *Non, ou a vã glória de mandar*. Madragoa Filmes, 1990.
- RIBEIRO, António Lopes – *O feitiço do império*. Agência Geral das Colónias, 1940.
- ROCHA, Luís Filipe – *Amor e dedinhos de pé*. MGN Filmes, 1992.
- ROCHA, Paulo – *Mudar de vida*. Produções Cunha Telles, 1966.
- SEMEDO, Artur – *Malteses, burgueses e às vezes...* SULCINE, 1973.
- SILVA, Fernando Matos – *O mal-amado*. CPC, 1972.
- VASCONCELOS, António-Pedro – *Os imortais*. Animatógrafo II, 2003.

**A QUESTÃO DA AUTORIA EM UMA SENTENÇA
NO BRASIL**
**THE QUESTION OF AUTHORSHIP IN A SENTENCE
IN BRAZIL**

Jorge Luiz Cruz

ORCID: 0000-0002-4483-0482

Resumo

Pela importância e pelo alcance das questões dos direitos de propriedade, de autoria e da circulação de obras artísticas no mundo contemporâneo, trataremos destas questões no campo das artes e, mais especificamente, do cinema, no Brasil. Neste caso, inicialmente, destacamos algumas sentenças e notícias que foram publicadas na grande imprensa brasileira para iniciarmos uma reflexão sobre a aplicação dos direitos de autor e, também, o desenvolvimento do tema na legislação brasileira.

Palavras-chave: artes; direitos de autor; audiovisual; cinema; sentenças jurídicas.

Abstract

Considering the importance and scope of the issues of property rights, authorship and the circulation of artistic works in the contemporary world, we will address these issues in the field of arts and, more specifically, cinema in Brazil. Thus, initially, we highlight some sentences and news that were published in the main Brazilian press to then begin a reflection on the application of copyright and also the development of the subject in Brazilian legislation.

Keywords: arts; copyright; audio-visual; cinema; legal sentences.

Como sabemos, a autoria vem sendo cada vez mais discutida no âmbito do direito e, nesta dimensão, não parece ter a mesma repercussão do que entre os autores e artistas de uma forma geral.

Antes de mais nada, nesta reflexão, vale ressaltar que algumas discussões sobre as artes são, de alguma forma, já antigas, mas talvez ainda não estejam esgotadas e acabam por se tensionar nos campos da história e do direito; sem dúvida, devem ser abordadas dos pontos de vista, tanto da arte, quanto do artista: ou seja, estas questões não devem ficar restritas, por exemplo, ao campo do direito, em um momento que parece que tudo será judicializado. Sendo assim, cabe destacar que concordamos com as primeiras linhas da tese de doutoramento de Marcelo M. Conrado apresentada ao Programa de Direito da Universidade Federal do Paraná – UFPR, onde está anotado que “a chave de acesso à compreensão dos direitos autorais não está no direito. Ela está na arte”¹. Amparo-me também, como não poderia deixar de ser, no parecer do juiz da Suprema Corte estadunidense Oliver Wendell Holmes Jr.² que, ainda em 1903, afirma ser perigoso que

¹ CONRADO, Marcelo Miguel – *A arte nas armadilhas dos direitos autorais: uma leitura dos conceitos de autoria, obra e originalidade*. Curitiba: UFP, 2013. Tese de doutorado. [Consult. 4 maio 2019]. Disponível em <http://hdl.handle.net/1884/32966>.

² “[Page 188 U. S. 251] *It would be a dangerous undertaking for persons trained only to the law to constitute themselves final judges of the worth of pictorial illustrations, outside of the narrowest and most obvious limits. At the one extreme, some works of genius would be sure to miss appreciation. Their very novelty would make them repulsive until the public had learned the new language in which their author spoke. It may be more than doubted, for instance, whether the etchings of Goya or the paintings of Manet would have been sure of protection when seen for the first time. At the other end, copyright would be denied to [Page 188 U. S. 252] pictures which appealed to a public less educated than the judge. Yet if they command the interest of any public, they have a commercial value -- it would be bold to say that they have not an aesthetic and educational value -- and the taste of any public is not to be treated with contempt. It is an ultimate fact for the moment, whatever may be our hopes for a change. That these pictures had their worth and their success is sufficiently shown by the desire to reproduce them without regard to the plaintiffs' rights. See Henderson v. Tompkins, 60 F. 758, 765. We are of opinion that there was evidence that the plaintiffs have rights entitled to the protection of the law. (Bleistein v. Donaldson Lithographing Co., 188 U. S. 239 (1903). Disponível em: <https://supreme.justia.com/cases/federal/us/188/239/case.html>).*”

os juízes emitam pareceres definitivos nas matérias da pintura (e eu estendo estas palavras para todas as artes), pois uma vez que desperdasse o interesse de qualquer público, estes juízes não poderiam negar o seu valor estético. Conrado afirma ainda, sobre o caso do Juiz Holmes, que “o efeito do tempo desde a decisão somente fez com que a preocupação de Holmes se tornasse ainda mais atual” e, por fim, conclui que “*é preciso compreender a produção literária, artística e científica para pensar o contexto dos direitos autorais*”³. Neste percurso, então, chamo a atenção para o fato de que, diferentemente do direito, no campo das artes, quando os artistas tratam de questões relacionadas à autoria, ela é questionada, é desafiada, principalmente com obras. Temos, entre outros, os casos exemplares da artista estadunidense Sherrie Levine e o seu *After Walker Evans*, que já tratámos antes⁴; ou o do brasileiro Marcelo Masagão e o seu filme *Nós que aqui estamos, por vós esperamos* (1999), estudado por Laís Lara⁵.

Cabe recordar que as questões de proteção aos direitos autorais surgiram na literatura e que, depois, foram apropriadas nas visualidades (incluo aqui o cinema). Recordo os casos da fotografia, ainda no fim do século XIX, e o do cinema, ocorrido já no início do século XX. O primeiro, estudado por Fabris⁶, no qual ela cita o caso, ocorrido, ainda em 1857, em que “o fotógrafo Félix Tournachon move uma ação contra o irmão mais novo, Adrien, para evitar que este usasse o pseudô-

³ *Ibidem*, p. 15.

⁴ Trabalho apresentado no V Simpósio Internacional em História Contemporânea: Soberania, Relações de Poder e Propriedades, em 2018, na Universidade Estadual do Maranhão, em São Luís, Brasil – ver programa em <http://nupehic.net.br/wp-content/uploads/2018/09/folder-evento-nupehic-2018-07-09.pdf>.

⁵ Ver dissertação intitulada *Gesto de criação. Corpo e autoria em trânsito*. Niterói: UFF, 2019.

⁶ FABRIS, Annateresa – “Reivindicação de Nadar a Sherrie Levine: autoria e direitos autorais na fotografia”. Comunicação apresentada no XII Simpósio de Artes Plásticas “Direitos autorais da imagem em tempos de apropriação”. Porto Alegre, Atelier Livre, 16-18 de julho de 2002. [Consult. 4 maio 2019]. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ars/article/view/2901/3591>.

nimo que o tornara famoso: Nadar”, e neste processo, “o fotógrafo estabelece uma clara distinção entre a fotografia como técnica, ‘cuja aplicação está ao alcance do último dos imbecis’, e a fotografia como arte”; e o segundo, também ocorrido na França, no qual o cirurgião francês, o Dr. Eugène-Louis Doyen, contratou o operador de câmeras dos irmãos Lumière, Clément-Maurice Parnaland, para registrar uma cirurgia na qual foram separadas duas irmãs siamesas, e Parnaland, juntamente com a empresa Pathè, tomou a iniciativa de fazer e vender diversas cópias do filme para o estrangeiro.

Voltando ao Dr. Doyen, a sua pretensão era usar o cinema aplicado à educação para rever os seus próprios procedimentos e ajudar na formação dos estudantes. Ainda nas palavras de Mundim, “o médico deu continuidade ao seu método de ensino, mesmo em meio aos ataques de colegas da Académie de Médecine de Paris (Academia de Medicina de Paris), e produziu um acervo de 60 filmes até 1916, ano de seu falecimento”⁷. E este médico “expressa no artigo [“Le Cinématographe et l’Enseignement de la Chirurgie”, na *Revue Critique de Médecine et de Chirurgie*, de 15 août 1899] a formação de um acervo de filmes de cada cirurgião, para uso amplo e de gerações futuras da comunidade médica, conduta que viria a ser adotada pela Academia de Medicina anos mais tarde”⁸. No entanto, ainda segundo Mundim, “é notável que Doyen elaborasse e registrasse suas reflexões acerca da experiência de filmagem e exibição de suas cirurgias. [...] Esse movimento poderia lhe conferir a perspectiva do que se denominou na modernidade como

⁷ MUNDIM, Luiz Felipe Cezar – “A ideia de autoria na industrialização do cinema: o caso “Doyen” e a disputa com a Pathé (1898-1910)”. *Revista Tempos Históricos* [Em linha]. v. 22, n. 1 (2018), p. 152. [Consult. 4 maio 2019]. Disponível em: https://www.academia.edu/37234582/A_ideia_de_autoria_na_industrializa%C3%A7%C3%A3o_do_cinema_o_caso_Doyen_e_a_disputa_com_a_Path%C3%A9_1898-1910.

⁸ DOYEN, Eugène-Louis – “Le Cinématographe et l’Enseignement de la Chirurgie”. *Revue Critique de Médecine et de Chirurgie*, 1^{re} année, n. 1 (1899, 1 agosto), p. 3-4 apud MUNDIM, 2018, p. 152.

“autor”, estatuto que o próprio Doyen se veria impelido a reclamar”⁹. Mas devemos ficar atentos, pois, como chama a atenção Mundim, “o enfoque sobre autoria no cinema naquele momento pouco, ou nada, se assemelhava com aquela dada mais de cinquenta anos depois pelos cineastas da *Nouvelle Vague* e pelos críticos de cinema (via [as revistas] *Cahiers du Cinéma*, *Positif*, entre outras), quando os diretores envolvidos no movimento reivindicaram para si o *status* de “autores” de cinema, surgindo a expressão “cinema de autor””¹⁰.

Como dissemos, nas palavras de Mundim,

Doyen havia aberto um processo judicial de danos morais contra Parnaland e a Pathé em janeiro de 1905, reclamando a autoria do filme e o direito patrimonial sobre suas cópias. [...] Nessa própria relatoria, peça de onde são retiradas as referências de uma jurisprudência futura, que auxilia e orienta não apenas novas decisões e julgamentos, mas, também a confecção de novas leis, o argumento se atém a uma ideia de autoria que, até então, remetia apenas à literatura e outras obras consideradas de arte na legislação da época. Até então, a lei francesa considerava “filme” apenas o trabalho de uma máquina, incapaz de inteligência ou interpretação, quando essa denúncia de Doyen criou o precedente jurídico¹¹.

O julgamento do caso ocorreu, então, no dia 10 de fevereiro de 1905, na Terceira Câmara do Tribunal de Sena, com Parnaland acusado de ter “[...] vendido positivos dos filmes (prontos para serem exibidos) à Société des Phonographes et des Cinématographes (Sociedade dos Fonógrafos e Cinematógrafos, registro jurídico da Pathé), como se as produções fossem suas. [Resultando que] Os filmes, reproduzidos, passaram a ser amplamente explorados no meio comercial”¹², e “o tribunal decidiu, assim, que uma vez tendo sido o médico a arranjar pela primeira vez o assunto, e a planejar a definição da cena, seria ele, Doyen, o principal

⁹ MUNDIM – Op. Cit., p. 155.

¹⁰ *Ibidem*, p. 172.

¹¹ *Ibidem*, p. 156-157.

¹² *Ibidem*, p. 155-156.

autor dos filmes, e que os mesmos eram, de fato, dignos de proteção legal. A decisão foi tomada com base em uma lei de 24 de julho de 1793, que visava proteger as obras de arte, e sobre a qual a jurisprudência vinha abarcando incontestavelmente as obras fotográficas em geral. A lei havia sido completada, ainda, por uma proteção patrimonial específica às obras fotográficas e cinematográficas, de uma lei de 11 de março de 1902 que regulamentava os contratos acerca dos negativos, positivos e suas cópias. Ambas as leis são referidas na decisão, o que produz a inspiração jurídica para uma futura legislação em torno da questão da autoria no cinema”¹³.

Neste panorama, vale destacar, “a contenda entre Doyen e a Pathé, ao mesmo tempo, foi um evento judicial entre tantos que moldaram a direção do crescimento do cinema na França. Uma série de decisões judiciais relativas ao estatuto do cinema como espetáculo público, isolado dos demais espetáculos de atração, bem como sua definição como mercadoria formal e submetida a regras específicas e inserida em um mercado próprio, foram tomadas a partir dessa disputa e ao longo de todo o período do primeiro cinema”¹⁴.

Como um dos resultados deste julgamento, segundo Mundim, “a revista Cinéma, de Charles-Mendel, registrava os debates acerca da luta pela criação de uma lei de direito do autor para cinema na França, tal como podemos observar na reprodução da ata do Primeiro Congresso do Cinematógrafo ocorrido em Bruxelas em 1910. Charles Havermans comenta extensamente a questão, fazendo o histórico da questão jurídica sobre o tema e defendendo a ideia de autoria no cinema na medida em que defende o pressuposto artístico da realização de filmes [...]”¹⁵.

Como destaca Mundim,

¹³ *Ibidem*, p. 157.

¹⁴ *Ibidem*, p. 170.

¹⁵ *Ibidem*.

Havermans comenta que o texto de como deveria ser a lei a tratar o assunto havia sido desenvolvido em conjunto com a Alemanha e a Bélgica na convenção sobre o tema, em Berlim em novembro de 1908, e que a França havia assinado. Em setembro de 1910, a França finalmente publica a sua lei: “Os autores de obras literárias, científicas ou artísticas têm o direito exclusivo de autorizar a reprodução e a apresentação de suas obras pela cinematografia”, as nações contratantes proclamam que: ‘São protegidas como obras literárias ou artísticas as produções cinematográficas desde que, por meio de dispositivos de encenação ou pela combinação dos incidentes representados, o autor terá dado à obra um caráter pessoal e original’. Assim sendo: ‘Sem prejuízo dos direitos de autor da obra original, a reprodução pela cinematografia de uma obra literária, científica ou artística está protegida como uma obra original’¹⁶.

É claro que “essas decisões judiciais tiveram como efeito o alargamento da proteção legal dos filmes de ficção, principalmente para as adaptações autorizadas. O *status* de um filme como propriedade intelectual, portanto, inicialmente se construiu a partir do estatuto jurídico de que dependia antes a obra literária original”¹⁷.

Devemos acrescentar ainda que o objeto que estamos tratando, mesmo que ocupe o lugar do objeto artístico, é, agora, um objeto jurídico, e recordar que o século XX trouxe grandes novidades na reflexão e sobre as práticas artísticas: algumas questões internas, como a materialidade do objeto artístico, por exemplo, e outras novidades externas às artes, mas fortemente decisivas nos seus aspectos artísticos. Assim, devemos observar que, no entrecruzamento dos dois campos, direito e arte, enquanto o primeiro, o direito, tem suas fronteiras claramente definidas, pois trata de leis que disciplinam as diversas matérias do convívio social; a segunda, as artes, o campo das artes visuais, por exemplo, tem suas fronteiras indiscerníveis, tanto em seu próprio campo, quanto na

¹⁶ *Ibidem*, p. 171 – ver HAVERMANS, Charles – “Premier Congrès International de Cinématographie Bruxelles 1910”. In “*Cinéma*” – *Annuaire de la projection fixe et animée*. Paris: Charles-Mendel Éditeur, 1911.

¹⁷ *Ibidem*.

relação com outros campos. Assim, é um problema quando um artista se apropria, enquanto estratégia artística e subversão, de um outro objeto elaborado e construído por outra pessoa, artista ou não, como os *ready-mades* do Duchamp ou o seu *L.H.O.O.Q.* (1919), no qual ele se apropriou do quadro *Mona Lisa*, de Leonardo da Vinci; como a série *After Walker Evans* (1980), da artista estadunidense Sherrie Levine, que se apropriou das fotos de Walker Evans; ou ainda o *Nós que aqui estamos, por vós esperamos* (1998), do cineasta Augusto Masagão, no qual se apropria de um grande número de imagens de filmes realizados por diversos cineastas. São todos, entre outros tantos trabalhos, casos de apropriação, e se a apropriação é uma afronta à lei no direito, nas artes ela é um tema de trabalho.

No caso do Brasil, o tema da autoria hoje tem algumas complexidades que devemos considerar. Primeiro, mesmo que a questão do autor e dos seus direitos venha aparecendo na legislação do Brasil desde o século XIX – quando estes direitos “foram precariamente tratados em uma primeira vez com a promulgação da Lei Imperial que instituiu os primeiros cursos jurídicos nas cidades de Olinda, no Estado de Pernambuco e na capital de São Paulo”¹⁸ – foram tratados também no Código Civil de 1916, já apontando que “os herdeiros e sucessores do autor gozarão desse direito pelo tempo de 60 (sessenta) anos, a contar do dia de seu falecimento”¹⁹, sem, no entanto, dizer o que caracteriza um autor, e esta discussão ganhou fôlego no século XXI. De qualquer forma, parece-nos, o tema ainda está longe de ser esgotado e, mesmo com a aprovação da Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que nos orienta até os dias de hoje, e que é resultante de muitas reformulações, a Lei do Direito

¹⁸ JARDES, Thamara – “A evolução histórica dos direitos autorais” [Em linha]. 28/01/2015. [Consultado 4 de maio de 2019]. Disponível em: <http://thajardes.jusbrasil.com.br/artigos/163165791/a-evolucao-historica-dos-direitos-autorais>.

¹⁹ Código Civil, 1916.

Autorial brasileira é pouco discutida e tem jurisprudência ainda pequena e com algumas lacunas.

Neste percurso, destacaremos brevemente duas sentenças que ocorreram no Brasil recentemente. No primeiro, o cineasta Luiz Paulino dos Santos processou a Embrafilme – Empresa Brasileira de Filmes, que foi fechada no governo Collor e pela qual quem responde é a União Federal. Neste processo, Paulino pede indenização “*por alegada violação a seus direitos de autor da obra Barravento*”²⁰, com argumento cinematográfico seu, em filme codirigido com Glauber Rocha²¹, e de onde foi transcrito o roteiro que terminou por compor o livro *Glauber Rocha – roteiros do terceiro mundo*²², publicado postumamente, e que é o objeto do processo. Ou seja, Paulino não reclamou do filme, nem do Glauber, mas do livro que reuniu os roteiros transcritos dos filmes do Glauber e, com diversas implicações, Paulino pretendia “[...] receber verba correspondente a indenização de danos materiais e compensação por danos morais sofridos”²³. Neste processo foram citados, além da Embrafilme/União Federal, a Alhambra Editorial, editora do livro e, também denunciado, o espólio de Glauber Rocha, que entendeu que “*a edição em livro dos roteiros executados pelo cineasta Glauber Rocha teria que incluir o roteiro de Barravento, cujo primeiro tratamento é de autoria do autor (Luiz Paulino), e, para a respectiva publicação, não*

²⁰ Supremo Tribunal de Justiça, Apelação Cível 401314/RJ.

²¹ Neste caso, como apontam, “são várias as especulações em torno da transferência da direção do filme das mãos de Luiz Paulino dos Santos para as de Glauber Rocha. No DVD de extras de Barravento, recuperado pelo projeto Tempo Glauber, há uma entrevista de Glauber afirmando que a crise se deu porque houve problemas entre Luiz Paulino, a atriz Sônia Pereira (que abandonou as gravações, entrando em seu lugar Lucy Carvalho) e o diretor de produção. Para Luiz Paulino, também em entrevista no DVD, a crise se instalou devido à imaturidade da equipe, não profissional, mas de personalidade. Já segundo André Setaro (<http://terramagazine.terra.com.br>), Luiz Paulino estava apaixonado por Sônia e só queria filmá-la, atrasando a produção. Glauber, então produtor executivo, assumiu a direção para efetivar sua realização” (FRESSATO; NÓVOA, 2011, p. 71, nota 3).

²² ROCHA, Glauber – *Roteiros do Terceiro Mundo*. Organizado por Orlando Senna. Rio de Janeiro: Alhambra/Embrafilme, 1985.

²³ Supremo Tribunal de Justiça, Apelação Cível 401314/RJ.

*era necessária a anuência do mesmo, por versar a espécie ‘delegação de prerrogativas autorais’*²⁴; outro denunciado foi o cineasta e, então presidente da Embrafilme, Orlando de Salles Sena, argumentando que foi “*mero compilador/organizador da obra, reunindo no livro roteiros que Glauber Rocha afirmou serem seus, sob a ordem e a responsabilidade da Embrafilme*”²⁵. Por fim, no seu voto, o relator, o Juiz Federal convocado Mauro Luís Rocha Lopes, que substituiu o Desembargador Federal Antônio Cruz Netto, anota que

tal patrocínio [do livro] não teve o condão de gerar a responsabilidade da União pelos danos alegadamente sofridos pelo apelante, não tendo agido ilicitamente a EMBRAFILME ao deixar de perquirir a real autoria dos textos publicados, de cuja propriedade intelectual Glauber Rocha afirmou ser titular. A EMBRAFILME não imprimiu os exemplares, não os vendeu, nem os expôs à venda. Seu papel no episódio resumiu-se na concessão do subsídio para que a obra viesse à lume, não tendo obtido lucro direto ou indireto com a comercialização do material editado, realizada pela Editora Alhambra²⁶.

e vai além, ao anotar que “Exsurge, portanto, a conclusão da sentença recorrida, de que o autor apelante deve dirigir sua pretensão, perante a Justiça Estadual, aos particulares denunciados pela Embrafilme”²⁷ e, com isto, o Tribunal Regional Federal da segunda região negou o provimento aos recursos “para manter na íntegra a sentença”²⁸, no dia 5 de setembro de 2007.

Outro caso que podemos destacar é aquele em que a atriz do filme *Limite* (1931), Alzira Alves Campos processou a SIGLA – Sistema Globo de Gravações Audiovisuais Ltda., para receber direitos como coautora do filme. Antes de continuarmos, cabe recordar quem é Alzira Alves Campos

²⁴ *Ibidem.*

²⁵ *Ibidem.*

²⁶ *Ibidem.*

²⁷ *Ibidem.*

²⁸ *Ibidem.*

(c. 1911-2000): segundo a página *História do cinema brasileiro* – site de difusão da história do cinema brasileiro, Alzira trabalhava no comércio, era balconista da *Casa Bhering* de chocolates, que pertencia ao primo de Mário, Jorge Bhering, quando foi convidada para participar do filme como atriz, mas continuando a receber os seus salários do comércio. Neste processo, ela mudou o seu nome para Olga Breno, a Mulher 1 que aparece nos créditos, genéricos, do filme. Na ação contra a Globovídeo – Sistema Globo de Videocomunicação Ltda., Alzira pretendia reparação por danos patrimoniais e morais afirmando que “[...] *não autorizou [que] seu trabalho intelectual e imagem fossem explorados comercialmente por terceiros, e que não recebeu retribuição pecuniária pela exploração, especialmente mediante a comercialização e distribuição de fitas de videocassete*”²⁹. A Globovídeo “*ofereceu contestação e denunciou à lide a Empresa Brasileira de Filmes S/A - Embrafilme, sucedida pela União*”³⁰, e no seu voto, o relator, Ministro Luis Felipe Salomão, em longa explanação, destaca que,

[...] seguindo essa linha de raciocínio, à luz da lei de regência, convém afirmar que a Demandante [a Alzira], no caso em análise, não se afigura detentora dos direitos de autor referentemente à obra cinematográfica denominada ‘LIMITE’; mas, ao revés, ostenta, apenas, os direitos conexos, posto que sua participação naquele filme se deu na qualidade de protagonista e atriz principal, e não como autora, diretora ou produtora. Assim, os direitos autorais de autor, referente à película em epígrafe, pertencem, tão-somente, ao Sr. Mário Peixoto, autor e diretor da obra cinematográfica. [E afirma ainda que] Tais direitos englobam a titularidade de poder comercializar e explorar economicamente indigitado filme de cinema³¹.

Por fim, no acordão, concordam os ministros da Quarta Turma do STJ e Alzira tem o seu provimento negado.

²⁹ Supremo Tribunal de Justiça, Recurso Especial 1046603/RJ.

³⁰ *Ibidem*.

³¹ *Ibidem*.

Palavras finais

Para encerrar, creio que devemos atentar para o fato que a ideia do direito de autor não é recente, ainda que só recentemente, pelo menos no Brasil, a discussão sobre este tipo de direito tenha tomado fôlego e alcançado a mídia e o grande público. Devemos salientar, ainda, dois pontos: primeiramente que entre as sentenças vistas, além dos dois exemplos que citei, não acontece do diretor ser o réu das ações e assim, nestes casos, ficaram isentos tanto o Mário Peixoto, quanto o Glauber Rocha, pois parece que, é claro, o processado tem que ter como pagar o que a ação prever, em caso de perda; depois, em segundo, quando o caso vai para justiça, o que perdemos em nossos estudos é a arte, isto é, já não tratamos das questões atinentes às artes, mas, neste caso, apenas ao direito e é aí que está a grande dificuldade para lidar com estas questões. Não pretendemos discutir o que é um autor aqui, nem temos como entender o que é este autor na legislação brasileira a partir das interpretações contidas nas sentenças que tratamos, isto porque, nestes casos, não existe esta preocupação: eles tratam apenas de interesses financeiros e, como dissemos anteriormente, os autores não processaram os diretores, mas os que têm recursos, geralmente as empresas.

Referências Bibliográficas

BRASIL – Lei n. 3.071, 01/01/1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. *Diário Oficial da União* [Em linha], seção 1, 5/1/1916, Página 133 (Publicação Original) [Consult. 4 maio 2019]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3071-1-janeiro-1916-397989-publicacaooriginal-1-pl.html>.

BRASIL – Lei n. 9.610, 19/02/1998. Direitos Autorais. *Diário Oficial da União* [Em linha]. [Consult. 30 abr. 2009]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm.

BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça – Apelação cível 401314/RJ 1988.51.01.005362-8 [Em linha]. Relator: Desembargador Federal Antônio Cruz Netto; Relator substituto: Juiz Federal Convocado Mauro Luís Rocha Lopes. Rio de Janeiro. Apelante: Luiz Paulino dos Santos, 5 de setembro de 2007 (data do julgamento)

- [Consult. 4 maio 2019]. Disponível em: <https://trf-2.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/6440894/apelacao-civel-ac-198851010053628-rj-19885101005362-8>.
- BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça – Recurso Especial n. 1046603/RJ 2008/0075495-2 [Em linha]. Relator: Ministro Luis Felipe Salomão. Brasília. Recorrente: Alzira Alves Campos, 8 de maio de 2012 (data do julgamento) [Consult. 4 maio 2019]. Disponível em: <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21811345/recurso-especial-resp-1046603-rj-2008-0075495-2-stj/inteiro-teor-21811346>.
- CONRADO, Marcelo Miguel – *A arte nas armadilhas dos direitos autorais: uma leitura dos conceitos de autoria, obra e originalidade* [Em linha]. Curitiba: UFP, 2013. Tese de doutorado [Consult. 4 maio 2019]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1884/32966>.
- FABRIS, Annateresa – “Reivindicação de Nadar a Sherrie Levine: autoria e direitos autorais na fotografia” [Em linha]. Comunicação apresentada no XII Simpósio de Artes Plásticas “Direitos autorais da imagem em tempos de apropriação”. Porto Alegre, Atelier Livre, 16-18 de julho de 2002. [Consult. 4 maio 2019]. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ars/article/view/2901/3591>.
- FRESSATO, Soleni Biscouto; NÓVOA, Jorge – “Barravento: dicotomias da cultura popular religiosa afrodescendente no cinema de Glauber Rocha”. *Revista Porto* [Em linha]. v. 1, n. 1. (2011), p. 70-79 [Consult. 4 maio 2019]. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/porto/article/view/1472>. ISSN 2237-8510.
- HISTÓRIA DO CINEMA BRASILEIRO – “Alzira Alves: biografia” [Em linha]. 23/10/2011. [Consult. 4 maio 2019]. Disponível em: <http://www.historiadocinemabrasileiro.com.br/alzira-alves/>.
- JARDES, Tamara – “A evolução histórica dos direitos autorais” [Em linha]. 28/01/2015. [Consult. 4 maio 2019]. Disponível em: <http://thajardes.jusbrasil.com.br/artigos/163165791/a-evolucao-historica-dos-direitos-autorais>.
- LARA, Laís – *Gesto de criação. Corpo e autoria em trânsito*. Niterói: UFF, 2019. Dissertação de mestrado.
- MUNDIM, Luiz Felipe Cezar – “A ideia de autoria na industrialização do cinema: o caso “Doyen” e a disputa com a Pathé (1898-1910)”. *Revista Tempos Históricos* [Em linha]. v. 22, n. 1 (2018), p. 146-174. [Consult. 4 maio 2019]. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/19196>. ISSN 1983-1463.
- VALERIO, Ygor; VALERIO, Gabriela Muniz Pinto – “Duas palavras sobre autoria da obra audiovisual”. *PI Migalhas* [Em linha]. 17/11/2014 [Consult. 4 maio 2019]. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/PI/99,MI211337,31047-Duas+pala+vras+sobre+autoria+da+obra+audiovisual>.

(Página deixada propositadamente em branco)

SOBRE OS AUTORES

Adjovanes Thadeu Silva de Almeida

Professor Titular do Departamento de História do Colégio Pedro II. Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Desde 2018, é o coordenador-geral do Departamento de História do Colégio Pedro II e, desde 2019, é docente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (PROFEPT).

António Pedro Couto da Rocha Pita

Professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – CEIS20. Membro do Conselho Científico do Centro de Estudos Ibéricos e dos Conselhos Consultivos da AIM - Associação de Investigadores da Imagem em Movimento e da Associação da Casa da Achada-Centro Mário Dionísio, de que foi sócio fundador. Integra o Grupo de Pesquisa “Intelectuais e poder no mundo iberoamericano” (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ). Pertence ao Comité Científico da revista Agora – Papeles de Filosofia, da Universidade de Santiago de Compostela, ao Conselho Consultivo da revista Intellectus, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e aos conselhos editoriais de Revista Filosófica de Coimbra e de Estudos do Século Vinte, da Universidade de Coimbra

Professor visitante na Universidade de Cádiz, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e na Universidade de Santiago de Compostela.

Atividade como docente e como conferencista em Portugal, Brasil, Espanha, França, Itália, China/Macau.

Foi Delegado Regional da Cultura do Centro (2005-2007) e Diretor Regional de Cultura do Centro (2007-2011).

Débora Dias

Doutora em História Contemporânea pela Universidade de Coimbra (UC). Investigadora do Grupo “Leitura e Formas de Escrita” do CHAM – Centro de Humanidades (NOVA FCSH – UAc) e membro do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20/UC), atualmente investiga os intercâmbios culturais entre Brasil e Portugal no século XX.

Iranison Buriti de Oliveira

Doutor em História. Professor da Universidade Federal de Campina Grande. Pesquisador-bolsista do CNPq. Avaliador do INEP-MEC. Autor de diversos livros, dentre os quais “Leituras do sensível: escritos femininos e sensibilidades médicas no Segundo Império”, publicado pela EDUEFG.

Isabel Maria Freitas Valente

Doutora em Altos Estudos Contemporâneos, Pós-Doutorada pela Universidade de Coimbra, Coordenadora Científica do Grupo de Investigação Europeísmo, Atlantidade e Mundialização do CEIS20-UC, Coordenadora Científica da Rede de Investigação Internacional *Territórios Marítimos, Ilhas e Regiões Ultraperiféricas da União Europeia*. Auditora de Defesa Nacional (CDN18/19). Co-coordenadora Científica da Rede de Investigação Internacional – Visões Cruzadas sobre a Contemporaneidade e Co-coordenadora da Network. *Europe: Southern Perspectives. Between the Atlantic and the Mediterranean*. Directora da coleção Euro-Atlântico: Espaço de diálogos e Directora-Executiva da Revista Científica *Debater a Europa*. Currículo e parte da produção científica disponíveis em: <http://www.degois.pt/visualizador/curriculum.jsp?key=7970341948084318>

Jorge Luiz Cruz

Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) (2002), Professor Associado do Instituto de Artes e do Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com Bolsa Prociência e jovem

cientista da FAPERJ. É Investigador Integrado do Grupo de Investigação “Correntes Artísticas e Movimentos Intelectuais” do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS20/UC). Tem experiência na área de Artes, em *performance*, artes plásticas e cinema/vídeo, com ênfase em Roteiro e Direção Cinematográficos, atuando principalmente nos seguintes temas: cinema, comunicação, artes, *performance*, artes plásticas e roteiro cinematográfico. Organizou o livro *Gilles Deleuze: sentidos e expressões* (Ciência Moderna, 2006).

Jorge Seabra

Doutor em História Contemporânea, com especialização no domínio do cinema. Docente do ensino superior desde 1994, lecionou na Faculdade de Letras da Universidade Católica Portuguesa (UCP) (1994-2006) e na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (UC) (2004-2015). Atualmente é professor no curso de Cinema Documental, da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes, do Instituto Politécnico de Tomar (ESTA/IPT) e ainda no curso de Doutoramento em Estudos Contemporâneos do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS20/UC). É Investigador Integrado do CEIS20, onde já foi membro da direção, Coordenador do Grupo “Correntes Artísticas e Movimentos Intelectuais”, sendo atualmente investigador responsável pela área temática “O cinema e o tempo”. Tem sido programador e coordenador de festivais de cinema. Proferiu conferências em diversos países sobre temas da sua especialização e tem publicado em diferentes revistas nacionais e internacionais. É autor de *África nossa – O império colonial na ficção cinematográfica portuguesa (1945-1974)* (IUC, 2ª ed. 2014), *Cinema. Tempo, memória, análise* (IUC, 2014) e *O cinema no discurso do poder. Dicionário – Legislação cinematográfica portuguesa (1896-1974)* (IUC, 2017). É coautor de *Cinemas em português. Moçambique. Auto e heteropercepções* (IUC, 2018), *Cinema e comensalidade 2* (Editora CRV, 2017), *Territórios do cinema. Representações e paisagens da pós-modernidade* (Eumed, 2016), *O cinema português através dos*

seus filmes (Edições 70, 2ª ed. 2014) e *O cinema sob o olhar de Salazar...* (Temas e Debates, 2ª ed. 2011).

Lená Medeiros de Menezes

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), Professora Emérita e Titular (Catedrática) de História Contemporânea da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ). Dentre seus livros autorais destacam-se: *Tramas do Mal: imprensa e discursos de combate à revolução, 1917-1921* (Ayrán, 2019), *Os Indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal, 1890-1930* (EdUERJ, 1996), *Gênero e imigração: Mulheres portuguesas em foco (Rio de Janeiro e São Paulo, XIX e XX)* (e-Manuscrito, 2017) e *Portugueses: Ações e lutas políticas* (Verona, 2015) – estes dois últimos em coautoria com Maria Izilda de Matos.

Maria Emilia Prado

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo, Pós-doutorado em Ciência Política e Professora Titular (Catedrática) de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É autora de diversos artigos sobre intelectuais ibero-americanos e dos livros *Memorial das Desigualdades – Os impasses da cidadania no Brasil, 1870-1902* (Revan, 2005) e *Joaquim Nabuco – A Política como Moral e como História* (Museu da República, 2005).

Maria Letícia Corrêa

Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Professora Associada de História do Brasil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, é também bolsista do Programa Prociência (UERJ/FAPERJ). É autora de artigos publicados em revistas especializadas e de livros dentre os quais: *História econômica e imprensa* (org. M.

L. Corrêa, M. P. Almeida e R.V. M. Brandão) (Contra Capa, 2016), *Tradição e modernidade no mundo ibero-americano: intelectuais* (org. M. L. Corrêa, K. Carula e M. E. C. Prado) (Contra Capa, 2016) e *Intelectuais e desenvolvimento: perspectivas da pesquisa em História* (org. M. L. Corrêa e D. A. Paula) (Contra Capa, 2015).

Michelle Sales

Professora, pesquisadora e curadora independente. Professora da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) desde 2009, é também Investigadora do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS20/UC) e Coordenadora Científica do projeto “À Margem do Cinema Português: estudo sobre o cinema afrodescendente produzido em Portugal”, financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian. É autora das obras: *À margem do cinema português* (Colégio das Artes, 2020) e *Cinemas pós-coloniais e periféricos* (2 vols.) (org. M. Sales, P. F. Cunha e L. Leroux) (Nós por cá todos bem, 2019-2020).

Misael Henrique Silva do Amaral

Capitão de Fragata da Marinha do Brasil e a sua formação acadêmica inclui Doutor em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e também Bacharel em Ciências Navais – Habilitação Engenharia Mecânica Naval da Escola Naval Brasileira (EN). Outrossim, é especialista em História Militar Brasileira pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Rubem Barboza Filho

Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ e Professor Titular (Catedrático) da Universidade Federal de Juiz de Fora. É autor do livro *Tradição e Artificio: Iberismo e Barroco na formação americana* (UFMG, 2000) e de vários artigos relativos aos seus campos de pesquisa. Atualmente, faz parte da diretoria da Associação Ibero-Americana de Filosofia Política (AIFP).

Víctor Peña González

Investigador Predoctoral en formación contratado por la Universidad de Cádiz (U.Cadiz). Actualmente realiza una tesis doctoral sobre las disidencias “prosoviéticas” que afectaron al Partido Comunista de España entre 1970 y 1984. Forma parte del Grupo de Estudios de Historia Actual (GEHA) de la misma universidad, y entre sus últimas publicaciones se encuentra “Los partidos prosoviéticos ante la Transición. El ejemplo de la OPI-PCT” en el libro editado por la Fundación Salvador Seguí – Madrid (FSS), *Las otras protagonistas de la Transición. Izquierda radical y movilizaciones sociales* (Brumaria, 2018).

Zuélika Martínez-Jiménez Pretelini

Profesora-Investigadora en la Universidad Autónoma de la Ciudad de México (UACM). Licenciada en Literatura Dramática y Teatro por la Universidad Nacional Autónoma de México (UACM), Maestra en Historia del Pensamiento por la Universidad Panamericana (UP) y Candidata a Doctora por la Universidad de Sevilla (US). Es escritora y ha publicado bajo diversos pseudónimos tales como Manuela, Luciana, Valentina e Ilya Pretelini; excepto en el caso de sus textos filosóficos que llevan su nombre. Se especializa en Filosofía de la Literatura, Pensamiento Norteamericano, Estética, Países en posguerra e Historia del Pensamiento. Parte de la Academia de Filosofía e Historia de las Ideas, actualmente es parte del Posdoctorado en Estudios Europeos e Historia Económica de la Universidade de Coimbra (UC) y asesora en contenidos en la Fundación Filantrópica Wadhvani Foundation (WF).

(Página deixada propositadamente em branco)

Coleção Euro-Atlântico: espaço de diálogos

Coordenadores: António Pedro Pita; Maria Emilia Prado; Michelle Sales

N.º 7

A coleção “Euro-Atlântico: espaço de diálogos”, uma iniciativa do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCCG), Brasil, em parceria com o Grupo de Investigação Europeísmo Atlântico e Mundialização do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20, pretende publicar textos e documentos originais com carácter interdisciplinar com interesse para Portugal, para o Brasil e para a Europa, especialmente nas áreas da História, das Relações Internacionais, da Ciência Política, do Direito. Embora, esta coleção, se dirija prioritariamente ao espaço da América Latina e da Península Ibérica, bem como aos fenómenos de integração: MERCOSUL e União Europeia, não deixará de interessar também ao espaço científico e cultural africano.

O livro Ibero-América entre a Tradição e a Modernidade reúne um conjunto de textos que foram, inicialmente, apresentados no XIII Colóquio Tradição e Modernidade que se celebrou entre os dias 12 e 14 de novembro de 2018 em Coimbra, integrando o conjunto de realizações académicas realizadas em comemoração aos vinte anos do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20.

Esta obra reflete ao longo dos textos que o compõe, parte dos temas discutidos no Colóquio de 2018. Nesse particular o tema da identidade da Ibero-América se torna uma constante e se apresenta, portanto, em parte significativa dos artigos que compõe a obra.

